

M

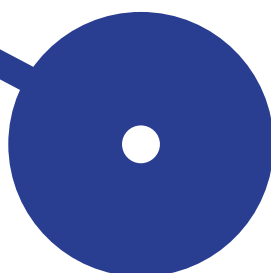
MESTRADO

Em Património, Artes e Turismo Cultural

O papel das mulheres na defesa, conservação e valorização do Património Cultural Imaterial de Idanha-a-Nova

Tânia Isabel Coelho Lourenço

06/2025



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Tânia Isabel Coelho Lourenço

**O papel das mulheres na defesa, conservação e valorização do
Património Cultural Imaterial de Idanha-a-Nova**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural

Orientação: Prof.^a Doutora Carla Patrícia da Silva Ribeiro

Porto, junho de 2025

Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Tânia Isabel Coelho Lourenço

**O papel das mulheres na defesa, conservação e valorização do
Património Cultural Imaterial de Idanha-a-Nova**

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural

Orientação: Prof.^a Doutora Carla Patrícia da Silva Ribeiro

Porto, junho de 2025

AGRADECIMENTOS

A concretização desta dissertação contou com o apoio de muitas pessoas, às quais deixo o meu mais sincero agradecimento.

À Prof.^a Doutora Carla Ribeiro, minha orientadora, agradeço a orientação rigorosa, a disponibilidade e o incentivo constantes.

À Prof.^a Doutora Maria de Fátima Lambert e ao Prof. Doutor Sérgio Veludo, agradeço os ensinamentos e a generosidade na partilha de saberes.

Aos investigadores de Idanha-a-Nova, Professor António Catana e Alexandre Gaspar, agradeço o contributo valioso para a compreensão do património local.

Às mulheres das freguesias do concelho, que partilharam as suas histórias e saberes, deixo uma palavra especial — este trabalho é também delas.

Ao Filipe Teixeira, meu companheiro, pelo apoio constante e por tornar possível o trabalho de campo.

Ao meu cunhado Paulo Robalo, à minha irmã Gabriela Remédios, à Cristina Silva e à Milas e seu marido, agradeço a ajuda e o incentivo em momentos-chave.

Aos colegas de trabalho, Delfim Rio, Filipe Lopes e Anabela Soares, pela compreensão e motivação ao longo deste percurso.

Aos meus pais, por todo o amor e exemplo de resiliência — especialmente ao meu pai, pela coragem com que enfrentou o último ano, e à minha mãe, pelo apoio incansável.

Aos meus sogros e aos tios do Filipe, pela ajuda e pelos cuidados com a minha filha quando mais precisei.

À minha filha, que tinha apenas dois anos quando tudo começou, agradeço por ser uma fonte silenciosa de amor e inspiração.

A toda a família, colegas e amigos, o meu agradecimento pela paciência e presença constante.

A todos, o meu sincero obrigada.

RESUMO ANALÍTICO

Esta dissertação tem como objetivo investigar a influência das mulheres no Património Cultural Imaterial do concelho de Idanha-a-Nova, uma região do interior de Portugal que enfrenta desafios relacionados à perda populacional, envelhecimento demográfico e uma economia fragilizada, onde as tradições culturais são fundamentais para a preservação da identidade local. Nesse sentido, procura-se evidenciar a relevância do papel das mulheres na defesa, conservação/salvaguarda, transmissão intergeracional e divulgação do PCI, em seis freguesias do concelho.

Assim, a par da análise documental, optou-se, no que diz respeito a técnicas de recolha de dados, pela entrevista e a observação-participante em eventos locais.

Os objetivos principais são aprofundar o conhecimento sobre o Património Imaterial da região e a influência do género feminino; salvaguardar testemunhos e memórias a ele associadas, promovendo a visibilidade e o reconhecimento público deste património, entendido como fator de identidade local/regional; compreender que iniciativas e apoios tem desenvolvido o município no âmbito da salvaguarda do seu património cultural imaterial.

Palavras-chave: Património Cultural Imaterial; Idanha-a-Nova; Protagonismo Feminino; Transmissão Intergeracional; Salvaguarda.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the influence of women on the Intangible Cultural Heritage of the municipality of Idanha-a-Nova, an inland region of Portugal that faces challenges related to population decline, demographic aging, and a weakened economy, where cultural traditions play a fundamental role in preserving local identity. Being so, the study seeks to highlight the relevance of women's role in the protection, safeguarding, intergenerational transmission, and dissemination of Intangible Heritage across six parishes of the municipality.

Accordingly, in addition to document analysis, data collection techniques included interviews and participant observation at local events.

The main objectives are to deepen the understanding of the region's Intangible Cultural Heritage and the influence of the female gender; to safeguard testimonies and memories associated with it, promoting visibility and public recognition of this heritage, understood as a factor of local/regional identity; and to understand what initiatives and support the municipality has developed in the context of safeguarding its intangible cultural heritage.

Keywords: Intangible Cultural Heritage; Idanha-a-Nova; Female Protagonism; Intergenerational Transmission; Safeguarding.

LISTA DE ABREVIATURAS

CMIN – Câmara Municipal de Idanha-a-Nova

DGPC – Direção-Geral do Património Cultural

ESE-IPP – Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

ICH – *Intangible Cultural Heritage*

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPC – Instituto Politécnico de Castelo Branco

IPPAR – Instituto Português do Património Arquitetónico

PCI – Património Cultural Imaterial

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SPIC – Serviço de Património Imaterial e Conhecimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Mapa de Idanha-a-Nova [Fonte: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2025]..... | 21 |
| Figura 2 - Adufes- Casa de Artes Tradicionais de Idanha-a-Nova [Fonte: Autora 28-10-2023] | 24 |
| Figura 3 - José Relvas com Adufe [Fonte: Autora 23-10-2023]..... | 24 |
| Figura 4 - Marafona [Fonte: Autora 09-03-2025]..... | 25 |
| Figura 5 - Madeiro de Natal de 2008 na aldeia de Monsanto [Fonte: Fonseca, 2018]..... | 25 |
| Figura 6 - As três Marias- Procissão do Encontro-Medelim [Fonte: Autora 27-03-2024]..... | 26 |
| Figura 7 - Arte urbana na Zebreira destacando a Zamburra [Mais Beiras, 2023]..... | 35 |
| Figura 8 - Pelourinho de Zebreira [SIPA, 1994] | 35 |
| Figura 9 - Atuação do Grupo de Cantares Tradicionais Saca Sons [Fonte: Saca Sons, 2025] .. | 36 |
| Figura 10 - Exemplo de Zamburra tradicional [Fonte: Folclore.pt, 2023]..... | 37 |
| Figura 11 - Maria Ofélia Pedro Roseiro, Zebreira [Fonte: Autora 14-04-2025] | 38 |
| Figura 12 - Escavações arqueológicas em Idanha-a-Velha revelando um forno de origem romana [National Geographic Portugal, 2023] | 40 |
| Figura 13 - Bancas de produtos regionais no Festival do Casqueiro em Idanha-a-Velha [Fonte: Ribeiro, 2019] | 42 |
| Figura 14 - Borrachões, Festival do Casqueiro em Idanha-a-Velha [Fonte: Ribeiro, S. 2019] . | 42 |
| Figura 15 - Entrada do forno comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Ribeiro, 2019]..... | 43 |
| Figura 16 - Fachada principal do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005] | 43 |
| Figura 17 - Pormenor do alpendre lateral do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005]..... | 43 |
| Figura 18 - Interior do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005]..... | 44 |
| Figura 19 - Boca do forno e zona de combustão do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005] | 44 |
| Figura 20 - Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Autora 19-04-2025] | 44 |
| Figura 21 - Maria Beatriz Lopes Pinto Antunes Gomes, Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Autora 19-04-2025]..... | 45 |
| Figura 22 - Maria Beatriz Lopes Pinto Antunes Gomes, pão feito no Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Autora 19-04-2025] | 45 |

| | |
|--|----|
| Figura 23 - Casa tradicional com balcão, Rua da Judiaria, Medelim [Fonte: Município de Idanha-a-Nova, 2025] | 49 |
| Figura 24 - Quadro com “D. Mimi”, galeria de retratos dos antigos Presidentes da Junta de Freguesia de Medelim [Fonte: Autora 15-04-2025]..... | 50 |
| Figura 25 - Árvore, trenó e Pai Natal em Crochet, rotunda de Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024]..... | 51 |
| Figura 26 - “Natal em Crochet”, Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024] | 51 |
| Figura 27 - Presépio no “Natal em Crochet”, Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024] | 51 |
| Figura 28 - Ana Filipa Mendes Canilho Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim [Fonte: Autora, 27-03-2024]..... | 52 |
| Figura 29 - Figuras de “Natal em Croché”, Medelim [Fonte: Autora 15-04-2025] | 53 |
| Figura 30 - Boneca com fumeiro, “Natal em Croché”, Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024] | 53 |
| Figura 31 - Maria de Fátima Antunes Nabais Pereira, «crocheteira», Medelim [Fonte: Autora 17-04-2025] | 57 |
| Figura 32 - Quadrados em crochet, Maria de Fátima Antunes Nabais Pereira, Medelim [Fonte: Autora 17-04-2025] | 57 |
| Figura 33 - Vista parcial da aldeia histórica de Monsanto [Fonte: Município de Idanha-a-Nova, 2025]..... | 59 |
| Figura 34 - Adufeiras de Monsanto seguram adufes e marafonas [Fonte: Festa do Adufe, 2025] | 62 |
| Figura 35 - Maria Amélia Mendonça Fonseca, guardiã das tradições de Monsanto [Fonte: Autora 25-04-2025] | 63 |
| Figura 36 - Vista parcial da aldeia de Penha Garcia [Fonte: Município de Idanha-a-Nova, 2025] | 67 |
| Figura 37 - Maias tradicionais de Penha Garcia [SAPO Viagens, 2021] | 69 |
| Figura 38 - Idalina Maria Costa Gameiro, canta e toca adufe, Penha Garcia [Fonte: Autora 29-04-2025]..... | 70 |
| Figura 39 - Vista aérea de Monfortinho [Fonte: A Terceira Dimensão, 2015] | 73 |
| Figura 40 - Procissão e confeção comunitária do tradicional Bodo de Monfortinho [Município de Idanha-a-Nova, 2025] | 74 |
| Figura 41 - Nossa Senhora da Consolação, Monfortinho [Fonte: Maria Helena Luzio Lourenço Pires 08-04-2025] | 74 |

Figura 42 - Maria Helena Luzio Lourenço Pires, participa no Bodo de Monfortinho [Fonte:
Maria Helena 08-04-2025] 75

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1. PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL E TURISMO: CONTEXTOS E DESAFIOS..... | 7 |
| 1.1. PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL: ENQUADRAMENTO E PROBLEMÁTICAS ATUAIS | 7 |
| 1.1.1. A QUESTÃO DA AUTENTICIDADE..... | 8 |
| 1.1.2. O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA..... | 10 |
| 1.1.3. O PARADOXO DA PRESERVAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL..... | 12 |
| 1.2. TURISMO CULTURAL E TURISMO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E A | |
| AUTENTICIDADE DO PATRIMÓNIO IMATERIAL..... | 13 |
| 1.3. O PAPEL DAS MULHERES NA DINAMIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL | |
| 16 | |
| 2. PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO NA BEIRA BAIXA..... | 21 |
| 2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA REGIÃO..... | 21 |
| 2.2. PATRIMÓNIO CULTURAL: PRÁTICAS, SABERES E TRADIÇÕES LOCAIS..... | 23 |
| 2.3. PATRIMÓNIO NATURAL E SUSTENTABILIDADE REGIONAL..... | 27 |
| 2.4. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO..... | 28 |
| 3. GUARDIÃS DA TRADIÇÃO: SABERES, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NAS | |
| COMUNIDADES RURAIS DA BEIRA BAIXA..... | 34 |
| 3.1. ZEBREIRA..... | 35 |
| 3.2. IDANHA-A-VELHA..... | 40 |
| 3.3. MEDELIM..... | 48 |
| 3.4. MONSANTO..... | 59 |
| 3.5. PENHA GARCIA..... | 67 |
| 3.6. MONFORTINHO..... | 73 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 85 |
| WEBGRAFIA..... | 89 |
| NORMATIVOS E DOCUMENTAÇÃO LEGAL..... | 96 |

| | |
|------------------|-----|
| APÊNDICE A | 97 |
| APÊNDICE B..... | 100 |

INTRODUÇÃO

O presente estudo centra-se na investigação da rica herança cultural do concelho de Idanha-a-Nova, um concelho de interior, localizado no Centro de Portugal, na região da Beira Baixa, em processo de perda populacional, aquilo a que se pode chamar de uma região “deprimida”.

Não obstante, este território possui uma vasta diversidade de tradições culturais imateriais, que vão desde as práticas religiosas até às festividades e saberes ligados à terra e à natureza. Ainda assim, a investigação em torno desta tipologia de património cultural é escassa, centrando-se sobretudo em dois elementos: as festividades pascais e o adufe. Em ambos os casos, sobressaem os contributos de António Catana, cuja investigação etnográfica tem sido fundamental para o registo e valorização destas manifestações culturais. No que respeita ao ciclo pascal, destaca-se a obra publicada em 2004, que documenta os rituais religiosos e performativos associados à Semana Santa no concelho¹. Relativamente ao adufe, merece referência o estudo de 2003, que descreve a construção artesanal do instrumento, os seus usos tradicionais e a sua presença nas celebrações locais, considerando-o um dos principais símbolos identitários da região². A esta perspetiva junta-se a publicação da *Revista Adufe*³, que consagra o adufe como elemento central da identidade cultural do concelho, evidenciando a sua relevância nas práticas musicais e festivas da comunidade.

A investigação inicial teve como foco a documentação abrangente das tradições culturais do concelho. Com o aprofundamento do conhecimento sobre o território e o contacto com a população local, destacou-se a figura de Maria Rita Pires Marques — uma mulher com um papel de relevo em Medelim, uma das aldeias de Idanha-a-Nova, no final da década de 1950 — cuja trajetória evidenciou a relevância da participação feminina em contextos socioculturais. Para além de benfeitora da comunidade, exerceu o cargo de presidente da Junta de Freguesia, facto notável numa época em que a presença de mulheres em cargos políticos era rara. Esta constatação suscitou uma reflexão mais ampla sobre o contributo feminino no concelho, evidenciando o papel das mulheres, nas suas múltiplas expressões,

¹ Catana, A. S., & Ferreira, H. (2004). *Mistérios da Páscoa em Idanha*. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

² Catana, A.S. (2003). *Artistas da Nossa Terra*. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

³ A *Revista Adufe* teve a sua primeira edição no 1.º semestre de 2002. Está disponível *online* no sítio da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. As edições iniciais seguiam uma periodicidade semestral.

como pilares fundamentais na preservação do Património Cultural Imaterial (PCI) de Idanha-a-Nova. A partir deste enquadramento, emergiu a intenção de tornar visível o papel desempenhado pelo género feminino na transmissão e continuidade das tradições culturais do território.

Para concretizar esta investigação, foram selecionadas seis aldeias do concelho — Zebreira, Idanha-a-Velha, Medelim, Monsanto, Penha Garcia e Monfortinho. As aldeias foram escolhidas com base em indicadores como a existência de grupos culturais femininos, presença de mulheres em cargos associativos ou práticas identificadas previamente em estudos locais/orais. Esta seleção permitiu observar diferentes expressões do PCI, desde práticas religiosas e musicais até manifestações artesanais e performativas, sempre com enfoque na centralidade das mulheres enquanto agentes de continuidade cultural.

Com base na pesquisa realizada, não foram identificados estudos anteriores que abordem de forma direta e aprofundada o papel das mulheres na salvaguarda do PCI em Idanha-a-Nova. Embora existam referências ao património da região — como o adufe, o croché, as festas e romarias, ou o impacto do turismo cultural — a perspetiva de género associada ao PCI local não parece ter sido ainda objeto de estudo académico sistemático. A importância do património cultural imaterial em territórios de baixa densidade tem vindo, no entanto, a ser destacada por alguns autores, como é o caso de Pinto (2008), que analisa a forma como o isolamento geográfico pode favorecer a persistência e valorização de práticas culturais tradicionais⁴.

A originalidade desta investigação resulta, assim, da conjugação de um enfoque geográfico localizado, da aplicação de metodologias qualitativas baseadas em entrevistas, da abordagem centrada nas mulheres e da análise crítica da relação entre tradição, identidade, turismo e participação comunitária. Neste sentido, o presente estudo pretende dar um contributo para o reconhecimento do papel ativo das mulheres na salvaguarda do património cultural imaterial, ao mesmo tempo que propõe novas leituras e caminhos para futuras investigações nesta área.

⁴ Pinto, C. (2008). *Património Cultural Imaterial na Terra de Miranda: Métodos e práticas* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/>.

Importa, por isso, explicitar os objetivos que orientaram esta investigação, os quais se centram na valorização do contributo feminino para a preservação do PCI em Idanha-a-Nova.

Assim, este estudo propõe-se a:

1. Caracterizar a diversidade de expressões do Património Cultural Imaterial no concelho de Idanha-a-Nova, com enfoque nas seis aldeias selecionadas, contextualizando a relevância das mulheres em cada realidade local;
2. Evidenciar o contributo das mulheres na preservação e transmissão do PCI, destacando práticas culturais como a música, a dança, a culinária, as festividades religiosas e o artesanato;
3. Analisar os processos de transmissão intergeracional das tradições culturais, salientando o papel central das mulheres como agentes de continuidade no seio familiar e comunitário;
4. Compreender as estratégias e iniciativas do município de Idanha-a-Nova no âmbito da salvaguarda do seu património cultural imaterial, avaliando o grau de envolvimento e reconhecimento institucional da participação feminina;
5. Refletir criticamente sobre a articulação entre tradição e contemporaneidade, nomeadamente nos contextos do turismo, dos festivais e das dinâmicas associativas, e o modo como as mulheres adaptam e atualizam práticas culturais;
6. Promover a visibilidade pública das mulheres enquanto protagonistas da cultura local, valorizando os seus saberes, experiências e contributos históricos e contemporâneos;
7. Contribuir para a salvaguarda do PCI do concelho, através da produção de uma base documental que possa servir de referência para futuros projetos de valorização cultural, em alinhamento com as diretrizes da Convenção da UNESCO.

A investigação foi conduzida seguindo uma metodologia qualitativa, adequada à natureza do objeto de estudo: o património cultural imaterial e os testemunhos orais femininos. A metodologia adotada permitiu uma aproximação sensível e contextualizada às práticas e saberes culturais das comunidades locais. A escolha assentou na necessidade de captar não apenas os conteúdos das tradições, mas também os modos como estas são vividas, transmitidas e recriadas pelas mulheres no concelho de Idanha-a-Nova.

As principais técnicas de recolha de dados foram:

1. Pesquisa Bibliográfica: A revisão da literatura permitiu estabelecer um quadro teórico sólido sobre o Património Cultural Imaterial, os processos de salvaguarda e a participação das mulheres em contextos culturais locais. Foram analisadas obras de referência, nomeadamente os contributos de Clara Cabral (2011), que discute as implicações da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do PCI, problematizando conceitos como autenticidade, transmissão e participação comunitária. A autora sublinha a importância do envolvimento efetivo das comunidades na gestão do património, alertando para os riscos da sua “musealização” quando dissociado dos contextos sociais vivos. A nível nacional, destaca-se também o contributo de Barreto (2014) sobre as interseções entre património, desenvolvimento e território em zonas de baixa densidade⁵;
2. Análise de Documentos Históricos e Culturais: A pesquisa incluiu também o estudo de arquivos municipais e documentos locais, realizados na Biblioteca Municipal de Idanha-a-Nova e no Arquivo Municipal, onde foram consultados, entre outros materiais, exemplares físicos antigos da *Revista Adufe*. Estes documentos forneceram elementos essenciais para contextualizar historicamente o papel das mulheres em diferentes práticas culturais do concelho. Foram ainda analisados documentos históricos e fontes regionais sobre Idanha-a-Nova, bem como relatórios técnicos e estudos promovidos por instituições como a Direção Regional de Cultura do Centro, que destacam o papel das mulheres na continuidade de práticas culturais locais, como a confeção de doces, o artesanato e a participação em festividades⁶. Esta análise permitiu cruzar memórias individuais com processos de valorização institucional e comunitária do PCI;
3. Entrevistas Semi-estruturadas: Foram realizadas sete entrevistas, distribuídas pelas seis aldeias do concelho selecionadas, com uma repetição em Medelim devido à possibilidade de entrevistar a Presidente da Junta de Freguesia. As entrevistas foram dirigidas a mulheres com conhecimento ou participação ativa em práticas culturais locais, com o objetivo de recolher testemunhos diretos, narrativas

⁵ Cabral, C.B. (2011), *Património cultural imaterial: Convenção da Unesco e Seus Contextos*. Edições 70; Barreto, M. (2014). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Papyrus Editora.

⁶ Direção Regional de Cultura do Centro. (2023). *O património cultural imaterial da Região Centro: Saber ser, saber fazer*. DRCC.

personais e reflexões sobre o papel feminino na preservação do património. A estrutura semiestruturada do guião (ver Apêndice A) favoreceu a espontaneidade e a profundidade das respostas, permitindo adaptar o questionamento ao perfil e experiência de cada entrevistada. Esta opção metodológica é considerada adequada em estudos qualitativos, pois permite aceder a narrativas pessoais, significados atribuídos pelas participantes e dinâmicas socioculturais específicas. A entrevista semiestruturada é, por isso, amplamente recomendada em investigações deste tipo, como referem Bogdan e Biklen (1994) e Quivy e Campenhoudt (2005). Todas as participantes assinaram uma declaração de consentimento informado (ver Apêndice B), onde foram esclarecidas quanto aos objetivos do estudo, ao caráter voluntário da participação e à utilização confidencial dos dados recolhidos. As entrevistas foram realizadas presencialmente nas respetivas aldeias de residência das participantes, em contextos informais e respeitando o conforto das entrevistadas. A exceção foi a entrevista na aldeia de Monfortinho, que se concretizou por videochamada, devido à indisponibilidade da interlocutora. Os meios de registo utilizados incluíram gravações áudio, sempre com autorização expressa, complementados por notas escritas, garantindo a fidelidade do conteúdo e apoiando a análise posterior. Paralelamente às entrevistas, foram realizadas gravações vídeo de demonstrações práticas de algumas expressões do Património Cultural Imaterial, como o toque da zamburra e o canto tradicional em Zebreira, o toque do adufe em Penha Garcia e a execução de croché em Medelim;

4. Observação - Participante: Sempre que possível, foram acompanhados eventos culturais, festas religiosas e momentos de preparação comunitária. A observação permitiu uma análise em contexto das dinâmicas sociais, dos rituais e das práticas performativas, com especial atenção ao envolvimento feminino nas várias fases — da organização à execução das atividades culturais. Esta técnica, típica das abordagens etnográficas, permite captar dinâmicas sociais, comportamentos em contexto e interações simbólicas, sendo amplamente recomendada por autores como Bogdan e Biklen (1994) e Quivy e Campenhoudt (2005) em estudos de inspiração antropológica e qualitativa.

Os dados recolhidos foram tratados segundo uma abordagem de análise de conteúdo temática, permitindo identificar padrões, contrastes e recorrências entre os testemunhos e a documentação recolhida. A análise foi realizada manualmente, com base numa leitura atenta dos registos das entrevistas, seguindo as etapas de pré-leitura, codificação aberta e agrupamento de categorias emergentes. Esta abordagem revelou-se especialmente eficaz para compreender as experiências das entrevistadas, bem como as ligações entre práticas individuais e o património coletivo. A análise assegurou ainda triangulação com outras fontes, como notas de campo e documentação consultada, reforçando a consistência interpretativa dos dados.

A escolha destas metodologias justifica-se pela natureza imaterial e dinâmica do objeto de estudo. O PCI inclui práticas e saberes que não podem ser captados exclusivamente por métodos quantitativos ou descritivos. A valorização da história oral e da experiência vivida das mulheres é, por isso, fundamental para compreender a forma como o património é transmitido, adaptado e perpetuado em contexto local. A conjugação de observação direta, análise documental e entrevistas possibilitou uma perspetiva aprofundada e multivocal sobre o papel das mulheres na salvaguarda do património cultural imaterial em Idanha-a-Nova.

Desta forma, a dissertação organiza-se em três capítulos principais. O primeiro apresenta o enquadramento teórico e conceptual sobre o Património Cultural Imaterial, com especial enfoque nos desafios da sua salvaguarda, na relação com o turismo e na participação das mulheres. O segundo capítulo foca-se na contextualização territorial e socioeconómica do concelho de Idanha-a-Nova, evidenciando o seu património e os desafios locais ao desenvolvimento. A terceira secção é dedicada à análise das entrevistas realizadas nas seis aldeias selecionadas, permitindo compreender, a partir de testemunhos diretos, as formas de participação feminina na preservação do património cultural imaterial. A dissertação termina com uma reflexão conclusiva sobre os resultados obtidos, aferindo o cumprimento dos objetivos propostos e sugerindo caminhos para investigações futuras.

1. PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL E TURISMO: CONTEXTOS E DESAFIOS

1.1. PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL: ENQUADRAMENTO E PROBLEMÁTICAS ATUAIS

Originalmente associado a uma herança nacional de monumentos, edifícios e objetos tangíveis, o conceito de Património Cultural “teve origem nos finais do século XVIII, no contexto social desencadeado pela Revolução Francesa, que determinou a entrada de obras de arte nos museus e a destruição dos vestígios do Antigo Regime” (Cabral, 2011, p. 50). Este período marcou o início da preservação consciente de objetos e monumentos com valor simbólico e histórico, considerados representações da identidade nacional e da memória coletiva.

A evolução do conceito prosseguiu ao longo dos séculos seguintes, refletindo-se numa crescente consciencialização global acerca da necessidade de proteger tanto o património cultural como o natural. Neste contexto, em 1972, surgiu a primeira grande convenção da UNESCO, a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural. Esta convenção definiu diretrizes internacionais para a conservação de sítios de valor universal excecional, marcando um ponto de viragem na forma como o património mundial era percebido e gerido. Este marco significativo para a conservação patrimonial ajudou a abrir caminho para uma compreensão mais inclusiva e abrangente do património, culminando na adoção da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2003.

A Convenção da UNESCO de 2003 destaca a importância da transmissão contínua do Património Cultural Imaterial de geração em geração, definindo o PCI como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências - bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados - que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural” (UNESCO, 2003, Artigo 2º).

Em Portugal, a abordagem ao Património Cultural reflete uma adaptação das diretrizes da UNESCO, revelando particularidades nacionais que enfatizam a integração das especificidades

locais. A lei de base do Património Cultural em Portugal é a Lei n.º 107/2001, que estabelece as bases para o património cultural nacional. A proteção do PCI foi posteriormente reforçada, alinhando-se com a Convenção da UNESCO através da Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, que aprovou a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Seguiu-se o Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabeleceu o regime jurídico de salvaguarda do PCI e a Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril, que estabeleceu o procedimento de inventariação do PCI. Esta legislação sublinha a importância de salvaguardar o Património Imaterial como uma componente essencial da identidade e diversidade culturais de Portugal. Além disso, promove políticas de documentação e preservação que incentivam a participação ativa das comunidades locais, respeitando a diversidade regional e garantindo que o património se mantenha relevante para as gerações futuras.

O PCI promove, primordialmente, a identidade local e regional e, de forma indireta, contribui para a construção e reconstrução da identidade nacional. Além disso, valoriza a criatividade e a inovação cultural, sendo entendido como uma manifestação viva da cultura que se adapta e evolui, desempenhando um papel essencial na sociedade contemporânea. A preservação do PCI, contudo, enfrenta desafios complexos, entre os quais a questão da autenticidade e a pressão das influências económicas e turísticas (Lira, 2018). É crucial entender o papel das comunidades neste contexto, o que se procurará fazer nos textos que se seguem.

1.1.1. A QUESTÃO DA AUTENTICIDADE

A definição e preservação do Património Cultural Imaterial exigem um exame crítico dos conceitos de autenticidade e integridade cultural, especialmente no contexto contemporâneo da globalização. O conceito tradicional de autenticidade no Património Cultural, frequentemente interpretado sob uma perspetiva ocidental, tende a padronizar as tradições e a promover uma visão homogeneizadora da cultura. Este enquadramento pode ser restritivo, pois procura preservar as culturas de uma forma que mantém as suas características originais intocadas, muitas vezes sem considerar a evolução natural e as influências externas que são uma parte vital da dinâmica cultural (Lira, 2018).

Como Bortolotto (2014) salienta, a abordagem da UNESCO pode ser problemática ao promover um modelo de autenticidade rígido, que potencialmente limita a diversidade

cultural. No entanto, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003 oferece uma perspectiva mais detalhada. Segundo o Artigo 2 da Convenção, a autenticidade do PCI não se centra na preservação de formas imutáveis, mas sim na capacidade das práticas para manterem a sua relevância e função dentro das comunidades que as praticam, adaptando-se a mudanças e evoluindo ao longo do tempo.

Para ilustrar como essas diretrizes são aplicadas na prática, pode-se observar casos em que a UNESCO reconheceu práticas culturais que foram adaptadas ou modernizadas enquanto ainda preservam o seu valor cultural central. Por exemplo, na preservação da música e dança tradicional de alguns grupos indígenas, onde a inclusão de instrumentos modernos foi aceite como parte da evolução da tradição, sem que isso compromettesse a autenticidade percebida dessas práticas. Portanto, enquanto a UNESCO reconhece a importância da flexibilidade e da relevância contemporânea nas práticas culturais, a crítica de Bortolotto sublinha a necessidade de um cuidado ainda maior para garantir que as políticas de preservação do PCI promovam a diversidade cultural e permitam a evolução natural das práticas culturais. Esta abordagem equilibrada é crucial para garantir que o património cultural imaterial continue a ser uma fonte viva de identidade e experiência para as comunidades em todo o mundo.

Como afirma João Leal, a aplicação de uma visão homogénea sobre o que é “património cultural autêntico” pode levar a uma forma de “objectificação da cultura”, em que práticas culturais dinâmicas e mutáveis são tratadas como representações fixas e idealizadas (2013 p.9). Assim, o conceito de autenticidade torna-se uma construção que, ao invés de refletir a verdadeira diversidade cultural, impõe um padrão externo e idealizado.

Esta problemática coloca-se de forma particular nas intervenções externas, como as políticas de valorização patrimonial da UNESCO, levando a questionar até que ponto essas políticas respeitam ou distorcem as práticas culturais locais. Será que as definições externas de autenticidade realmente protegem o valor cultural, ou transformam-no numa representação para consumo turístico? Autores como Lira (2018) e Bortolotto (2014) destacam que a preservação do património pode tornar-se uma forma de colonização cultural, em que as culturas locais são adaptadas para atrair uma audiência global, promovendo uma versão simplificada e mercantilizada da cultura.

O debate sobre autenticidade e as tensões da globalização encontram terreno fértil no turismo, setor em que as práticas culturais são frequentemente transformadas e

comercializadas. Este fenómeno serve como um exemplo crítico de como as pressões externas podem influenciar e até mesmo comprometer a autenticidade do PCI.

A valorização do PCI como resposta à desertificação económica e ao declínio populacional das regiões rurais exige uma análise aprofundada. Embora o turismo cultural tenha o potencial de revitalizar comunidades, proporcionando incentivos económicos e promovendo o interesse nas tradições locais, coloca em causa o equilíbrio entre o valor económico e o valor cultural do património. Como aponta Bortolotto (2014), as práticas culturais, ao serem transformadas em património, enfrentam uma adaptação a critérios internacionais de preservação que pode limitar a sua diversidade e autenticidade, frequentemente resultando numa homogeneização que se alinha com expectativas globais. Este fenómeno levanta questões sobre a autenticidade das tradições apresentadas, que são frequentemente simplificadas ou dramatizadas para se tornarem mais *atraentes* ou *compreensíveis* para os turistas. Ao enfatizar elementos espetaculares e comerciais, corre-se o risco de diluir o valor cultural das tradições e comprometer a sua essência. Como observa João Leal (2013), esta *objetificação* da cultura, impulsionada pela procura externa, substitui frequentemente o sentido profundo das práticas culturais pela criação de uma experiência turística que reflete apenas uma imagem idealizada do património.

Adicionalmente, a dependência económica criada pelo turismo pode tornar-se insustentável. As comunidades que adaptam as suas práticas culturais para satisfazer as exigências externas podem acabar por perder a ligação autêntica e vivencial com as suas tradições, comprometendo a integridade do PCI. Lira (2018) alerta que esta dependência pode gerar uma *homogeneização cultural*, na qual as identidades locais são transformadas em representações culturais superficiais, projetadas apenas para satisfazer um mercado global. Este processo de *turistificação* do património esvazia o valor intrínseco das práticas culturais e promove uma visão estereotipada das comunidades, contribuindo para uma identidade cultural artificial e fragmentada. Neste contexto, é essencial refletir sobre formas de turismo cultural que respeitem o PCI e promovam práticas sustentáveis, protegendo as tradições locais sem comprometer a sua autenticidade. Em vez de moldar o património para o turismo, seria mais vantajoso adotar abordagens que envolvam as comunidades como guardiãs e transmissoras das suas próprias tradições.

1.1.2. O PAPEL DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Um dos contributos centrais da Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) foi o reconhecimento formal do papel crucial das comunidades locais na preservação e continuidade do PCI. O documento enfatiza que o PCI depende da “mais ampla participação possível das comunidades, grupos e, se for caso disso, indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse património, e de os envolver ativamente na sua gestão” (UNESCO, 2003, Artigo 15).

Clara Cabral (2011) sublinha que, historicamente, o património era visto como um recurso estático e monumental, mas o conceito expandiu-se para incluir a dinâmica das práticas vivas. A autora ressalta que o PCI “enquanto reflexo e instigador identitário, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história” (Cabral, 2011, p. 62). Contudo, é essencial reconhecer que dentro das próprias comunidades existem visões diversas e muitas vezes conflitantes sobre o que constitui o património. As comunidades não são entidades homogêneas; elas são compostas por indivíduos com diferentes perspetivas, experiências e interesses que podem influenciar a forma como o património é percebido e valorizado. Este reconhecimento das dinâmicas internas e da heterogeneidade das comunidades é crucial para evitar a simplificação e a idealização das tradições culturais como algo uniforme. Em vez disso, a gestão do património deve incorporar essas múltiplas vozes e perspetivas, garantindo que a preservação do PCI reflita autenticamente a riqueza e a complexidade das práticas culturais vivas. A abordagem deve ser suficientemente flexível para acomodar mudanças e negociações internas, promovendo um diálogo contínuo entre os diferentes intervenientes envolvidos, desde académicos e legisladores até aos próprios membros da comunidade, para garantir que o património cultural imaterial continue relevante e significativo para todos aqueles que o mantêm vivo (Cabral, 2011).

Cabral defende que o processo de transformação em património, sem o envolvimento genuíno dos praticantes, pode levar à “musealização” das tradições, transformando práticas vivas em artefactos para consumo externo, um ponto também abordado por Leal (2013), que considera o envolvimento dos detentores das tradições essencial para evitar a transformação das práticas culturais em meras representações históricas. De acordo com Lima Filho, Beltrão e Eckert (2007), a participação comunitária não é apenas uma abordagem desejável, mas uma necessidade prática para garantir a integridade das práticas culturais. Estes autores consideram que o estudo e a preservação do PCI exigem um diálogo interdisciplinar com a

Antropologia desempenhando um papel fundamental ao valorizar as dimensões sociais e culturais do património e ao destacar as implicações da intervenção externa nas práticas locais. A UNESCO reforça esta visão ao incluir na sua definição de PCI a importância de preservar não só o conteúdo das tradições, mas também os contextos sociais nos quais elas são transmitidas, garantindo que o património cultural se mantenha relevante e acessível para as gerações futuras.

1.1.3. O PARADOXO DA PRESERVAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO CULTURAL

Para Clara Cabral (2011), a preservação do PCI não pode ser vista como um processo de 'congelamento' das tradições, mas sim como uma estratégia para que essas práticas culturais continuem a evoluir e a ter significado para as comunidades que as praticam. Este entendimento é essencial na superação dos desafios contemporâneos, especialmente aqueles impostos pela globalização e pelo turismo, que muitas vezes convertem as tradições em produtos comerciais, como já salientado. Lira (2018) e Berliner (2014) destacam a importância de assegurar que as políticas de preservação respeitem o valor intrínseco do PCI, evitando a sua comercialização excessiva e a descaracterização cultural.

Diana Taylor (2008), por sua vez, aborda as performances culturais como elementos essenciais do Património Cultural Imaterial, enfatizando que são manifestações efémeras e dinâmicas, cuja relevância reside na sua recriação constante e no envolvimento da comunidade. Para Taylor, essas performances não podem ser capturadas ou exibidas como objetos estáticos de museu, pois a sua essência está na interação viva e contínua entre os praticantes e o seu público. Por isso, ela defende que a proteção do PCI deve reconhecer e respeitar essa natureza viva, garantindo que a preservação não transforme tradições culturais em representações rígidas ou imutáveis, mas sim em práticas culturais que mantêm a sua vitalidade e sentido original.

A preservação de práticas culturais que naturalmente evoluiriam pode, por um lado, 'congelar' a cultura no tempo, impedindo a sua adaptação às novas realidades. Por outro lado, uma abordagem mais flexível pode permitir transformações que, a longo prazo, podem diluir ou até apagar elementos tradicionais. Assim, é essencial refletir sobre como as políticas de preservação podem estabelecer um equilíbrio que permita a evolução cultural, respeitando a

sua autenticidade e garantindo que as mudanças não comprometam a integridade das tradições.

Embora as políticas públicas e o envolvimento comunitário sejam essenciais, é igualmente importante garantir que as tradições culturais mantenham uma ligação autêntica com o quotidiano das comunidades, evitando que se tornem representações vazias para consumo externo.

1.2. TURISMO CULTURAL E TURISMO SUSTENTÁVEL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E A AUTENTICIDADE DO PATRIMÓNIO IMATERIAL

A cultura não é apenas um conjunto de tradições, mas também um recurso valioso capaz de impulsionar o turismo e, ao mesmo tempo, revitalizar e preservar as identidades locais. O turismo cultural e o turismo sustentável têm sido reconhecidos como motores de desenvolvimento económico e social, especialmente em regiões com um património histórico e cultural significativo. Contudo, à medida que o turismo se expande, surgem novos desafios para equilibrar o crescimento económico com a preservação da autenticidade cultural. Em regiões como Idanha-a-Nova, o território sobre o qual este estudo se centra, o turismo pode revitalizar a economia local, proporcionando novas oportunidades de desenvolvimento. No entanto, é fundamental questionar até que ponto essa valorização é realmente sustentável e se respeita as tradições, sem comprometer o património cultural e a identidade das comunidades (Barreto, 2014; Marújo, 2014).

O turismo cultural é compreendido como a prática de viajar para apreciar e experienciar os elementos culturais de uma região, incluindo a sua arte, festivais, práticas religiosas e outros aspetos que refletem a sua identidade. Esta forma de turismo tem o potencial de promover a valorização do património e fortalecer a coesão social, ao permitir que as comunidades locais assumam o protagonismo na promoção da sua herança cultural (Barreto, 2008; Marújo, 2014). No entanto, ao mesmo tempo que estas práticas podem trazer benefícios económicos e sociais, também levantam preocupações sobre os seus impactos a longo prazo. Há uma crítica crescente sobre como o turismo cultural pode, por vezes, levar à comercialização do

património imaterial, transformando tradições vivas em meros espetáculos para consumo externo.

Butler (1980) desenvolveu o conceito de 'Ciclo de Evolução das Áreas Turísticas', argumentando que o turismo segue um ciclo que começa com um interesse inicial por uma área, seguido de um crescimento acelerado à medida que esta se torna popular. Contudo, após essa fase de expansão, pode ocorrer um declínio devido à sobre-exploração dos recursos e à consequente perda de autenticidade. À medida que o local se torna excessivamente comercializado, as tradições culturais, outrora autênticas, são frequentemente ajustadas ou transformadas para corresponder às expectativas dos turistas, o que pode resultar na degradação do valor cultural original da região. Assim, o ciclo turístico atinge um ponto em que, se não houver uma gestão adequada, a área pode perder o seu apelo, resultando numa diminuição do fluxo de visitantes e numa eventual estagnação económica.

De acordo com Chiara Bortolotto (2014), a comercialização e a transformação das tradições culturais em produtos turísticos podem trazer desafios sérios à preservação autêntica do PCI. A autora discute como as intervenções da UNESCO podem, inadvertidamente, levar à adaptação de tradições culturais para corresponder a padrões externos, o que compromete a autenticidade das práticas culturais. Esse processo pode resultar na criação de versões estereotipadas e superficiais da cultura, que acabam por perder o seu significado genuíno. Em vez de preservar a essência cultural, as práticas tendem a ser adaptadas para maximizar o seu apelo turístico, comprometendo tanto a autenticidade quanto a continuidade das tradições. Bortolotto adverte que essa «patrimonialização» forçada muitas vezes negligencia a importância de preservar o contexto social em que essas práticas se desenvolveram originalmente, priorizando o interesse económico em detrimento do valor cultural genuíno. Como resultado, o PCI corre o risco de se transformar numa mera «mercadoria» cultural, esvaziando o seu valor identitário e comunitário.

Neste contexto, o turismo sustentável surge como uma solução potencial, visando um desenvolvimento equilibrado que melhore a vida das comunidades anfitriãs e mantenha a qualidade do ambiente cultural. Marújo & Carvalho (2010) enfatizam que o turismo sustentável deve:

A noção de turismo sustentável deve levar em conta um modelo de desenvolvimento económico que permita: melhorar a qualidade de vida das comunidades anfitriãs; melhorar a qualidade de vida com benefícios

económicos e sociais não só para os residentes, mas também para as empresas; promover uma qualidade elevada na experiência do visitante; manter a qualidade do ambiente da qual depende não só a comunidade anfitriã, mas também o visitante; assegurar uma distribuição equitativa tanto dos benefícios como dos custos; encorajar a compreensão dos impactos do turismo no ambiente cultural, humano e material; melhorar as infra-estruturas sociais e de cuidados de saúde. (2010, pp. 149-150)

Esta definição abrangente de turismo sustentável destaca a necessidade de um equilíbrio entre as dimensões social, económica e cultural. O verdadeiro objetivo é garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos equitativamente, protegendo, ao mesmo tempo, o ambiente que sustenta esta interação. Para que o turismo seja verdadeiramente sustentável e responsável, é crucial que as comunidades locais sejam envolvidas desde o planeamento até à implementação das atividades turísticas. Brito (2017) sublinha a importância de garantir que o desenvolvimento turístico beneficie as comunidades locais, preservando a sua identidade cultural e evitando a transformação de tradições em meras encenações para turistas.

A Convenção da UNESCO de 2003 salienta que o PCI deve ser preservado com o envolvimento das comunidades, garantindo que as tradições permaneçam relevantes e vitais, como referido anteriormente. Diana Taylor (2008) critica a forma como o turismo, ao transformar performances culturais em espetáculos, pode esvaziar a sua dimensão interativa e viva. Para Taylor, o verdadeiro valor das tradições reside na sua recriação contínua e no envolvimento ativo da comunidade, e não na sua fossilização para agradar os visitantes. Esta preocupação é partilhada por outros estudiosos, que alertam para o risco de, ao serem transformadas em "produtos" turísticos, as tradições culturais perderem a sua autenticidade. Lira (2018) salienta que o desafio não reside apenas em preservar a forma material das tradições, mas também em manter o seu significado e relevância para as comunidades que as vivenciam. Quando essas performances são adaptadas para satisfazer o gosto dos turistas, há uma tendência para reduzir práticas culturais ricas e dinâmicas a meras encenações superficiais, o que compromete a sua integridade expressiva. Além disso, a noção de autenticidade, conforme discutida por Lira, vai além do aspeto físico ou visual, envolvendo um entendimento mais profundo das práticas culturais como expressões vivas que são continuamente recriadas pela comunidade. Assim, quando o turismo impõe uma versão estereotipada destas tradições, desconsidera-se a sua natureza dinâmica e a capacidade das comunidades para adaptarem e renovarem as suas práticas culturais de forma genuína. Em vez de permitir que o património cultural imaterial se adapte e evolua naturalmente, o

turismo pode, inadvertidamente, levar à sua cristalização, tratando essas tradições como algo fixo e imutável, o que limita a sua evolução e significado para a comunidade.

Idanha-a-Nova enfrenta desafios significativos relacionados à perda populacional, envelhecimento demográfico e fragilidade económica. Estes desafios tornam ainda mais crucial a valorização do património cultural como um elemento-chave para a preservação da identidade local e para impulsionar o desenvolvimento. No contexto português, regiões como Idanha-a-Nova têm procurado conciliar o turismo cultural com a preservação sustentável, apoiando-se em políticas nacionais, como a Lei n.º 107/2001. Este esforço procura não só revitalizar a economia local, mas também fortalecer as comunidades através do reconhecimento e celebração das suas tradições culturais únicas. Contudo, a implementação dessas políticas nem sempre reflete os princípios defendidos pela UNESCO, sobretudo no que diz respeito à participação ativa das comunidades locais. Brito (2017) argumenta que, embora existam diretrizes para um turismo responsável, a prática tende frequentemente a focar-se mais nos benefícios económicos do que no verdadeiro envolvimento comunitário, comprometendo a preservação da identidade cultural das regiões.

À medida que o turismo se expande, há um risco crescente de que as tradições culturais sejam moldadas para satisfazer a procura externa, levando a um processo que pode ser visto como uma forma de “colonização cultural”. Bortolotto (2014) alerta que, quando o turismo dita o que deve ser preservado, muitas vezes as tradições são adaptadas para agradar os turistas, o que pode comprometer a sua autenticidade. Isto é particularmente preocupante em áreas onde o turismo se torna a principal fonte de receita, forçando as comunidades a ajustarem as suas práticas culturais para maximizar o apelo turístico. Este paradoxo torna-se evidente quando aquilo que deveria ser uma experiência autêntica se transforma numa encenação para os visitantes.

Dessa forma, é crucial que as políticas de turismo sejam orientadas não apenas para o crescimento económico, mas para a proteção da autenticidade cultural. Como argumentam Marújo e Carvalho (2010), a sustentabilidade no turismo requer um compromisso genuíno com a participação comunitária e uma gestão responsável dos recursos culturais.

1.3. O PAPEL DAS MULHERES NA DINAMIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL

A valorização do Património Cultural Imaterial tem sido acompanhada por uma reflexão crescente sobre o papel que as comunidades locais têm na sua transmissão e continuidade, como foi já abordado. Para este estudo em concreto, destaca-se a influência das mulheres, frequentemente responsáveis pela manutenção de práticas culturais fundamentais nas suas comunidades.

A centralidade dos elementos do sexo feminino na transmissão e revitalização do PCI torna-se ainda mais evidente quando se analisa a diversidade de práticas culturais em que estas assumem um papel determinante. No contexto do Pacífico, verificou-se que, apesar das profundas transformações sociais e culturais provocadas pela colonização e globalização, as mulheres continuam a desempenhar funções essenciais na preservação de saberes tradicionais. Como referem Bolton e Kelly (2001), “as mulheres são também guardiãs do património cultural imaterial, que abrange, entre outras formas, as artes performativas, incluindo a música, o conhecimento culinário e medicinal, e o saber-fazer para a criação da cultura material” (p. 2).

Além da valorização cultural, a documentação do saber-fazer feminino no Pacífico tem-se revelado uma ferramenta poderosa para a autonomia económica e emancipação social das mulheres. Projetos como o *Women Fieldworkers Program* no Vanuatu Cultural Centre demonstram como as mulheres podem ser agentes ativas na recolha e revitalização dos seus próprios patrimónios, abordando temas como práticas alimentares, métodos tradicionais de luto e respeito, ou ainda os calendários sazonais relacionados com a agricultura (Bolton & Kelly, 2001).

A importância do papel das mulheres no PCI estende-se também à capacidade de resistência cultural e emancipação social. Em diferentes contextos, como no Afeganistão, Irão ou Indonésia, as mulheres têm-se apropriado da transmissão cultural como meio de afirmação pessoal e coletiva. No caso da comunidade Pashtun, por exemplo, a poesia oral *landay* permite que mulheres, frequentemente analfabetas, se expressem num espaço público, tornando-se socialmente reconhecidas (Vo, 2020). Além disso, certas práticas culturais revelam uma transmissão estritamente de género. A cerâmica Mangoro na Costa do Marfim é um exemplo de tradição exclusivamente feminina, passada de geração em geração entre mulheres, reforçando laços comunitários e identitários (Vo, 2020). A transmissão culinária, particularmente nas culturas mediterrânicas, é outro domínio onde a mulher ocupa uma

posição central, não sendo vista como subalterna, mas sim, como detentora de um saber essencial para a coesão familiar e social (Vo, 2020).

Embora o presente trabalho procure destacar o papel ativo e central das mulheres na preservação e transmissão do PCI, é relevante considerar como os instrumentos internacionais, nomeadamente os promovidos pela UNESCO, refletem ou negligenciam essa realidade. Whittington (2022) alerta para o facto de que, embora o direito ao património cultural seja reconhecido como um direito humano, os mecanismos de identificação e gestão do património, frequentemente dominados por Estados, tendem a privilegiar o património de grupos sociais dominantes, deixando de lado práticas culturais associadas a mulheres e outras comunidades marginalizadas.

Esta constatação reforça a necessidade de se desenvolverem abordagens mais inclusivas e sensíveis ao género, capazes de reconhecer e valorizar o papel das mulheres no património cultural. Neste sentido, estudos realizados em contextos lusófonos, como o de Zarbato (2021), propõem uma leitura crítica e didática do património cultural, defendendo que a memória e o saber feminino devem ser integrados de forma mais visível nas narrativas patrimoniais. A autora argumenta que o património cultural pode servir como ferramenta para tornar mais evidentes as contribuições das mulheres ao longo da história, promovendo uma memória coletiva mais justa e representativa. Além disso, destaca a importância de metodologias participativas, que envolvam as comunidades locais, especialmente as mulheres, na salvaguarda e na educação patrimonial.

Esta multiplicidade de abordagens evidencia a crescente consciência, tanto a nível internacional como em contextos lusófonos, da importância de integrar as mulheres na construção e transmissão do património cultural. Portugal não é exceção, apresentando uma rica diversidade de práticas culturais em que as mulheres têm um papel incontornável, tanto na preservação de saberes ancestrais como na dinamização de manifestações culturais contemporâneas.

Esta realidade torna-se particularmente visível em manifestações culturais profundamente enraizadas nas comunidades locais, como é o caso do Cante Alentejano. Tradicionalmente associado ao trabalho no campo e à vida rural, o Cante tem sido, ao longo das décadas, não apenas uma expressão artística coletiva, mas também um veículo de identidade e coesão social. Dentro deste contexto, as mulheres sempre desempenharam um papel essencial, quer

enquanto participantes ativas na prática do Cante, quer como guardiãs das memórias e dos saberes que lhe dão forma (Movimento Democrático de Mulheres, 2016).

Embora durante largos períodos a participação feminina não tenha sido plenamente reconhecida, as mulheres mantiveram viva esta tradição em diversos contextos do quotidiano, nomeadamente em ambientes familiares e comunitários. Estudos recentes destacam que, ao longo do tempo, a atuação feminina foi crucial para a continuidade do Cante, mesmo quando formalmente ausente dos espaços públicos mais valorizados. Nos últimos anos, assistiu-se a uma valorização crescente da sua presença, com o surgimento e fortalecimento de grupos corais femininos, que não apenas asseguram a transmissão do Cante, como também introduzem novas dinâmicas, enriquecendo esta manifestação com novas vozes e experiências (Movimento Democrático de Mulheres, 2016).

Este fenómeno ilustra como o Património Cultural Imaterial em Portugal se constrói a partir da participação ativa das mulheres, que, através das suas práticas, contribuem decisivamente para a continuidade e vitalidade das tradições. O reconhecimento destas contribuições, muitas vezes ocultas ou desvalorizadas, é fundamental para uma abordagem mais inclusiva e plural do património, onde se respeite e celebre a diversidade dos agentes culturais e a multiplicidade das suas expressões (Movimento Democrático de Mulheres, 2016).

No contexto da Região Centro de Portugal, a influência das mulheres nas práticas do Património Cultural Imaterial manifesta-se de forma significativa, especialmente em atividades ligadas ao saber-fazer artesanal e alimentar. O estudo promovido pela Direção Regional de Cultura do Centro destaca a relevância destas práticas enquanto expressões identitárias das comunidades, reforçando que muitas delas são mantidas e transmitidas por mulheres, assumindo um papel central na continuidade cultural da região (Direção Regional de Cultura do Centro, 2023).

Entre as manifestações analisadas, a produção de louça regional evidencia uma clara divisão de tarefas de género, em que os homens tradicionalmente operam o torno, enquanto as mulheres são responsáveis pela pintura das peças. Este trabalho decorativo, segundo o estudo, representa não apenas a preservação de técnicas ancestrais, mas também uma renovação criativa que valoriza o contributo feminino na construção simbólica e estética destes objetos culturais (Direção Regional de Cultura do Centro, 2023).

Outras atividades, como a confeção de doces regionais ou a tecelagem, reafirmam o papel das mulheres na transmissão de saberes e técnicas fundamentais para a vida cultural das

comunidades. Além disso, o envolvimento feminino em festividades e rituais é também destacado, com as mulheres a assumirem funções organizativas e simbólicas essenciais, garantindo a dinamização e continuidade do PCI (Direção Regional de Cultura do Centro, 2023). A valorização destas práticas, segundo a publicação, integra-se numa estratégia de salvaguarda cultural e desenvolvimento sustentável, onde o contributo das mulheres é reconhecido como decisivo para a preservação do património, mas também para o fortalecimento das dinâmicas sociais e económicas da região (Direção Regional de Cultura do Centro, 2023).

Estes exemplos reforçam a importância de analisar, à escala local, como estas dinâmicas globais e nacionais se refletem em territórios específicos, como o concelho de Idanha-a-Nova, onde o papel das mulheres no PCI assume contornos singulares e profundamente enraizados na identidade comunitária.

2. PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO NA BEIRA BAIXA

2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA REGIÃO

Idanha-a-Nova é o quarto concelho mais extenso de Portugal, caracterizando-se pela riqueza do seu património cultural, histórico e paisagístico. Segundo o *Guia de Portugal* (2014), o concelho destaca-se por uma diversidade de elementos que combinam tradição, natureza e história, fazendo dele um território único e representativo da identidade beirã.

Situada na região da Beira Baixa, no centro de Portugal, enquadrada pelos concelhos de Penamacor, Castelo Branco, Fundão e por Espanha, Idanha-a-Nova destaca-se pela sua vasta extensão territorial e posição estratégica na fronteira com o país vizinho. É sede de um dos maiores municípios de Portugal, como referido, com 1.412,73 km² de área, subdividido em 17 freguesias.



Figura 1 - Mapa de Idanha-a-Nova [Fonte: Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2025]

Conforme descrito pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, "a meio caminho entre Lisboa e Madrid, o Concelho de Idanha-a-Nova não podia estar melhor localizado. Com a autoestrada da Beira Interior (A23) e o IC31 até à fronteira das Termas de Monfortinho, dispõe atualmente de boas acessibilidades, a apenas 286 km de Lisboa. Pela autovia Cória/Navalmoral de la Mata e Cáceres, são apenas 320 km até Madrid e muito menos até Cáceres, Badajoz e Salamanca"(CM de Idanha-a-Nova, 2025, s/p). Esta posição geográfica de proximidade com o

outro lado da fronteira não apenas molda a identidade local, mas também reforça o seu papel como ponto estratégico para o intercâmbio de influências culturais - nas festividades, gastronomia e costumes- e económicas.

O concelho, com uma rica herança cultural e histórica, foi um ponto de convergência de várias culturas ao longo de mais de 2000 anos, desde os romanos até aos visigodos e árabes (Adufe, 2005; Marcelo, 1993).

Historicamente, Idanha-a-Nova tem raízes que remontam à Pré-História, com evidências de influências romanas, nomeadamente nas freguesias de Monsanto, Idanha-a-Velha e Ladoeiro, e nas campinas de Idanha-a-Nova, onde existiu uma vila romana assinalada num mosaico descoberto (Cityofmusic.cm, 2025). Idanha-a-Velha (Egitânia) é famosa pelos seus vestígios arqueológicos: é um testemunho proeminente do período romano na Península Ibérica, destacando-se pelas suas ruínas bem preservadas; foi ainda um importante centro administrativo e religioso, sendo que a imponente Sé Catedral de origem visigótica reflete a importância histórica da região através dos tempos (Aldeias Históricas de Portugal, 2025). Monsanto, por outro lado, complementa este património com a sua imponente fortificação e é, ainda hoje, conhecida como "a aldeia mais portuguesa de Portugal" (Aldeias Históricas de Portugal, 2025).

Por outro lado, Idanha-a-Nova, atual sede do município, estabelecida mais tarde como uma entidade administrativa separada, cresceu em importância, principalmente após o declínio de Egitânia. O nome "Egitânia Nova" foi adotado para refletir a nova fase de desenvolvimento e para distinguir a vila da antiga Egitânia (Marcelo, 1993). Idanha-a-Nova ostenta uma história rica e diversificada que se reflete na arquitetura e no espírito da vila. Marcelo (1993), descreve a vila como um mosaico de histórias e arquiteturas, onde se destacam edifícios históricos que servem de testemunho às várias épocas de prosperidade e desafio. O centro da vila é marcado por ruas estreitas que se abrem em praças amplas, cada uma contando uma parte da história de Idanha, desde o seu papel durante a Reconquista até à sua importância nas rotas comerciais e militares durante o período medieval e moderno. A vila não só serve como um lembrete vivo das camadas de história que amoldaram a região, mas também como um centro de inovação cultural que continua a evoluir e adaptar-se às necessidades contemporâneas (Marcelo, 1993).

Esta herança histórica e a posição geográfica de Idanha-a-Nova, perto da fronteira espanhola, enriqueceu a sua cultura com influências ibéricas, evidentes na música,

gastronomia e festividades locais. Esta interação cultural constante, destacando a fusão da tradição com a inovação, exemplifica o florescimento de áreas rurais enquanto preservam o seu caráter histórico e cultural. Essa riqueza cultural é fortalecida pelas práticas culturais raianas, que Amante (2007) identifica como estratégias adaptativas que reforçam a coesão comunitária e fortalecem a resistência cultural nas regiões fronteiriças. Essas influências culturais manifestam-se vividamente durante a Festa Raiana, que celebra e reforça os laços transfronteiriços de Idanha-a-Nova com Espanha. Este festival sublinha a cooperação transfronteiriça e celebra a rica tapeçaria cultural que une estas regiões. Durante a festa, realizam-se concertos, demonstrações gastronómicas e atividades focadas na sustentabilidade e desenvolvimento agrícola. A Festa Raiana não apenas fortalece os laços entre Portugal e Espanha, mas também atrai visitantes e promove a diversidade cultural e a sustentabilidade (E-Cultura, 2025; Feira Raiana, 2024).

Além das celebrações locais, o reconhecimento internacional de Idanha-a-Nova como Cidade Criativa da Música pela UNESCO, em 2015, reflete a sua rica tradição musical e cultural que continua a influenciar as dinâmicas modernas da região (Cityofmusic.cm, 2015). Este legado histórico é complementado por uma comunidade vibrante que mantém vivas as tradições culturais, como festas religiosas e feiras que remontam a tempos seculares, refletindo a identidade única desta freguesia.

2.2. PATRIMÓNIO CULTURAL: PRÁTICAS, SABERES E TRADIÇÕES LOCAIS

O Património Cultural de Idanha-a-Nova reflete a sua longa história e a diversidade de influências que moldaram a região. Abrangendo desde a música tradicional, como o emblemático Adufe, até às lendas e tradições que permeiam a vida local, o concelho destaca-se pela sua capacidade de preservar e revitalizar o seu legado cultural. Este património não apenas fortalece a identidade local, mas também desempenha um papel crucial no fomento do turismo cultural e na educação das gerações futuras sobre o valor da herança cultural imaterial.

Aprofundando o Património Cultural de Idanha-a-Nova, irão explorar-se as várias facetas que caracterizam a rica herança cultural desta região. Este segmento aborda desde a tradição

musical e artesanal, exemplificada pelo Adufe, até às lendas locais e tradições pascais, refletindo as práticas e crenças profundamente enraizadas que continuam a influenciar a vida comunitária.



Figura 2 - Adufes- Casa de Artes Tradicionais de Idanha-a-Nova [Fonte: Autora 28-10-2023]



Figura 3 - José Relvas com Adufe [Fonte: Autora 23-10-2023]

Na maioria das freguesias de Idanha-a-Nova, o pandeiro bi-membranofone é conhecido como 'Adufe', embora em algumas áreas, como Rosmaninhal, seja referido como 'Pandeiro' (Catana, 2003). Este instrumento, descrito na *Revista Adufe* como sendo “feito de pele de ovelha ou cabra (samarra), montada numa armação quadrada de ripas de madeira (as armas), formando uma caixa de ressonância estreita, dentro da qual são colocadas sementes, areias, soalhas ou mesmo caricas, achatadas e furadas, soltas ou presas a fios que, fixos às armas, se cruzam no interior com o objetivo de enriquecer o som do instrumento”, é um “instrumento musical e símbolo destacado da região, cujo principal centro de produção é Idanha-a-Nova” (*Revista Adufe*, 2002, Nº.2 p.11). Embora este tipo de pandeiro bi-membranofone fosse comum desde Trás-os-Montes até ao Baixo Alentejo, hoje é principalmente em Idanha-a-Nova que se mantém com vitalidade, sendo construído manualmente no Centro de Artes Tradicionais do Município (Turismo Centro de Portugal, 2025) e por José Relvas, “o mais antigo construtor de adufes” (Catana, 2003, p. 128). O adufe está presente nas celebrações locais e é considerado um veículo para preservar e transmitir as tradições e memórias da comunidade.

Este destaque na música e no artesanato local demonstra como o adufe é mais do que um instrumento; é um símbolo da identidade e do património cultural de Idanha-a-Nova.



Figura 4 - Marafona [Fonte: Autora 09-03-2025]

Além do adufe, outro elemento distintivo do património cultural de Idanha-a-Nova é a marafona. As marafonas são bonecas tradicionais de Monsanto e Penha-Garcia, emblemáticas nas festividades locais, particularmente na Festa do Castelo ou da Divina Santa Cruz em Monsanto (*Revista Adufe*, 2002, Nº.2 p.11). Estas bonecas, caracteristicamente sem rosto, são consideradas símbolos de fertilidade e proteção contra o mal. O seu fabrico e venda persistem como uma prática cultural importante, preservando assim uma tradição que integra crenças antigas com o artesanato contemporâneo da região (Evasões, 2020). Esta tradição reforça a identidade cultural local e atrai interesse turístico, celebrando a herança única da área.



Figura 5 - Madeiro de Natal de 2008 na aldeia de Monsanto [Fonte: Fonseca, 2018]

Após explorar o artesanato distintivo de Idanha-a-Nova, é essencial mergulhar nas lendas e tradições que enriquecem ainda mais o tecido cultural deste concelho. Uma dessas tradições profundamente enraizada é a do Madeiro, um costume que ilustra a forte ligação da comunidade com as suas raízes históricas e espirituais. Esta prática consiste na queima de um grande tronco de árvore ou de vários ramos robustos na noite de Natal, simbolizando a luz e o calor durante o período festivo (Celestino, 2021).

Em Monsanto, segundo a tradição, todos os anos um grande tronco é transportado até a Igreja de Santa Maria do Castelo para ser queimado em louvor ao Deus Menino. Esta prática foi uma vez proibida por um governador, o que, segundo a lenda, levou a uma série de eventos desafortunados culminando num castigo divino (*Revista Adufe*, 2003, 1(1), p. 13). Este evento fortaleceu a determinação da comunidade de Monsanto em manter viva esta prática, que hoje continua a ser um ponto central das celebrações de Natal, simbolizando não só a fé, mas também a resistência cultural da região.



Figura 6 - As três Marias- Procissão do Encontro-Medelim [Fonte: Autora 27-03-2024]

É ainda relevante destacar as celebrações pascais que marcam o calendário litúrgico do concelho. Em 2019, Idanha-a-Nova integrou a Rede Europeia de Celebrações da Semana Santa e da Páscoa, uma iniciativa que promove o património cultural das comemorações pascais através de uma rota cultural europeia, juntamente com países como Espanha, Itália, Malta, Eslovénia e Croácia (Holy Week Europe, 2025). Idanha-a-Nova, com as suas aproximadamente 280 tradições quaresmais e pascais, desde a Quarta-Feira de Cinzas até ao Domingo de Pentecostes, fortalece a representação portuguesa nesta rede, que incluía inicialmente apenas Braga. As práticas quaresmais e pascais em Idanha-a-Nova são particularmente

distintas, abrangendo todas as suas freguesias e manifestando-se em variadas expressões de fé e património cultural. Essas celebrações não são apenas manifestações religiosas, mas também eventos sociais profundamente enraizados na comunidade, desempenhando um papel vital na conservação das tradições locais e na educação das novas gerações sobre a importância desses rituais (Pinheiro, 2023).

Em suma, a riqueza do património cultural de Idanha-a-Nova, que se estende desde a música tradicional e o artesanato até às festividades e tradições religiosas, reflete um compromisso com a perpetuação e celebração da herança cultural imaterial que define e enriquece a comunidade. Esta diversidade cultural não só fortalece laços comunitários, como também posiciona Idanha-a-Nova como um exemplo vital de como a cultura pode ser um pilar para o desenvolvimento sustentável e a coesão social numa era globalizada.

2.3. PATRIMÓNIO NATURAL E SUSTENTABILIDADE REGIONAL

A diversidade paisagística de Idanha-a-Nova, que inclui extensas planícies, serras como a de Penha Garcia, e importantes cursos de água como o Rio Ponsul, constitui uma riqueza natural fundamental para a agricultura, o turismo sustentável e a conservação da biodiversidade. A articulação do desenvolvimento sustentável com a conservação ambiental tem sido uma prioridade para esta região, que alberga alguns dos mais importantes espaços naturais de Portugal.

Entre os exemplos notáveis de conservação e desenvolvimento sustentável em Idanha-a-Nova encontra-se o Parque Natural do Tejo Internacional. Este parque é um refúgio para uma vasta gama de biodiversidade e desempenha um papel crucial na promoção do turismo ecológico que respeita e preserva o ambiente natural (ICNF, 2025).

Adicionalmente, o GEOPARK Naturtejo, reconhecido pela UNESCO, engloba partes significativas de Idanha-a-Nova. Este GEOPARK destaca-se pela promoção da geodiversidade e pela implementação de práticas sustentáveis que educam os visitantes sobre a importância da conservação geológica e biológica, contribuindo simultaneamente para o desenvolvimento económico local através do turismo (Naturtejo GEOPARK, 2025).

A região também é pioneira na implementação de práticas de agricultura biológica e sustentável. Muitos produtores locais têm adotado métodos que preservam a qualidade do

solo e da água, enquanto produzem alimentos de alta qualidade, sustentando assim os mercados locais e nacionais (Alvarez, 2023).

Os projetos de energia renovável, incluindo instalações de energia solar e eólica, também são uma parte integral dos esforços de Idanha-a-Nova para alcançar a sustentabilidade energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis (Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2025).

Além disso, o Festival Boom é um exemplo proeminente de como eventos culturais podem também adotar práticas sustentáveis. Este festival é conhecido pela sua gestão ambiental exemplar, que inclui o uso de energias renováveis e a minimização da pegada ecológica, promovendo a consciência ambiental entre os participantes (Boom Festival, 2025).

Penha Garcia, integrada no Geopark Naturtejo, representa um exemplo de conservação e valorização do património natural, aliado ao desenvolvimento sustentável. A região é caracterizada pela sua diversidade geológica e paleontológica, com destaque para os icnofósseis e as formações quartzíticas do Parque Iconológico, que são de particular importância. A geodiversidade de Penha Garcia é marcada pelo cânhão fluvial do Rio Ponsul, encravado nas cristas quartzíticas que formam a paisagem impressionante do local. Este ambiente natural não apenas oferece uma aula ao ar livre para o estudo geológico e paleontológico, mas também sustenta a biodiversidade local, sendo um ponto crucial para o ecoturismo e a educação ambiental (Carvalho, 2004).

Um estudo sobre a capacidade de carga turística em Penha Garcia destacou a necessidade de gerir o fluxo de visitantes para preservar a integridade deste património. A avaliação da capacidade de carga turística visa garantir que o desenvolvimento turístico seja sustentável, preservando as características naturais e culturais que inicialmente atraem os visitantes. A integração da comunidade local nos esforços de conservação e nas iniciativas turísticas é vital para o sucesso de qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável. Programas educacionais e a participação dos residentes nas atividades turísticas não só aumentam a consciencialização ambiental, mas também promovem um desenvolvimento económico mais inclusivo e sustentável (Coutinho, 2010).

2.4. DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E PERSPETIVAS DE DESENVOLVIMENTO

Segundo o Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), Idanha-a-Nova tem uma população residente de 8.492 habitantes (2023), com uma densidade populacional de 5,9 habitantes/km² (2022). A população com mais de 65 anos representa 40,9% do total, enquanto a taxa de natalidade é de 5,6 nascimentos por 1000 habitantes e a taxa de mortalidade, 40 mortes por 1000 habitantes (2023). Destacam-se uma taxa de crescimento médio anual negativa de -1,0% (2010-2023), um índice de dependência total de 100,9, que indica que há aproximadamente 101 dependentes para cada 100 pessoas em idade produtiva, refletindo uma elevada proporção de população mais velha, e uma taxa bruta de escolarização no ensino secundário de 128,0% (2022/2023), sugerindo que o número de matrículas no ensino secundário excede a população oficial dessa faixa etária na região, o que pode ser devido a repetências ou alunos que ainda não completaram o ensino secundário na idade esperada. Tais indicadores são cruciais para entender as necessidades e direcionar políticas públicas adequadas para o desenvolvimento sustentável do concelho. Idanha-a-Nova, enfrentando os desafios típicos de uma região interior, apresenta dinâmicas sociais e económicas únicas, ilustradas pela alta proporção de população envelhecida.

No GEE (2024), constata-se que a economia de Idanha-a-Nova, ainda que diversificada, abrange a agricultura, o setor terciário e as pequenas indústrias. Os dados indicam que o volume de negócios das empresas locais ascende a cerca de 88 milhões de euros, reflexo destas atividades. Cerca de 1.823 pessoas trabalham no setor primário, evidenciando a sua importância. Os principais empregadores do concelho são maioritariamente locais, o que revela uma economia que, apesar de limitada em escala, demonstra robustez dentro dos seus parâmetros. No que diz respeito ao turismo, Idanha-a-Nova tem demonstrado um potencial crescente. Os dados mais recentes indicam que a capacidade de alojamento e o número de noites passadas em estabelecimentos turísticos têm aumentado consistentemente. Em 2022, registaram-se 45.785 noites passadas, refletindo um interesse turístico robusto na região. Este aspeto é crucial para o desenvolvimento económico do concelho, oferecendo uma alternativa vital ao declínio demográfico (GEE, 2024).

A obra *Debates – Perspetivas de Desenvolvimento do Interior* (1998), reúne diversas intervenções de especialistas, autarcas e representantes da sociedade civil sobre os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento das regiões do interior de Portugal. Idanha-a-Nova, como local simbólico de realização do evento, proporciona um contexto para discussões sobre questões estruturais e abordagens transformadoras para o futuro destas áreas. O

colóquio destacou a importância das regiões do interior na dinâmica de desenvolvimento nacional. E embora a publicação seja de 1998, a verdade é que as suas conclusões são ainda atuais. Assim, entre os principais tópicos discutidos estão o despovoamento, a desertificação económica e a centralização excessiva das políticas públicas no litoral. Os autores sublinham que, para enfrentar esses desafios, é necessário repensar o papel do interior como espaço de oportunidade, e não apenas como uma área periférica em relação aos centros urbanos. Enfatiza-se a necessidade de políticas integradas que valorizem os recursos locais, promovendo o desenvolvimento económico em harmonia com a conservação cultural e ambiental. Este enfoque visa não só impulsionar a economia local, mas também incentivar a fixação de populações, oferecendo-lhes oportunidades sustentáveis de crescimento e melhoria de vida. A obra destaca o papel fundamental das políticas públicas na criação de condições para o desenvolvimento do interior. Entre as estratégias discutidas, estão a necessidade de:

- Investimentos em infraestruturas que aproximem o interior dos principais centros económicos;
- Apoio à valorização do património cultural e natural como motores de desenvolvimento sustentável;
- Promoção de incentivos fiscais e económicos para atrair empresas e trabalhadores para as regiões do interior.

Além disso, os debates sublinharam a importância da participação ativa das comunidades locais na definição das estratégias de desenvolvimento. Sem o envolvimento das populações, qualquer projeto de revitalização corre o risco de ser descontextualizado e ineficaz. O tema da sustentabilidade emerge como um dos pilares centrais da obra. A experiência de Idanha-a-Nova, com as suas aldeias históricas e áreas protegidas, foi frequentemente citada como exemplo de como o turismo, a agricultura sustentável e as indústrias criativas podem contribuir para um desenvolvimento equilibrado.

Amante (2007) contribui para esta reflexão ao explorar as dinâmicas identitárias nas comunidades de fronteira entre Portugal e Espanha, sublinhando a influência da geografia raiana na construção das identidades locais. Segundo a autora (2007), “as festas e os rituais que as caracterizam têm uma função que vai muito para além do espetáculo e da diversão, elas têm claramente, também, por tarefa promover a união no seio da comunidade e, de

alguma forma, manter acesa a chama do «conflito» com as comunidades vizinhas” (p.156), fortalecendo o sentimento de pertença e assegurando a continuidade das tradições. Neste contexto, as práticas culturais não são apenas formas de preservação do passado, mas funcionam também como mecanismos de resistência e afirmação territorial, sobretudo em regiões que enfrentam desafios demográficos e económicos. As tradições nas zonas de fronteira mostram como as comunidades mantêm e adaptam as suas práticas culturais aos tempos modernos. Estas são frequentemente integradas em estratégias de desenvolvimento que valorizam a especificidade local, servindo como instrumentos para reforçar a identidade regional e promover a diferenciação territorial. Tal abordagem contribui para um desenvolvimento sustentável que equilibra a preservação do património cultural com a dinamização da economia local. Além disso, a autora reflete sobre a negociação constante entre as múltiplas identidades vividas pelas comunidades raianas, entre a aldeia, o país e o estrangeiro, evidenciando como essa permeabilidade identitária constitui uma característica essencial das regiões fronteiriças. Este processo de construção identitária, marcado por influências externas e internas, integra-se nas estratégias contemporâneas de desenvolvimento local, revelando-se fundamental para pensar políticas públicas que sejam culturalmente informadas e territorialmente adequadas.

As obras mencionadas oferecem perspectivas valiosas sobre as dinâmicas de regiões menos centrais e áreas de fronteira em Portugal. Ambas as análises trazem à luz os desafios e as potencialidades dessas áreas, embora cada uma apresente limitações que merecem ser discutidas.

Neste contexto, a abordagem sugerida por Hugo Condesa (2024) apresenta-se como um complemento essencial às discussões tradicionais sobre o desenvolvimento regional. Condesa argumenta que a eficácia dos esforços para minimizar as assimetrias regionais não deve depender apenas do investimento em infraestruturas ou da expansão do ensino superior. Em vez disso, ele defende uma reformulação profunda das políticas de desenvolvimento, centrando-se na descentralização e na capacitação dos municípios para que possam desenvolver estratégias adaptadas às suas realidades específicas.

Idanha-a-Nova, destacada como uma Bio-Região em Portugal, exemplifica a aplicação de estratégias integradas de desenvolvimento que fomentam a sustentabilidade. Este concelho, inserido no projeto das Bio-Regiões, foca-se na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e na preservação de sistemas alimentares tradicionais. O esforço conjunto de agricultores,

associações e autoridades locais visa a gestão sustentável dos recursos, centrando-se numa produção agro-ecológica e no consumo local. Essa abordagem não só valoriza o património natural e cultural, como também fortalece economicamente a comunidade, criando um modelo de desenvolvimento que pode ser replicado noutras regiões rurais de Portugal (Manual das Bio-Regiões, 2022).

As propostas de Hugo Condesa sobre a necessidade de descentralização e a valorização das especificidades locais encontram, neste contexto, um exemplo concreto na Bio-Região de Idanha-a-Nova — a primeira em Portugal a integrar a Rede Internacional de Bio-Regiões. Esta iniciativa promove um modelo de desenvolvimento sustentável alicerçado na produção biológica, na preservação do património natural e cultural e na participação ativa das comunidades locais. Alinhando-se com a visão de Condesa, esta abordagem descentralizada coloca o território e os seus recursos no centro das estratégias de desenvolvimento, reforçando a identidade local e criando oportunidades económicas enraizadas na sustentabilidade e na inovação rural.

Para Idanha-a-Nova, isto pode significar a adoção de estratégias que não apenas conservem o seu rico património cultural e natural, mas também promovam uma economia diversificada e resiliente, capaz de atrair e reter população. A implementação de políticas que favoreçam a digitalização, a colaboração com instituições de ensino e a integração em redes de cidades pode ajudar a superar o isolamento geográfico e a estimular o desenvolvimento económico.

Assim, é essencial que Idanha-a-Nova e regiões similares considerem novas abordagens ao desenvolvimento que alinhem as necessidades locais com as dinâmicas globais, assegurando um futuro onde o património cultural e a inovação andem de mãos dadas. O diálogo entre o local e o global, como sugerido por Condesa, deve ser um componente central nesta nova fase de planeamento e ação.

Em síntese, o capítulo atual revela a complexidade e riqueza de Idanha-a-Nova, que é definida tanto pela sua herança histórica quanto pelo seu potencial de desenvolvimento futuro. A integração das estratégias de desenvolvimento, respeitando tanto a tradição quanto a necessidade de inovação, é fundamental para o progresso sustentável deste concelho único.

Combinando a valorização do património com práticas inovadoras, Idanha-a-Nova posiciona-se como um exemplo inspirador de como o desenvolvimento sustentável pode ser uma resposta viável para os desafios das regiões interiores.

3. GUARDIÃS DA TRADIÇÃO: SABERES, PRÁTICAS E RESISTÊNCIAS DAS MULHERES NAS COMUNIDADES RURAIS DA BEIRA BAIXA

Este capítulo propõe uma análise aprofundada de seis aldeias do concelho de Idanha-a-Nova – Zebreira, Idanha-a-Velha, Medelim, Monsanto, Penha Garcia e Monfortinho – selecionadas não apenas pela sua relevância territorial e cultural, mas sobretudo pelo papel expressivo que as mulheres desempenham na salvaguarda e dinamização do Património Cultural Imaterial.

A estrutura do capítulo assenta numa abordagem integrada que articula, para cada aldeia, uma caracterização territorial e patrimonial com a análise da recolha oral efetuada junto de mulheres locais. As entrevistas, recolhidas através de trabalho de campo qualitativo, oferecem testemunhos vivos sobre saberes, práticas e modos de resistência que estruturam a identidade comunitária e reforçam os vínculos intergeracionais nas zonas rurais.

A análise dos testemunhos segue os princípios da Análise Temática, permitindo identificar padrões de significado a partir da codificação e categorização dos discursos recolhidos. Temas como a transmissão de saberes, o papel social e simbólico das mulheres, a transformação das práticas culturais ou os impactos do turismo e despovoamento emergem como eixos centrais de reflexão.

Estes dados são apresentados sob a forma de estudos de caso breves, que permitem humanizar e contextualizar a investigação, dando voz às protagonistas. Assim, cada aldeia é abordada numa dupla vertente: a sua expressão material e simbólica no território, e o seu património imaterial tal como vivido e transmitido pelas mulheres da comunidade.

Deste modo, o capítulo visa não só documentar práticas e narrativas, mas também compreender as dinâmicas de continuidade, mudança e resistência que caracterizam o papel das mulheres na construção do património vivo da Beira Baixa.

3.1. ZEBREIRA



Figura 7 - Arte urbana na Zebreira destacando a Zamburra [Mais Beiras, 2023]

Zebreira, uma das aldeias do concelho de Idanha-a-Nova, foi sede da freguesia de Zebreira, extinta em 2013, no âmbito de uma reforma administrativa nacional, sendo agora a sede da União das Freguesias de Zebreira e Segura. Tem atualmente 873 habitantes, constituindo uma povoação com terrenos bastante férteis, onde predominam o cultivo das oliveiras, árvores de fruto e cereais (Wikipédia, 2014).

A origem do topónimo é incerta, sendo apontadas diferentes hipóteses etimológicas: uma delas sugere uma ligação aos “zebros”, animais selvagens que habitavam a Península Ibérica; outra propõe uma origem egípcia, traduzindo-se por “Santo Monte” (Câmara Municipal Idanha-a-Nova, 2025).

O património edificado local é significativo, destacando-se o Pelourinho de Zebreira, construído em 1686 e classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1933.



Figura 8 - Pelourinho de Zebreira [SIPA, 1994]

Este apresenta uma coluna oitavada decorada com elementos heráldicos e simbólicos como leões, flores e a esfera armilar, evocando a identidade e a autonomia histórica da vila (Wikipédia, 2025). A Igreja Matriz, datada do século XVIII, e capelas como a do Espírito Santo, também contribuem para o valor patrimonial da localidade (Câmara Municipal Idanha-a-Nova, 2025).

As práticas de sociabilidade tradicional e património imaterial encontram expressão nas memórias da população mais velha. Testemunhos de habitantes registados em plataformas de documentação oral evocam os bailes e serões como momentos centrais da vida comunitária, onde a música, os cantares e a convivência fortaleciam os laços sociais (Memória Imaterial, 2024).

A vida cultural da vila é dinamizada por associações como a Tuna da Zebreira e o Grupo Saca Sons, que têm desempenhado um papel relevante na preservação e revitalização das tradições musicais e festivas locais (Wikipédia, 2025).



Figura 9 - Atuação do Grupo de Cantares Tradicionais Saca Sons [Fonte: Saca Sons, 2025]

O Grupo Saca Sons, fundado em 2003, surgiu da recolha de modas tradicionais junto das mulheres mais velhas da aldeia e da vontade de manter viva a identidade cultural da comunidade. Como descreve uma das fundadoras, Maria Ofélia Pedro Roseiro, em entrevista à autora, “foi mesmo pelo gosto de não deixar morrer as nossas raízes... como eu costumo dizer, não dar valor às nossas raízes é perder a nossa identidade”. Com um repertório que inclui cantares tradicionais, este grupo destaca-se pela utilização de instrumentos como o adufe e a zamburra, também conhecida como sarronca ou ronca, contribuindo para a manutenção do PCI local (Saca Sons, 2025).



Figura 10 - Exemplo de Zamburra tradicional [Fonte: Folclore.pt, 2023]

A zamburra, tradicionalmente usada por homens e associada à memória dos pastores, foi recuperada na Zebreira graças à transmissão familiar de saberes e à iniciativa de mulheres da aldeia. A primeira zamburra do grupo foi construída, em 2003, artesanalmente com pele de ovelha e um cântaro reutilizado, “entre a minha avó, a minha mãe e a dona Amélia, que guardou a pele quando matou um borrego”, relata Maria Ofélia. O grupo usou o instrumento em atuações locais, nacionais e até internacionais, como na Galiza e em Paris, no âmbito do Dia Internacional da Mulher.

A zamburra, classificada como membranofone friccionado, consiste num recipiente oco (tradicionalmente cântaros de barro ou madeira), coberto com pele e atravessado por uma haste de madeira ou cana, cuja fricção produz um som grave e vibrante. Como relatado por Maria Ofélia, este instrumento era originalmente construído com cântaros que “já começavam a ficar enferrujados e já não serviam para ir buscar água”, reaproveitados pelos pastores; a haste utilizada no instrumento era inicialmente feita com gavanito, um pau que “só se consegue apanhar na beira do rio ou do riacho”, e que precisa de ser seco “à sombra mas com calor”, pois “se perder o brilho, não emite som nenhum”. Atualmente, explica a entrevistada, já se recorre à cana como substituto da haste original. Além de acompanhar os cantares tradicionais, a zamburra é utilizada em cerimónias como a “serração da velha”, uma tradição quaresmal que envolve visitas a casas de idosos com música e canto, reforçando os laços comunitários e a transmissão intergeracional de saberes (Folclore.PT, 2019).

A importância das mulheres na preservação do património imaterial da Zebreira é ilustrada pelo testemunho de Maria Ofélia Pedro Roseiro, de 52 anos, residente na aldeia desde os sete

anos de idade⁷. Empresária e ex-funcionária de farmácia, Ofélia representa um exemplo notável de envolvimento ativo na dinamização cultural da comunidade.



Figura 11 - Maria Ofélia Pedro Roseiro, Zebreira [Fonte: Autora 14-04-2025]

O seu percurso está profundamente marcado pela transmissão de saberes familiares, particularmente através da mãe e da avó, com quem aprendeu a tocar adufe desde muito nova. Ainda criança, integrou o antigo rancho folclórico da Zebreira, tendo depois feito parte da luta pela criação do grupo de cantares tradicional Saca Sons. O seu envolvimento no grupo de cantares, constituiu um marco importante na revitalização das práticas musicais locais.

A entrevista revela também a forte consciência da entrevistada quanto ao papel da mulher: “As mulheres são mais resistentes, mais resilientes e aqui na Beira ainda muito mais... aqui nesta zona, onde eu costumo dizer que o diabo perdeu as botas”. Esta resiliência estende-se ao esforço de ensinar as gerações mais novas: “Em 2003, que formamos o Saca Sons, a escola pediu-nos uma parceria para ensinar os meninos a tocar adufe. Prescindi da minha hora de almoço [...] eu e a minha mãe fomos lá ensinar”. Esse compromisso com a continuidade das tradições refletiu-se na formação de várias crianças e jovens, incluindo a sua filha Maria (14 anos), que começou a tocar zamburra entre os quatro e cinco anos, integrando o grupo desde os três. Para além dela, outros jovens como Rudi, António e Bruna foram também ensinados a tocar adufe e zamburra. Maria Ofélia reconhece, no entanto, que apesar de aprenderem com facilidade, a vergonha e as dinâmicas da adolescência são obstáculos reais à continuidade: “o que os impede de se libertar e querer aprender com mais facilidade é a

⁷ Entrevista realizada a 14 de abril de 2025, em Zebreira. Duração: 35 minutos. Registo em áudio.

vergonha”. Refere ainda que, no caso dos rapazes, “à idade em que já pensamos em meninas, namoradas, é fácil desapegarem-se”. Apesar disso, não desiste de sensibilizar os mais novos com o seu próprio exemplo: “Eu namorei aqui no Saca Sons, a cantar, casei cá, fui cá mãe e não me impediu de fazer o resto da minha vida”. O esforço de dinamização estendeu-se também às gerações mais velhas: Maria Ofélia tentou envolver membros da Universidade Sénior da freguesia e outros habitantes com mais de 70 anos, mas confrontou-se com a “alergia a compromissos”, como ironiza. No entanto, não baixou os braços, mantendo ensaios semanais à sexta-feira para não interferir com os horários escolares, e lembrando sempre que a participação no grupo “não é uma obrigação, é um compromisso”.

O seu papel no grupo foi sempre o de liderança e motivação, assumido com orgulho e entrega. Refere que todas as cantoras mais velhas eram “as minhas meninas”, apesar de terem idade para ser suas mães. “Eu tinha todo o gosto em as acompanhar.” E mesmo quando questionada pelos pares sobre o porquê do seu envolvimento com práticas antigas, respondia convicta: “Perdendo as tuas raízes, perdes a tua identidade, porque a tua identidade é isto, é o adufe e as ‘cartechanolas’ (castanholas), feitas por um pastor que ofereceu à minha mãe”.

Apesar da suspensão temporária do grupo desde 2019, motivada pela perda de membros essenciais, como a sua mãe, Maria Ofélia continua a tentar recrutar novos elementos e insiste na importância de manter vivo o legado. Como confessa: “É um trabalho inglório... mas eu não vou deixar morrer! Por muito trabalho que me dê, o trabalho depois é compensado”.

A análise temática do seu testemunho evidencia cinco grandes eixos de reflexão:

- Transmissão de saberes e práticas tradicionais: A aprendizagem da música tradicional, em particular do adufe e da zamburra, decorre num contexto familiar e informal, sendo depois formalizada na prática coletiva do grupo. A entrevistada valoriza muito a sua continuidade e destaca a importância de ensinar às crianças esses saberes, embora reconheça desafios, como as novas tecnologias, na sua continuidade;
- Desafios intergeracionais: Apesar do reconhecimento do valor cultural das práticas tradicionais, Ofélia expressa alguma frustração com a falta de interesse por parte da geração seguinte, que considera desligada das raízes culturais da terra e também com a dificuldade em mobilizar novos membros para o grupo;
- Resiliência e protagonismo feminino: Ofélia identifica as mulheres como as principais guardiãs da cultura local, sublinhando a sua resistência e empenho na

salvaguarda das tradições. Contudo, critica a falta de envolvimento de outras gerações, especialmente da sua. Reconhece, no entanto, o entusiasmo e o potencial de continuidade em membros mais jovens, como a Maria, sua filha de 14 anos, que aprendeu com ela desde os 4 anos;

- Identidade cultural e pertença: A ligação à cultura local é entendida como um elemento essencial da identidade pessoal e coletiva;
- Visibilidade externa e valorização cultural: O grupo Saca Sons alcançou notoriedade fora do concelho, com atuações em vários eventos nacionais e internacionais, como na Galiza e em Paris, demonstrando o potencial do património imaterial como motor de reconhecimento e orgulho local.

A entrevistada mostra-se crítica e consciente das dificuldades, mas mantém uma postura ativa de resistência e valorização cultural. O seu testemunho demonstra como o PCI permanece vivo não apenas através da prática, mas também da reflexão contínua sobre o seu papel e continuidade. Como declara no final da entrevista: “A minha mensagem maior é que as gentes, não importa a idade, não perdessem as raízes, porque as raízes da nossa freguesia, do nosso Concelho, são a nossa identidade”.

3.2. IDANHA-A-VELHA



Figura 12 - Escavações arqueológicas em Idanha-a-Velha revelando um forno de origem romana [National Geographic Portugal, 2023]

Idanha-a-Velha, a segunda aldeia aqui apresentada, integra atualmente a União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha, tendo sido sede de concelho até à sua extinção administrativa em 1879. Conta com 63 habitantes (Wikipédia, 2014).

Com uma história milenar, Idanha-a-Velha assenta sobre as ruínas da antiga cidade romana de Egitânia (*Civitas Igaeditanorum*), cuja ocupação remonta ao final do século I a.C. Durante o domínio romano, foi elevada à categoria de *municipium*, desempenhando um papel relevante na organização territorial da Lusitânia. Mais tarde, sob o domínio visigótico, tornou-se sede episcopal, reforçando a sua centralidade religiosa e política na região (Aldeias Históricas de Portugal, 2019).

O património arquitetónico de Idanha-a-Velha é vasto e diversificado. Destacam-se as muralhas com traços romanos e medievais, a Torre dos Templários construída sobre o *podium* de um antigo templo romano, e a Sé Catedral, iniciada no século VI, considerada uma das mais antigas catedrais cristãs da Península Ibérica. Além disso, a aldeia possui dois batistérios paleocristãos, sendo um deles datado da segunda metade do século IV, o que o torna o mais antigo conhecido na Península Ibérica (Aldeias Históricas de Portugal Blog, 2019).

Para além da valorização do património construído e arqueológico, Idanha-a-Velha tem sido palco de iniciativas recentes de investigação e dinamização cultural, como o projeto IGAEDIS, que alia a valorização histórica da antiga Egitânia à promoção de atividades culturais e educativas contemporâneas (Aldeias Históricas de Portugal, 2019).

Em 2023, durante trabalhos de escavação no centro da aldeia, os arqueólogos identificaram os vestígios de um forno comunitário com vários séculos de existência. O achado encontra-se em bom estado de conservação e permitiu documentar práticas ligadas ao quotidiano da comunidade, reforçando a importância de Idanha-a-Velha como espaço vivo de memória e identidade (National Geographic Portugal, 2023). Esta descoberta recente reforça a importância simbólica e prática dos fornos na história da aldeia, que encontra continuidade no uso contemporâneo do forno comunitário.

As práticas culturais imateriais também estão presentes na vida da comunidade, através de festividades como a Festa de Nossa Senhora da Conceição, celebrada no 3.º domingo de maio, e o Festival do Casqueiro, realizado no 3.º domingo de outubro, que constituem momentos de celebração e reforço da identidade local.



Figura 13 - Bancas de produtos regionais no Festival do Casqueiro em Idanha-a-Velha [Fonte: Ribeiro, 2019]

O Festival do Casqueiro, anteriormente conhecido como Festival do Pão, Bolos e Tradições, é uma iniciativa que visa resgatar o ciclo completo do pão — da sementeira à cozedura — promovendo oficinas, animação cultural e a participação ativa da comunidade. Esta festividade destaca-se pela valorização do forno comunitário, onde se confeccionam produtos tradicionais como o casqueiro (pão típico da região) e os borrachões (bolos secos típicos da Beira Baixa, confeccionados com farinha, açúcar, azeite e vinho ou aguardente, o que lhes dá o nome peculiar), promovendo não só a valorização do saber-fazer local, mas também a participação ativa da população, em especial das mulheres, na preservação do património cultural imaterial (Aldeias Históricas de Portugal, 2021; LAFIV, 2023).



Figura 14 - Borrachões, Festival do Casqueiro em Idanha-a-Velha [Fonte: Ribeiro, S. 2019]

A par destas festividades, a Liga dos Amigos da Freguesia de Idanha-a-Velha (LAFIV), fundada em 1972, desempenha um papel fundamental na dinamização cultural e social da aldeia. Composta atualmente por mais de 300 associados, a LAFIV tem promovido diversas iniciativas, como a reabertura da Casa da Amoreira, a organização de eventos culturais e a participação em projetos de investigação e valorização do património local. A associação

destaca-se ainda pela promoção da igualdade de género, com 50% dos seus órgãos sociais compostos por mulheres, refletindo um compromisso com a inclusão e a representatividade na comunidade (LAFIV, 2023).



Figura 15 - Entrada do forno comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Ribeiro, 2019]



Figura 16 - Fachada principal do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005]



Figura 17 - Pormenor do alpendre lateral do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005]

O Forno Comunitário de Idanha-a-Velha constitui um elemento patrimonial simbólico e identitário, evocando práticas tradicionais de confeção do pão que, embora hoje reduzidas a momentos pontuais e sustentadas pelo esforço individual de uma guardiã local, continuam a desempenhar um papel relevante na afirmação cultural da comunidade, embora em contexto festivo. Edificado em alvenaria de granito e localizado na Rua do Castelo, próximo à igreja matriz, este espaço mantém a sua estrutura original, composta por uma sala ampla, bancadas laterais e um forno abobadado, preservando as características da arquitetura vernácula regional.



Figura 18 - Interior do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005]



Figura 19 - Boca do forno e zona de combustão do Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: SIPA, 2005]

A sua construção remonta, provavelmente, ao século XVI, sendo que algumas peças de cantaria datam desse período. Em 27 de outubro de 1997, o imóvel foi doado à Junta de Freguesia pelo Sr. Frederico Manzarra Marrocos, tendo sido posteriormente alvo de obras de adaptação à sua utilização contemporânea, segundo projeto dos arquitetos Alexandre Alves Costa, José Luís Gomes e Sérgio Fernandez. O imóvel está ainda incluído na Zona de Proteção do Pelourinho de Idanha-a-Velha. O forno comunitário foi oficialmente inaugurado a 20 de fevereiro de 2000, pelo então presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Dr. Francisco Sousa Baptista (SIPA, 2005).



Figura 20 - Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Autora 19-04-2025]

Recentemente restaurado e reativado em 2016, o forno tem vindo a ser dinamizado no âmbito de eventos comunitários e culturais, como o ciclo “12 em Rede – Aldeias em Festa”. A

intervenção teve como objetivo servir a comunidade local — que aqui pode confeccionar pão, bolos e outros produtos — mas também afirmar o forno como um cartaz turístico, capaz de cativar os visitantes e valorizar o património local (Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2016).

Contudo, apesar dos esforços institucionais, a continuidade efetiva da prática encontra atualmente a sua única expressão no testemunho de Maria Beatriz Lopes Pinto Antunes Gomes, de 75 anos, natural da aldeia, cuja vida foi marcada desde cedo pela confeção tradicional do pão em forno de lenha e pelo trabalho no campo⁸. É através da sua voz que se revela a dimensão imaterial e afetiva desta prática, permitindo compreender o seu enraizamento, as transformações vividas ao longo do tempo e os desafios que hoje enfrenta para a sua preservação.



Figura 21 - Maria Beatriz Lopes Pinto Antunes Gomes, Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Autora 19-04-2025]



Figura 22 - Maria Beatriz Lopes Pinto Antunes Gomes, pão feito no Forno Comunitário de Idanha-a-Velha [Fonte: Autora 19-04-2025]

O primeiro contacto com o forno e a confeção do pão ocorreu ainda na infância, no seio familiar: "Foi com a minha mãe. Era pequena e comecei logo a trabalhar... a fazer o vicêntimo e a peneirar... Naquele tempo ainda se peneirava a farinha". A entrevistada destaca a prática do vicêntimo, um pequeno pão feito com um pedaço de massa para testar o forno, como uma forma de iniciação. Este gesto simbólico é também uma porta de entrada para um conjunto alargado de saberes e tarefas, como a preparação da massa e a gestão do tempo e do calor.

Apesar da idade e das dificuldades físicas, D. Beatriz mantém-se como a única pessoa da aldeia que ainda confecciona pão no forno comunitário. A sua participação está especialmente

⁸ Entrevista realizada a 19 de abril de 2025, em Idanha-a-Velha. Duração: 18 minutos. Registo em áudio e vídeo.

ligada ao Festival do Casqueiro, celebrado anualmente em outubro: "Faço o pão lá para as barraquinhas, faço o pão para a Liga". Esta colaboração direta com a Liga dos Amigos da Freguesia de Idanha-a-Velha, atrás referenciada, revela a importância da prática como forma de contributo cívico e cultural. A festividade é a única ocasião em que o forno é utilizado com um objetivo coletivo e celebratório.

A confeção do pão segue um processo rigoroso e profundamente enraizado na tradição: "É feito com a massa mãe. É feita e fintada à noite, para a gente cozer ao outro dia. No outro dia a gente amassa, estende o pão, aquece o forno e quando o forno está quente coze-se o pão e algumas bicas de azeite (pão chapado)". Termos como *massa mãe* (fermentação natural) e *fintar* (mexer, dar nova força à massa) revelam um vocabulário próprio e um saber prático que escapam aos modos industriais de produção alimentar. Segundo a entrevistada, todo o processo, desde a preparação da massa até à retirada do pão do forno, pode demorar até 26 horas. Esta prática exige tempo, paciência e força física — características pouco compatíveis com o ritmo de vida contemporâneo.

D. Beatriz já recebeu grupos turísticos e participou em oficinas práticas, mas sublinha a falta de continuidade e o carácter superficial do interesse demonstrado: "Às vezes há pessoas que querem ver e aprender e julgam que é chegar ali e despachar logo. Não querem esperar. [...] Desde que a gente começa a amassar e que tira o pão ainda são 26 horas". Acolhe bem quem visita, contudo, a entrevistada evidencia a dificuldade de transmitir saberes com profundidade, devido ao tempo necessário e ao cansaço associado à prática. Apesar disso, já organizou sessões adaptadas para visitantes, procurando conciliar a tradição com as exigências do turismo cultural. Como explica: "Eu já tenho feito, assim uma oficina, ter já o meu pão preparado, por exemplo, e deixo um bocado de farinha, um bocado de massa, para as pessoas verem como se faz. Em horas programadas". Esta adaptação demonstra não só a sua abertura à partilha do saber-fazer, como também a consciência da necessidade de ajustar os tempos tradicionais ao ritmo dos visitantes, sem comprometer a autenticidade do processo.

A entrevistada sintetiza esta realidade com ironia: "Aqui, nem mulheres, nem homens, ninguém se interessa por isso. Só se interessam por o comer bom. Agora o fazer, não há cá ninguém que se interesse". Esta afirmação revela uma consciência aguda da fragilidade da transmissão cultural. D. Beatriz lamenta a falta de interesse e de apoio: "Ninguém quer aprender, que é muito trabalho... muito duro! [...] Eu qualquer dia já deixo de fazer e eu

deixando de fazer, já não há cá ninguém que faça". Refere também a inexistência de incentivos ou apoios institucionais para que se organizem eventos ou oficinas com garantias mínimas: "Se eu fizer pão, se o vender vendo, se não o vender também fico com ele em casa, que ninguém me diz assim «damos aqui um apoiozinho»". A ausência de apoio traduz-se também num risco económico real para quem mantém viva esta tradição. O testemunho revela as dificuldades de sustentabilidade num contexto em que o esforço físico, o tempo investido e o risco económico recaem inteiramente sobre quem a executa, sem qualquer contrapartida ou valorização institucional.

Segundo D. Beatriz, esta prática sempre foi desempenhada maioritariamente por mulheres, embora a tarefa da lenha e do forno fosse, em tempos, assegurada por um homem contratado: "Antigamente, foram sempre as mulheres, porque a parte da lenha e do forno, tínhamos um homem que a gente pagava para fazer esse trabalho todo". A divisão de tarefas não exclui o papel masculino, mas coloca nas mulheres o núcleo da confeção e manutenção da tradição.

O seu testemunho resgata a memória de uma organização comunitária outrora estruturada em torno do forno, com papéis bem definidos: "Havia mais mulheres a fazerem e havia um senhor para ir à lenha e dizer às pessoas quando haviam de amassar e tender o pão. Ele é que forneava o forno, é que acendia e metia o pão para dentro do forno. Cada uma fazia o seu pão em casa e levava para o forno". Esta descrição revela uma microestrutura cooperativa que, embora informal, permitia a repartição de tarefas e a continuidade da prática no seio de uma comunidade mais coesa — contraste marcante com a individualização e descontinuidade atuais.

A consciência de que "as pessoas querem é o pão feito, mas não o trabalho" sintetiza a perceção da entrevistada sobre o desinteresse generalizado face à prática, limitando o seu potencial de transmissão ativa.

A entrevista foi analisada segundo os princípios da análise temática, com foco em quatro grandes eixos:

- Transmissão e aprendizagem familiar: A prática foi adquirida por via materna, num contexto doméstico. Ao longo da vida, D. Beatriz manteve a confeção do pão como uma competência habitual, mesmo depois do desuso generalizado do forno. Apesar disso, refere que não houve continuidade entre gerações. Tentou transmitir o saber a uma mulher mais nova, Sandra Sequeira, mas o processo foi interrompido, com um

acidente do marido. Esta falha no processo de transmissão espelha o padrão de rutura geracional identificado noutras aldeias do concelho;

- Participação em eventos e valorização comunitária: Apesar da prática ter-se tornado esporádica, D. Beatriz continua a fazer pão anualmente no âmbito do Festival do Casqueiro, evento promovido em articulação com a Liga dos Amigos da Freguesia de Idanha-a-Velha;
- Relação com o turismo e transmissão informal: A entrevistada reconhece o interesse dos visitantes, mas destaca os limites do envolvimento exterior. Apesar de já ter realizado oficinas e visitas programadas, sublinha a falta de preparação e disponibilidade dos participantes;
- Futuro da prática e ausência de apoios: O testemunho revela uma visão pessimista quanto à continuidade da prática e a inexistência de incentivos institucionais reforça esta perspetiva.

O testemunho de D. Maria Beatriz é um exemplo notável da persistência e resistência das práticas culturais imateriais no meio rural português. Através do seu relato, compreende-se a densidade simbólica e prática da confeção do pão em forno comunitário, bem como os desafios concretos que comprometem a sua continuidade — entre os quais se destacam a ausência de apoio institucional, a falta de interesse das gerações mais jovens, a exigência física do trabalho, a vulnerabilidade económica associada à sua execução e a dificuldade em compatibilizar os tempos da tradição com o ritmo de vida contemporâneo. Esta prática, ancorada no trabalho feminino, na partilha e na festa, assume-se como um elemento identitário de Idanha-a-Velha — mas corre sérios riscos de desaparecimento caso não sejam tomadas medidas de apoio, registo e valorização intergeracional.

3.3. MEDELIM



Figura 23 - Casa tradicional com balcão, Rua da Judiaria, Medelim [Fonte: Município de Idanha-a-Nova, 2025]

A aldeia de Medelim conta com uma área de 30,47 km² e uma população de 230 habitantes segundo os Censos de 2021, apresentando uma densidade populacional de 7,5 hab./km² (Wikipédia, 2021). Conhecida como a “Aldeia dos Balcões”, Medelim destaca-se pelas suas casas tradicionais com varandas em granito, testemunho da arquitetura vernacular da região (Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2024).

A história de Medelim remonta à Pré-História, evidenciada pela presença de três dólmens situados na área conhecida como “Anta”. Durante o período romano, a zona de Santiago foi especialmente relevante, sendo encontradas duas aras romanas nos alicerces da ermida local. Mais tarde, no início da nacionalidade portuguesa, a povoação foi destruída e repovoada por D. Sancho I. Até ao século XIX, Medelim foi sede de concelho, com câmara e justiça próprias, apesar de nunca ter possuído pelourinho (Ordem do Templo, 2024).

O património edificado da aldeia inclui a Igreja Matriz de Santa Maria Madalena, a Capela da Misericórdia e a Capela do Espírito Santo ou de São Sebastião. A presença de casas brasonadas e vestígios romanos evidencia a riqueza histórica e cultural da povoação. A existência de uma antiga comunidade judaica é visível na Rua da Judiaria, onde persistem elementos arquitetónicos associados a essa presença histórica (Wikipédia, 2021).

As práticas culturais imateriais são também uma componente essencial da identidade local. A Festa do Senhor do Calvário, celebrada no último fim de semana de agosto, é uma das festividades mais relevantes da aldeia, reunindo a comunidade em torno de celebrações religiosas e culturais.

No contexto da valorização da participação das mulheres nas dinâmicas sociais da aldeia, destaca-se a figura de Maria Rita Pires Marques (1914-1984), conhecida localmente como D.

Mimi. Nascida em Medelim a 23 de abril de 1914, dedicou-se à solidariedade social desde jovem. Na década de 1930, criou a “Casa de Trabalho de Noite”, para raparigas que trabalhavam no campo durante o dia, “onde aprendiam a fazer rendas, bordados, costura, noções de enfermagem, métodos de economia doméstica... ou seja, era uma espécie de curso intensivo com o qual deveriam ficar habilitadas para desempenharem, no futuro, as funções de esposas e de mães” (Ramos, 2009, p.125). Criou também a “Casa de Trabalho de Dia”, destinada às meninas que concluíam a escola primária e eram demasiado novas para o trabalho agrícola, onde aprendiam bordado e costura. Mais tarde, desenvolveu um projeto de apoio a cinco raparigas órfãs, que deu origem à “Creche e Casa de Trabalho de Medelim”, uma instituição com estatutos próprios. Ao longo das décadas seguintes, com o apoio de colaboradores locais, D. Mimi ensinou dezenas de raparigas a costurar e bordar, promovendo simultaneamente a sua autonomia e a preservação de saberes tradicionais femininos. Entre 1959 e 1977, exerceu o cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Medelim. Durante esse período, e ainda no contexto do Estado Novo, a Junta foi composta exclusivamente por mulheres — Presidente, Secretário e Tesoureiro — nos períodos de 1959 a 1963 e de 1968 a 1974 (Ramos, 2009).



Figura 24 - Quadro com “D. Mimi”, galeria de retratos dos antigos Presidentes da Junta de Freguesia de Medelim [Fonte: Autora 15-04-2025]

Em reconhecimento pela sua ação, o largo onde se encontra atualmente o Centro Paroquial de Solidariedade Social de Medelim passou a ostentar o seu nome (Lar de Medelim, n.d.; CPSS Medelim, 2024).

Para além da atuação histórica de figuras como Maria Rita Pires Marques, o papel das mulheres de Medelim na dinamização cultural da aldeia permanece bem visível nas iniciativas contemporâneas. Um exemplo notável é a construção da Árvore de Natal em croché, que teve

início em 2021, elaborada por um grupo de mulheres da aldeia com o apoio da Junta de Freguesia e da comunidade local.



Figura 25 - Árvore, trenó e Pai Natal em Crochet, rotunda de Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024]

Esta peça de arte têxtil, composta por centenas de quadrados de crochet feitos à mão, tornou-se um símbolo de criatividade coletiva e cooperação intergeracional, envolvendo mulheres de várias idades num trabalho minucioso e artesanal que combina tradição e inovação (SAPO Viagens, 2022).

O projeto resultou na valorização das técnicas de croché como forma de expressão comunitária e identidade cultural. Mais recentemente, estas mesmas mulheres têm desenvolvido uma representação em croché da própria aldeia, recriando em miniatura algumas das casas, espaços públicos e elementos simbólicos de Medelim. Esta “Aldeia em Croché” não só promove o saber-fazer tradicional, como também reforça os laços sociais e o papel ativo das mulheres na preservação da memória local (SAPO Viagens, 2022).



Figura 26 - “Natal em Crochet”, Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024]



Figura 27 - Presépio no “Natal em Crochet”, Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024]

A entrevista realizada a Ana Filipa Mendes Canilho Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim desde 2021 e Provedora da Santa Casa da Misericórdia desde 2018, evidencia o papel multifacetado das mulheres na valorização do património cultural imaterial, através da dinamização de práticas com raízes tradicionais e impacto contemporâneo⁹. Com 46 anos e residente em Medelim há duas décadas, a entrevistada descreve como a prática do croché se tornou, nos últimos anos, um catalisador de união, identidade e transmissão de saberes.



Figura 28 - Ana Filipa Mendes Canilho Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Medelim [Fonte: Autora, 27-03-2024]

A iniciativa surgiu pouco depois da sua tomada de posse na Junta, motivada pelo desejo de envolver a população em torno de um projeto cultural acessível: “Achei que o croché era uma coisa que toda a gente poderia saber fazer. E as que não soubessem, as que sabiam poderiam ensinar”.

Inspirada por uma árvore de croché que viu em Espanha, Ana Filipa decidiu adaptá-la à realidade local com um objetivo comunitário e educativo. A proposta não foi pensada para exibição individual ou competição estética, mas para ativar memórias, mobilizar o saber-fazer e criar um espaço de encontro intergeracional: “A ideia era envolver toda a comunidade, buscar coisas do antigamente e aquelas que sabiam ensinavam”.

⁹ Entrevista realizada a 15 de abril de 2025, em Idanha-a-Velha. Duração: 30 minutos. Registo em áudio.

A entrevistada recorda com afeto a presença do croché na sua infância, sobretudo nas casas de familiares e vizinhas: “A minha avó fazia, e quando ia a casa das minhas amigas víamos sempre mantas de retalho feitas com o que sobrava das camisolas”.

Embora não se considere hábil na técnica — “faço croché muito mal” —, a entrevistada assume a coordenação criativa e logística do projeto, desenhando as peças, organizando os contributos das participantes e montando a estrutura final com a ajuda do marido e de outras pessoas da aldeia: “Eu tenho as ideias, elas fazem os quadradinhos e depois eu monto as peças todas na estrutura”.



Figura 29 - Figuras de “Natal em Croché”, Medelim
[Fonte: Autora 15-04-2025]



Figura 30 - Boneca com fumeiro, “Natal em Croché”,
Medelim [Fonte: Autora 26-12-2024]

A prática do croché em Medelim ganhou visibilidade com a criação da árvore de Natal em 2021. Desde então, o projeto evoluiu para um presépio em croché — com novas figuras todos os anos — e para uma verdadeira Aldeia de Natal, com representações que vão além do quotidiano imediato, incorporando profissões, objetos e costumes que remetem à memória coletiva da comunidade e que funcionam como formas de auto-representação simbólica e identitária: “O presépio começou com sete peças. Depois fizemos o moinho, o Pai Natal, as hortas... Agora já é uma aldeia de Natal”.

A dimensão familiar do projeto é central: o marido participa na montagem e as filhas contribuem com ideias e peças, demonstrando a força da transmissão geracional e afetiva: “A Gabriela faz croché, a Joana também já fez um quadrado. A Gabriela até já pediu que fizéssemos a fábrica do Pai Natal”.

A atividade decorre essencialmente entre a Páscoa e o Natal, com encontros semanais na Junta. Apesar de existirem sessões presenciais, muitas participantes trabalham a partir de casa: “Juntam-se aqui 10 ou 12, mas na realidade somos mais. Há pessoas que fazem em casa”.

A entrevistada destaca o papel educativo e agregador do projeto. Jovens e até crianças são integrados informalmente no processo de aprendizagem, tal como aconteceu com um adolescente que quis contribuir: “O miúdo apareceu-me aqui um dia e disse: «olha, não tens mais lâ?» [...] «Aprendi com a minha avó, também quero fazer quadrados»”. Foram ainda realizados momentos de aprendizagem coletiva com escuteiros e visitantes, refletindo um modelo espontâneo de partilha e ensino mútuo: “Vieram cá escuteiros e fizemos a atividade com eles, com as senhoras do croché. Eles aprenderam a fazer”. A adesão da comunidade é massiva e orgulhosa: “Mesmo aqueles que não participam vêm ajudar no dia de montar. Nem que seja só um preguinho... mas gostam, vê-se que gostam”.

O impacto turístico é evidente, sobretudo no mês de dezembro. A entrevistada refere a vinda de excursões e visitantes individuais, que muitas vezes se deslocam de longe para ver o presépio: “Uma senhora veio do Porto só para ver o presépio. [...] Uma excursão inteira esteve aqui a tirar fotos”.

Apesar dos convites para divulgar o projeto na televisão, a entrevistada optou por preservar a integridade local da prática: “Olha, o ano passado fartaram-se de ligar, para irmos à televisão outra vez, mas eu achei que era muito em cima da hora. Eles ligaram-nos muito em cima da hora e não, não fomos. Estar a deslocar o Presépio para lá... por exemplo, algumas peças para lá e depois vem muita gente ver cá o presépio também”.

A Presidente manifesta o desejo de transformar o projeto num evento anual mais estruturado, com maior visibilidade e envolvimento da comunidade, nomeadamente através da criação de um “festival de Natal” com animação para crianças, espaço coberto e recriação de um ambiente lúdico: “Gostava de montar uma tenda de tecido, meter lá o presépio e fazer um festival. Uma mini Wonderland, com comboio, Pai Natal, carrosséis...”.

Apesar da adesão popular e da cobertura mediática, a autarquia tem prestado pouco apoio direto. Ainda assim, a iniciativa continua a atrair visitantes ao longo de todo o mês de dezembro, contribuindo para a projeção externa da aldeia: “É bom porque vem o mês todo de dezembro”.

A entrevista culmina com uma reflexão consciente sobre o papel das mulheres na transmissão do património. Ana Filipa salienta que, apesar dos múltiplos papéis que hoje as

mulheres desempenham, continuam a ser vistas – e a ver-se – como educadoras: “Nós temos um papel muito essencial em casa. (...) Eu transmito aos meus filhos e por aí fora, digo às minhas filhas que vão transmitir às filhas delas”. A evocação da antiga Presidente da Junta (D. Mimi), que promovia escolas de bordado, reforça a noção de que a transmissão não é apenas técnica, mas também afetiva e identitária. Assim, a mulher surge como figura central na salvaguarda e dinamização das tradições, enquanto educadora dentro e fora da família.

A análise da entrevista permitiu identificar sete grandes eixos temáticos:

- Origem e desenvolvimento do projeto comunitário de croché: A iniciativa surgiu da própria Presidente da Junta, motivada por uma experiência visual de uma árvore de croché numa localidade espanhola. A proposta foi adaptada ao contexto de Medelim como uma forma de envolver a população local num projeto artístico acessível e agregador. A transformação de uma ideia isolada num projeto coletivo revela a intencionalidade e criatividade na construção de um património partilhado;
- Mobilização e envolvimento da comunidade local e da diáspora: A entrevistada destaca a participação ativa de mulheres residentes, mas também o contributo de pessoas que vivem fora da aldeia e que se envolvem no projeto sempre que possível. A prática do croché assume, assim, uma dimensão descentralizada, com contributos feitos em casa, encontros na Junta e momentos comunitários de montagem, refletindo um verdadeiro esforço colaborativo que reforça os laços entre habitantes locais e emigrantes;
- Importância simbólica e identitária da prática: O croché não é percebido apenas como um passatempo, mas como uma expressão identitária da comunidade. A criação da “Aldeia de Natal” em croché torna-se um símbolo de Medelim, reconhecido por visitantes e assumido com orgulho pelos seus habitantes. A prática adquire valor patrimonial pela sua capacidade de representar a memória coletiva, os saberes locais e as dinâmicas de partilha;
- Educação informal e transmissão intergeracional de saberes: A aprendizagem do croché é promovida entre pares e entre gerações, sendo relatados exemplos de jovens e até crianças que aprendem com as mães ou avós. O projeto permite a reintegração dos mais novos nas práticas locais, através de atividades lúdicas e educativas, como sessões com escuteiros. A experiência de ensinar e aprender em contexto informal reforça o valor pedagógico da tradição;

- Gestão participativa e valorização da decisão comunitária: A entrevistada revela uma abordagem participativa na gestão das iniciativas relacionadas com o croché, valorizando o envolvimento das “crocheteiras” nas decisões sobre o futuro do projeto. A propósito de uma proposta externa para expandir a iniciativa, partilhada por uma universidade sénior, a Presidente da Junta sublinha que qualquer alteração ou inovação deve ser previamente discutida com o grupo: “As «crocheteiras» têm que concordar. Porque depois, lá está... não... acho que elas não vão gostar muito de virem aqui e meterem... tenho que ver... tenho que falar com elas”. Esta postura demonstra uma compreensão do património cultural imaterial enquanto construção coletiva, onde o respeito pela vontade da comunidade é central para a sua autenticidade e continuidade;
- Ausência de apoio institucional e papel da Junta: Apesar da relevância cultural e turística do projeto, a entrevistada refere a escassez de apoio por parte da Câmara Municipal, o que obriga a Junta de Freguesia e os participantes a assumirem diretamente os custos e a logística. Esta limitação não impede o desenvolvimento da prática, mas condiciona o seu crescimento e a possibilidade de expansão. A Junta, sob a liderança da entrevistada, assume assim um papel central na promoção da tradição;
- Papel da mulher na preservação do património imaterial: A mulher surge como figura central na dinamização, transmissão e salvaguarda da prática. Desde a liderança da Junta até à execução dos trabalhos em croché, são as mulheres que assumem a continuidade do saber-fazer e a sua reinterpretação em contexto contemporâneo. A entrevistada reconhece este papel, sublinhando a sua dimensão educativa, afetiva e cultural.

A entrevista com Maria de Fátima Antunes Nabais Pereira, de 68 anos, residente em Medelim há 65, oferece uma perspetiva complementar à da Presidente da Junta, centrada na experiência de vida e na memória afetiva de uma das “crocheteiras” locais¹⁰. Natural de Penha Garcia, mas residente em Medelim desde tenra idade, Maria de Fátima representa uma voz

¹⁰ Entrevista realizada a 17 de abril de 2025, em Idanha-a-Velha. Duração: 19 minutos. Registo em áudio e vídeo.

ativa na continuidade da prática do croché, marcada por uma forte ligação à história familiar e ao quotidiano da aldeia.



Figura 31 - Maria de Fátima Antunes Nabais Pereira, «crocheteira», Medelim [Fonte: Autora 17-04-2025]



Figura 32 - Quadrados em croché, Maria de Fátima Antunes Nabais Pereira, Medelim [Fonte: Autora 17-04-2025]

A sua aprendizagem foi feita em contexto doméstico, com influência direta da mãe: “Já a minha mãe fazia e a família toda fazia”. Descreve como, na sua juventude, as meninas eram incentivadas a permanecer em casa e a ocupar o tempo com atividades como o croché, a malha ou a costura. Esta aprendizagem, associada à preparação do enxoval, revelava-se um rito de passagem para muitas raparigas da sua geração.

Ao longo da entrevista, é notório o entusiasmo com que participa nas iniciativas promovidas pela Junta de Freguesia, em especial na conceção das peças do presépio e da aldeia de Natal em croché. Relata como a proposta partiu da atual Presidente e como o projeto se organizou de forma colaborativa: “A Junta da Freguesia compra as lãs e a gente vai buscar as lãs e faz em casa. Outras fazem lá no salão da Junta de Freguesia e quando é para formar as coisas que queremos, juntamo-nos todas na Junta de Freguesia”.

Além das peças para o projeto comunitário, continua a produzir rendas e toalhas para uso pessoal e para oferecer, mantendo viva a prática em múltiplos contextos. Sublinha ainda a valorização pública e turística da iniciativa, referindo com orgulho a presença na televisão: “Já veio cá a televisão... já veio cá a RTP, já fui filmada a fazer”, sublinhando que esse tipo de visibilidade é essencial para contrariar o esquecimento das aldeias.

A prática coletiva do croché, para Maria de Fátima, não é apenas uma ocupação, mas um motor de união e orgulho identitário: “As pessoas ao juntarem-se, falam umas com as outras,

têm ideias... umas têm umas ideias, outras, outras ideias”. Reconhece que o envolvimento de novas gerações é limitado, devido à escassez de jovens na aldeia, mas salienta a importância da continuidade: “A gente sente-se orgulhosa porque vamos a qualquer lado e ouvem falar em Medelim — ‘Ah, é a aldeia do croché’ — e a gente fica contente”.

Por fim, destaca o papel fundamental das mulheres, quer na execução da prática, quer na sua salvaguarda: “Eu acho que é uma participação boa (...) dar continuação à tradição, para a tradição não acabar.” Apesar de os homens colaborarem na construção das estruturas das figuras, o croché em si continua a ser uma prática eminentemente feminina, transmitida e reinventada por gerações de mulheres.

A entrevista foi analisada segundo os princípios da análise temática, com foco em seis grandes eixos:

- Aprendizagem familiar e práticas tradicionais do quotidiano: A prática do croché surge no seio familiar, transmitida de mãe para filha, num contexto em que as mulheres eram incentivadas a ocupar-se em casa com atividades manuais. Estas práticas faziam parte da formação feminina e estavam ligadas à preparação do enxoval, revelando o seu papel simbólico na transição para a vida adulta;
- Envolvimento ativo nas iniciativas comunitárias de croché: D. Fátima demonstra um forte sentido de pertença relativamente ao projeto da árvore e do presépio em croché promovido pela Junta de Freguesia. Participa ativamente na produção das peças, tanto em casa como nos encontros organizados, contribuindo para o sucesso da iniciativa e para a sua continuidade ao longo dos anos;
- Orgulho e identidade associada à prática: O reconhecimento externo da aldeia como “Aldeia do Croché” é vivido com orgulho pela entrevistada, que valoriza a imagem positiva projetada por Medelim e associa esse reconhecimento à dedicação das mulheres da comunidade. A prática torna-se assim um elemento agregador de identidade local;
- Valorização externa e visibilidade mediática: A presença da televisão e o interesse de visitantes são mencionados como sinais da importância e do alcance da iniciativa. A entrevistada destaca que esta visibilidade contribui para contrariar o esquecimento das aldeias e para reforçar o valor das tradições locais;
- Relação entre prática e envelhecimento populacional: Apesar da vitalidade da prática entre as “crocheteiras” mais velhas, D. Fátima reconhece a dificuldade em envolver as

gerações mais novas, devido à escassez de jovens na aldeia. Esta realidade levanta preocupações quanto à sustentabilidade futura da tradição;

- Papel da mulher na transmissão e continuidade da tradição: A entrevista reforça o papel central da mulher enquanto guardiã do saber-fazer tradicional. A prática do croché é vista como um território feminino, onde se cruzam memória, identidade e criatividade, sendo a mulher a principal responsável pela sua preservação e transmissão.

A análise das entrevistas realizadas em Medelim permite compreender como o croché, enquanto prática artesanal tradicional, se transforma num catalisador de identidade, criatividade e coesão social. A singularidade deste caso reside na conjugação entre a visão institucional da Presidente da Junta e a experiência quotidiana de uma das “crocheteiras” locais, revelando a profundidade e a diversidade das formas de participação. As mulheres surgem como protagonistas na dinamização cultural da aldeia, assegurando não apenas a execução técnica, mas também a preservação simbólica e afetiva das tradições. Medelim afirma-se, assim, como um exemplo paradigmático de como o património cultural imaterial pode ser reinventado e valorizado pelas comunidades, em particular pelas mulheres, através de práticas colaborativas e intergeracionais.

3.4. MONSANTO



Figura 33 - Vista parcial da aldeia histórica de Monsanto [Fonte: Município de Idanha-a-Nova, 2025]

Atualmente, Monsanto integra a União das Freguesias de Monsanto e Idanha-a-Velha, contando com 829 habitantes (Wikipédia, 2022). Em 1938, foi distinguida com o título de “A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal”, atribuído pelo Secretariado de Propaganda Nacional no contexto de um concurso destinado a exaltar o espírito tradicionalista do Estado Novo. A distinção visava premiar a aldeia cuja arquitetura, hábitos e costumes melhor representassem a “essência portuguesa”. Como símbolo do prémio, foi oferecido um Galo de Prata; atualmente, uma réplica do original pode ser vista no topo da Torre de Lucano, assumindo-se como um elemento identitário da localidade (Félix, 2003). Esta distinção continua a integrar a identidade simbólica da comunidade e é amplamente utilizada no material promocional da rede das Aldeias Históricas de Portugal, onde Monsanto figura como destino emblemático (Aldeias Históricas de Portugal, 2025).

A aldeia destaca-se pela forma como a arquitetura tradicional se adapta à geografia granítica da região, sendo que, o seu ponto mais alto atinge os 100 metros. Muitas das habitações integram enormes penedos nas suas construções, conferindo a Monsanto uma paisagem urbana única que lhe valeu, em 1995, a integração na rede das Aldeias Históricas de Portugal (Aldeias Históricas de Portugal, 2025).

O edificado da aldeia inclui elementos de grande valor histórico e simbólico. A parte mais antiga localiza-se no ponto mais alto, onde os Templários construíram uma cerca com torre de menagem, posteriormente ampliada com torres e dois recintos murados. Destaca-se ainda a cisterna medieval e a Igreja de Santa Maria, bem como a Capela de S. Miguel, um pequeno exemplar da arquitetura românica, e a Torre do Pião, hoje em ruínas. Estes elementos testemunham a ocupação militar e religiosa da aldeia ao longo dos séculos.

Para além do património arquitetónico, Monsanto possui uma rica tradição musical e performativa. O Rancho Folclórico de Monsanto, fundado em 1995, tem desempenhado um papel relevante na preservação das danças, músicas e trajes tradicionais da Beira Baixa. O grupo é composto por elementos da aldeia e participa em diversos eventos culturais no concelho e na região (Idanha.pt, 2019).

Particular destaque merece o grupo das Adufeiras de Monsanto, formado exclusivamente por mulheres que tocam o adufe – instrumento de percussão de origem árabe, tradicionalmente associado à cultura feminina da Beira Baixa. Segundo Maria Amélia Mendonça Fonseca, entrevistada no âmbito deste estudo e uma das fundadoras do grupo, as Adufeiras de Monsanto nasceram em 1997, no âmbito de um convite do encenador Ricardo

Pais para o espetáculo “Raízes Rurais, Paixões Urbanas”, apresentado na Cité de la Musique, em Paris. A iniciativa contou com o impulso da Doutora Salwa Castelo Branco, etnomusicóloga, que é hoje reconhecida como madrinha simbólica do grupo. Foi a partir desta atuação na Cité de la Musique que nasceram as Adufeiras de Monsanto, assumindo desde então um papel central na preservação e valorização do adufe como expressão identitária da região.

A entrevistada refere ainda: “A nossa preocupação era preservar os valores tradicionais de Monsanto no que toca aos trajes e cantares. E foi um êxito retumbante”. Desde então, o grupo afirmou-se como emblema cultural da região, promovendo a música tradicional em palcos nacionais e internacionais. Atuaram na Expo 98, na Alemanha, Suíça, Polónia e até nas Nações Unidas. Para além da interpretação musical, desenvolvem um trabalho centrado na preservação da memória oral e das práticas comunitárias associadas ao uso do adufe. Maria Amélia sublinha: “Tivemos um contributo muito grande na renovação do toque do adufe. Hoje é tocado em todo o mundo, e parte disso deve-se a nós”.

Além da sede da freguesia, o território de Monsanto inclui diversas localidades anexas, como Relva, Carroqueiro e Vale de Maria Dona. Estas povoações, embora mais pequenas, partilham a identidade cultural e as tradições da freguesia-mãe, colaborando em iniciativas comunitárias e festividades locais (Wikipedia,2022).

É pertinente destacar a Festa das Cruzes, celebrada anualmente a 3 de maio, como uma das tradições mais emblemáticas da aldeia. Esta festividade remonta a um episódio lendário em que os habitantes de Monsanto, cercados por inimigos, teriam lançado uma bezerra alimentada com o último trigo disponível do alto das muralhas do castelo. Este gesto simbólico visava demonstrar abundância de mantimentos, levando os sitiados a levantar o cerco (Folclore.PT, 2023). Atualmente, a celebração inclui uma procissão em que as mulheres, vestidas com trajes tradicionais e tocando adufes, sobem ao castelo transportando potes de barro decorados com flores silvestres. Do alto das muralhas, estes potes são lançados, simbolizando o antigo estratagema de resistência (SAPO Lifestyle, 2002). Além disso, destaca-se a presença das marafonas, bonecas de pano confeccionadas sem traços faciais, associadas à proteção das casas contra trovoadas e à fertilidade. Estas bonecas são tradicionalmente colocadas nas camas durante a festa, perpetuando rituais ancestrais da comunidade (Wikipédia, 2020).

No entanto, segundo a entrevistada, a continuidade desta tradição esteve em risco. “Enquanto eu for viva, não deixo cair o 3 de maio”, afirma com convicção. Foi graças ao seu empenho pessoal que a celebração ganhou novo fôlego nos últimos 3 anos, com participantes vindos de vários pontos do país e da comunidade emigrante: “Vieram de França, dos Açores, de Castelo de Vide... disseram-me «não saia sem mim!»”.

Deste movimento espontâneo surgiu a atual Festa do Adufe, realizada desde 2022, com caminhadas, *workshops*, partilhas e o lançamento do pote como momento central (Festa do Adufe, 2025).



Figura 34 - Adufeiras de Monsanto seguram adufes e marafonas [Fonte: Festa do Adufe, 2025]

Maria Amélia Mendonça Fonseca, nascida e residente em Monsanto, representa uma figura central na salvaguarda e dinamização do património cultural imaterial da aldeia¹¹. Com 78 anos e uma vida profissional como funcionária pública adstrita ao Ministério da Segurança Social, destaca-se sobretudo pelo seu envolvimento desde jovem no Rancho Folclórico de Monsanto e, mais tarde, como fundadora e membro ativo das Adufeiras de Monsanto — grupo feminino que se tornou emblema da música tradicional da Beira Baixa.

¹¹ Entrevista realizada a 25 de abril de 2025, em Monsanto. Duração: 38 minutos. Registo em áudio.



Figura 35 - Maria Amélia Mendonça Fonseca, guardiã das tradições de Monsanto [Fonte: Autora 25-04-2025]

O seu testemunho revela um percurso de profundo compromisso com a preservação das tradições locais, aliado a uma notável capacidade de mobilização e inovação. Desde muito nova, foi incentivada a participar nas atividades culturais da aldeia, o que contribuiu para a sua formação identitária. Como refere: “Foi no Rancho Folclórico de Monsanto que tudo começou... tínhamos 10 anos, era muito natural participar, era uma alegria”.

A ligação familiar às tradições é igualmente evidente. Como relata, “a minha mãe era uma pessoa muito, muito, muito conhecedora, também. Uma pessoa que amava muito Monsanto e que cantava muito bem e sabia tudo, sabia as lendas, sabia as tradições”. A mãe, participou na ida a Lisboa em 1939 para receber o Galo de Prata, representando a aldeia quando esta foi distinguida como “Aldeia Mais Portuguesa de Portugal”. A entrevistada sublinha que foi a partir dessa data que se fundou o rancho folclórico de Monsanto, do qual a mãe passou a fazer parte: “Foi fundado um rancho folclórico cá em Monsanto, a partir da altura em que Monsanto ganhou o Galo de Prata. A minha mãe fazia parte dele e ia para os ensaios, eu via.” Esta convivência precoce com a prática transmitida em ambiente familiar marcou profundamente o seu percurso: “Ela cantava de manhã à noite e eu fui assim entrando, portanto fui adquirindo todos os conhecimentos por aquilo que eu vi. Foi assim que nasceu esta vontade”.

Mais tarde, em 1977, juntamente com o marido, Maria Amélia integrou e reativou o Rancho da Casa do Povo de Monsanto: “Fomos inclusivamente diretores e ensaiadores, e os responsáveis pelo Rancho da Casa do Povo de Monsanto, durante uns quase 20 anos”. O grupo

viria a alcançar projeção internacional, participando nesse mesmo ano no festival de folclore de Zagreb.

A fundação do grupo Adufeiras de Monsanto surge em 1997, no âmbito de um convite para representar Portugal no espetáculo “Raízes Rurais, Paixões Urbanas”, em Paris, como mencionado anteriormente. Maria Amélia relata com entusiasmo: “Foi através da Doutora Salwa Castelo Branco... que fui convidada a juntar meia dúzia de mulheres para ir à Cité de la Musique, em Paris. É aí que nasceram as Adufeiras de Monsanto”. A partir dessa atuação, o grupo cresceu e afirmou-se, não só em Portugal como além-fronteiras, assumindo o adufe como instrumento identitário da região: “O adufe foi sempre tocado por mulheres. A nossa preocupação era preservar os valores tradicionais de Monsanto no que toca aos trajes e cantares”.

A trajetória do grupo estendeu-se por mais de duas décadas, com atuações em diversos contextos nacionais e internacionais. Estiveram presentes na Expo 98, em Lisboa, e participaram em digressões por países como França, Suíça, Alemanha, Polónia, Espanha e Estados Unidos, com destaque para uma atuação nas Nações Unidas. Em 2000, representaram Portugal em Hanôver com o mesmo espetáculo apresentado na Expo. Ao longo deste percurso, apresentaram-se em palcos como o Teatro Nacional São João, o Centro Cultural de Belém e a Praça Sony, num espetáculo intitulado “O Adufe”. Atualmente, o grupo encontra-se em fase de despedida, encerrando um ciclo de 28 anos de atividade. Como refere a entrevistada, “as pessoas aqui em Monsanto já são poucas, não temos pessoas para renovação”. A última atuação está prevista para junho de 2025, no Centro Cultural de Belém, com o espetáculo *Talvez Monsanto*, dirigido por Ricardo Pais. Maria Amélia resume este percurso com emoção: “Foi um êxito retumbante e agora vamos para Lisboa, para o CCB... acho que será a melhor, será a maneira melhor e mais bonita... de terminar em grande e pronto”.

A entrevistada enaltece a autenticidade e o rigor como traços distintivos do grupo, reforçando a importância da tradição como resistência à homogeneização cultural: “A autenticidade é o que nos define. Não queremos fazer música igual à dos outros. Queremos manter o que é nosso”.

Para além da atividade musical, Maria Amélia valoriza o papel das mulheres na preservação das tradições locais, destacando a sua importância na continuidade dos rituais, festas e cantares: “São as mulheres da vila que vivem cá toda a vida. (...) E, portanto, as raparigas

faziam as marafonas e subiam ao Castelo, cantavam e dançavam com elas a pedir a fecundidade”. Este reconhecimento da centralidade feminina na transmissão do património é especialmente visível na sua ação enquanto impulsionadora da celebração do 3 de maio — festividade profundamente enraizada na identidade de Monsanto, a que se fez já breve referência.

A vontade da entrevistada de manter viva a tradição do 3 de maio, esteve na origem da atual Festa do Adufe: “Vieram de França, dos Açores, de Castelo de Vide... disseram-me «não saia sem mim!»”. A nova festa incorpora rituais antigos como o lançamento do pote de barro e integra atividades contemporâneas como caminhadas e partilhas culturais: “Fizemos uma caminhada, depois uma partilha... e o momento alto foi o lançamento do pote”.

Desde a sua criação, a festa tem atraído participantes de diferentes pontos do país e do estrangeiro, incluindo etnomusicólogos e artistas: “Vêm de França, de Portugal, do Norte a Sul do país... vêm do Pico, dos Açores... de Itália...”. Segundo Maria Amélia: “São pessoas com cursos, todas com cursos superiores... que não são assim, uns borrabotas quaisquer. Não precisam disto para nada e gostam, fazem isto porque gostam. Porque gostam de Monsanto, gostam da Terra, gostam das tradições e das pessoas”. Apesar da adesão dos últimos anos, Maria Amélia reconhece que a continuidade da celebração do 3 de maio poderá estar comprometida com a sua ausência. Refere que, embora alguns jovens a tenham acompanhado na organização recente, não demonstram intenção de dar continuidade à tradição por iniciativa própria: “Mas eles não têm interesse nenhum em que isto continue. Não estou, não estou a ver que eles continuem”. Face a este cenário, admite que a festa possa vir a ser acolhida por outras comunidades mais recetivas: “Vão para onde são recebidos, porque já há quem diga, venham para aqui que tenham todas as condições e mais uma”.

A análise da entrevista permitiu identificar nove grandes eixos temáticos:

- Trajetória de iniciação cultural e envolvimento precoce no Rancho Folclórico de Monsanto: Desde a infância, a entrevistada integrou o Rancho Folclórico de Monsanto, onde iniciou a sua participação ativa na vida cultural da aldeia. Esta experiência desempenhou um papel formativo essencial no desenvolvimento da sua consciência patrimonial;
- Fundação e afirmação das Adufeiras de Monsanto como expressão identitária e coletiva feminina: A criação das Adufeiras de Monsanto resultou de um convite e foi

protagonizada por um grupo de mulheres locais, afirmando-se como uma expressão artística e identitária profundamente enraizada na tradição feminina da região;

- Autenticidade e inovação na prática do adufe como património imaterial dinâmico: O grupo defende a autenticidade dos trajes e cantares tradicionais, mas tem também contribuído para a renovação das formas de tocar o adufe, demonstrando que a tradição pode coexistir com a inovação;
- Reconhecimento internacional do grupo e difusão da tradição musical da Beira Baixa: A atuação das Adufeiras em palcos nacionais e internacionais promoveu a música tradicional de Monsanto, consolidando o grupo como referência na divulgação do património imaterial português;
- Papel central das mulheres na preservação, cuidado e transmissão das tradições: A entrevista evidencia a importância das mulheres na continuidade das práticas culturais, desde a confeção das marafonas à organização de rituais e festas, assumindo-se como guardiãs da herança coletiva;
- Revitalização da celebração do 3 de maio como prática comunitária de resistência: A entrevistada teve um papel decisivo na reativação desta celebração tradicional, impedindo o seu desaparecimento;
- Criação da Festa do Adufe como continuidade simbólica e atualizada da tradição: A nova festa anual incorpora elementos do 3 de maio, adaptando-os a uma linguagem contemporânea com atividades complementares que promovem o encontro intergeracional e a participação comunitária;
- Ausência de apoio institucional e reconhecimento por parte do poder local: A entrevistada denuncia a falta de apoio e valorização institucional às iniciativas que promoveu, quer enquanto membro das Adufeiras de Monsanto, quer como impulsionadora da celebração do 3 de maio. Refere nunca ter recebido apoio direto da autarquia ou reconhecimento formal pelo seu trabalho em prol do Património Cultural Imaterial da região, sublinhando que o suporte veio quase exclusivamente de pessoas exteriores à comunidade;
- Mobilização intergeracional e transnacional da comunidade local e da diáspora: A Festa do Adufe e o regresso de antigos habitantes ou descendentes ilustram o

envolvimento afetivo e identitário de diversas gerações, incluindo emigrantes, na preservação das tradições de Monsanto.

Este testemunho evidencia a forma como Maria Amélia Fonseca atua como mediadora entre passado e presente, assegurando a continuidade das práticas culturais através de novas formas de expressão. A sua narrativa traduz um *ethos* de resistência, cuidado e transmissão, profundamente enraizado na comunidade e no território.

3.5. PENHA GARCIA

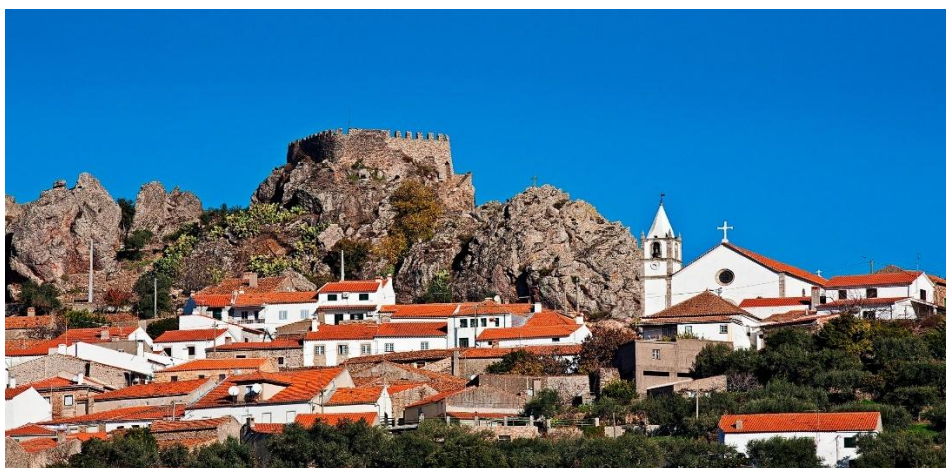


Figura 36 - Vista parcial da aldeia de Penha Garcia [Fonte: Município de Idanha-a-Nova, 2025]

Penha Garcia é uma freguesia com uma área de 128,42 km², contabilizando 551 habitantes segundo os Censos de 2021, revelando uma baixa densidade populacional (Wikipédia, 2014).

A história da localidade remonta à Pré-História, com vestígios arqueológicos que atestam a ocupação humana desde épocas remotas. No século XIII, Penha Garcia foi elevada a vila e sede de concelho, condição que manteve até ao final do século XVIII. Durante o reinado de D. Dinis, o território foi doado à Ordem dos Templários, passando mais tarde para a Ordem de Cristo, o que reforça a sua relevância histórica e estratégica na defesa da fronteira oriental (Wikipédia, 2014); Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2014).

O património edificado da freguesia inclui o castelo medieval, construído entre os séculos XII e XIII, do qual subsistem alguns troços das muralhas. A estrutura integrava a rede de fortificações da raia e desempenhava funções defensivas na linha do Tejo. Destaca-se ainda o

pelourinho manuelino, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1933, uma peça singular cuja autoria é conhecida, facto raro neste tipo de monumento (Wikipédia,2014).

No plano natural, Penha Garcia é amplamente reconhecida pelo seu património geológico. O Parque Icnológico, inserido no Geopark Naturtejo, conserva fósseis de trilobites com cerca de 480 milhões de anos, expostos ao longo das escarpas quartzíticas. Este conjunto constitui um recurso científico e pedagógico de relevância internacional, sendo visitado por geólogos e turistas curiosos (Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2024).

As práticas culturais imateriais da aldeia incluem expressões como a produção artesanal de adufes. Esta prática reflete não apenas um saber-fazer técnico, mas também um legado identitário profundamente enraizado. Tradicionalmente, o adufe foi um instrumento tocado exclusivamente por mulheres, as chamadas “adufeiras”. Esta associação remonta às civilizações da Antiguidade (Mesopotâmia, Egito, Grécia e mundo pré-islâmico), onde era considerado um instrumento feminino (Geocakes, 2023). Em regiões como Idanha-a-Nova, as adufeiras mantêm esta tradição viva: seguram o instrumento ao alto, acompanhando rituais religiosos (como as alvíssaras e romarias) e celebrações comunitárias, reforçando laços de género e vínculos sociais (EULAC Museums, 2023). O toque do adufe e o canto das adufeiras estão intrinsecamente ligados às festividades religiosas e culturais, como as romarias à Senhora do Almortão. Nesses eventos, o instrumento é veículo de expressão coletiva: celebração, devoção e identidade (Fórum Covilhã, 2023). Em Idanha-a-Nova, o adufe é central em manifestações que reforçam a coesão social — mulheres reúnem-se para tocar e cantar em diferentes fases do ano, mantendo viva a tradição ancestral (Município de Idanha-a-Nova, 2024). Este protagonismo feminino, ainda hoje visível, foi destacado pela entrevistada Idalina Maria Costa Gameiro, que aprendeu a tocar com a avó e tem transmitido o saber à filha, espelhando a importância da continuidade intergeracional na prática do adufe.

Entre as tradições imateriais mais emblemáticas de Penha Garcia destaca-se a celebração das Maias, realizada anualmente no dia 3 de maio. Esta prática ancestral, de raízes pagãs e ligada aos rituais de fertilidade e proteção das colheitas, consiste na colocação de bonecas — as chamadas “maias” — nas janelas das casas. As bonecas são feitas de cruces de madeira vestidas com roupas de bebé, simbolizando a pureza e a renovação da natureza. Um dos seus objetivos era afastar as trovoadas, fenómeno frequente na região, numa época em que a ausência de para-raios tornava esses eventos particularmente perigosos para a população e para os bens agrícolas. O maior receio recaía sobre as searas, cujas espigas, já desenvolvidas

em maio, podiam ser destruídas pela intensidade da chuva, comprometendo a subsistência das famílias. As colheitas não só garantiam o alimento do ano, como eram essenciais para o pagamento das rendas dos terrenos (SAPO Viagens, 2021; Andarilho, 2021). Outrora, o ritual incluía uma romagem ao castelo, no dia 3 de maio, onde as raparigas da aldeia erguiam as maias voltadas para a planície, gritando “Viva a Maia do Castelo!”, num gesto performativo que expressava não só proteção contra as intempéries, mas também a valorização da juventude e da fertilidade feminina (SAPO Viagens, 2021).



Figura 37 - Maias tradicionais de Penha Garcia [SAPO Viagens, 2021]

Neste contexto cultural, destaca-se a figura de Catarina Chitas (1913-2003), conhecida localmente como Ti Chitas. Natural de Penha Garcia, Catarina Chitas foi pastora, tocadora de adufe e cantora popular, reconhecida pela autenticidade da sua expressão musical e pela riqueza do seu repertório tradicional. A sua atuação espontânea e poderosa foi registada por etnógrafos e musicólogos como Michel Giacometti e Ernesto Veiga de Oliveira, no âmbito de projetos de recolha do património oral e musical português (Wikipédia, 2014; RTP Arquivos, n.d.). A voz e os saberes de Catarina Chitas tornaram-se símbolo da identidade cultural da Beira Baixa, sendo homenageada em vida e postumamente. Um monumento dedicado à sua memória encontra-se atualmente exposto em Penha Garcia, como reconhecimento da sua importância na preservação do património imaterial da aldeia e da região (ADRACES, 2024).

Entre os géneros que interpretava, destacavam-se as chamadas canções de trabalho, tradicionalmente entoadas durante tarefas agrícolas ou domésticas, com o objetivo de aliviar o esforço físico, coordenar os movimentos ou expressar mensagens e emoções entre os trabalhadores (Wikipédia, 2022). Este repertório, transmitido oralmente, representa uma

forma de expressão coletiva enraizada na experiência quotidiana da vida rural, refletindo a criatividade e resistência das comunidades, especialmente das mulheres.

Também a nível associativo, Penha Garcia conta com o Rancho Folclórico, fundado em março de 1983, que desde então tem procurado representar o modo de vida e as tradições da aldeia através da música, dança e trajes típicos. Com atuações em eventos locais, nacionais e até internacionais, o grupo é um veículo importante de valorização do património cultural imaterial, promovendo o convívio intergeracional e o sentido de pertença comunitária (1Library, 2025; Musorbis, 2025).

A importância patrimonial de Penha Garcia tem sido reconhecida através da sua integração na rede “Aldeias de Portugal”, em 22 de março de 2022, um selo de qualidade atribuído às localidades que se distinguem pela conservação do seu património, autenticidade e dinamismo comunitário (Reconquista, 2022).

Idalina Maria Costa Gameiro, natural e residente em Penha Garcia, é uma das figuras que mantém viva a tradição do adufe e das canções populares da Beira Baixa, particularmente associadas ao legado da Ti Chitas¹². Com 51 anos, comerciante local e filha da terra, revela uma relação íntima com o património imaterial da aldeia, construída desde a infância.



Figura 38 - Idalina Maria Costa Gameiro, canta e toca adufe, Penha Garcia [Fonte: Autora 29-04-2025]

A entrevistada começa por recordar a tradição das *maias*, ainda hoje vivida na aldeia a 3 de maio. “E as maias eram.... Eram tipo as marafonas, uma boneca que não tem cara

¹² Entrevista realizada a 29 de abril de 2025, em Penha Garcia. Duração: 18 minutos. Registo em áudio e vídeo.

desenhada, praticamente. E então punham durante o mês de maio todo à janela, mas dia 3 subiam com essa maia ao castelo. [...] era para os campos produzirem. Sim, fertilidade para os campos”. Trata-se de um ritual de origem ancestral, ligado à fertilidade e à proteção das colheitas, profundamente enraizado na memória coletiva, como já mencionado.

Idalina, ou Lina como prefere ser chamada, descreve o seu percurso de aprendizagem do adufe como um processo geracional e comunitário. Refere a influência da sua avó e de uma vizinha, “Ti Nabais”, como mentoras informais: “A minha avó, que está nas filmagens do Michel Giacometti juntamente com a Catarina Chitas e outra senhora que era minha tia também. Portanto, eu fui criada praticamente com a presença da minha avó e ela sempre tocou o adufe e cantava. [...] Depois, quando formaram o grupo cá em Penha Garcia, pronto, aí é que me entusiasmei mais e aprendi mais com senhoras que já faleceram”.

Embora tenha tido apenas uma convivência breve com Catarina Chitas, reconhece-lhe grande importância simbólica e recorda o impacto emocional de a ouvir cantar, mesmo já em estado de fragilidade: “Fui visitar aquela senhora, porque também era uma vizinha, mas ela já não estava lúcida. Ela só cantava uma música que era o *La La La*, que era muito bonita, não tinha palavras, mas o cantarolar... o *La La La*, era... aquilo que tocou-me e despertou-me para eu ficar a gostar”.

As canções da Ti Chitas e outras modas antigas são descritas como formas de expressão profundamente ligadas ao quotidiano rural: “Porque, as canções do trabalho são histórias da vida real. Elas faziam um verso, adaptavam-lhe uma música e depois cantavam. Aquilo era muito bonito”.

A entrevistada integrou o Rancho Folclórico de Penha Garcia e o grupo dos Adufes, tendo participado em eventos locais e residências artísticas: “Por exemplo, quando atuava o Rancho, eu fazia parte da dança, mas se fosse, por exemplo, uma atuação de coro de Adufes, eu já tinha que ir tocar o Adufe e cantar”. Refere que, mesmo após a interrupção da atividade do grupo por causa da pandemia, continua a ser convidada para iniciativas como a Romaria da Senhora do Almurtão ou a Festa do Adufe em Monsanto: “Agora vai haver a Romaria, é um Domingo, eu também já vou. Já levo o adufe e já vou.” Apesar da sua dedicação, salienta que a participação está hoje condicionada pela vida profissional e familiar: “Porque a minha vida, ultimamente, não me permite muito. Não tenho muita disponibilidade”.

No que diz respeito à transmissão intergeracional, destaca o envolvimento da filha: “A minha filha, por exemplo, toca muito bem o adufe [...] desde os 8, para aí”. Lina mostra

abertura à inovação e colabora com músicos contemporâneos: “Muita gente nova tem vindo ter comigo, que está dentro da música, para eu cantar a versão original e eles depois fazerem o arranjo com parte do instrumental toda por trás”. Em particular, destaca a sua participação no Boom Festival, onde atuou numa performance de fusão entre o tradicional e o eletrónico: “Fomos fazer a abertura do Boom, com as músicas tradicionais daqui... eles fizeram um arranjo eletrónico e que ficou engraçado”.

A entrevistada reconhece o potencial turístico destas práticas: “Do nada, na loja, já me sai uma quadra [...] já cheguei a vir buscar o adufe e tocar aí um bocadinho. [...] E já ficam «espertinhas» a olhar”.

No entanto, alerta para as dificuldades na continuidade: “O problema é que não há pessoas. [...] Estas gerações mais novas não aderem a este tipo de coisas. [...] Se não se fizer por gosto, não consegue”. Por fim, manifesta um desejo de continuidade, ainda que com ceticismo: “Gostava que continuassem. Que não se perdesse. [...], mas é um trato complicado”.

A análise da entrevista permitiu identificar seis grandes eixos temáticos:

- Transmissão familiar e comunitária: A prática do adufe foi herdada da avó e aprendida com vizinhas, confirmando o peso das redes de proximidade na perpetuação do património imaterial;
- Memória da Ti Chitas e das canções de trabalho: A evocação das modas rurais e da figura da Ti Chitas mostra a relevância do repertório oral na construção de uma identidade musical própria, com forte protagonismo feminino;
- Participação feminina e intergeracional: A filha de Idalina segue o legado do adufe, mas a entrevistada nota uma crescente adesão masculina na prática do instrumento;
- Reinterpretação das tradições locais: A entrevistada participa ativamente em eventos como a Festa do Adufe ou a romaria da Senhora do Almurtão, reforçando o papel performativo das práticas tradicionais enquanto formas de sociabilidade e expressão identitária;
- Colaboração com novas gerações e artistas contemporâneos: Apesar das limitações logísticas, Idalina colabora com músicos que reinterpretem o repertório tradicional em novos formatos, como no Boom Festival, contribuindo para a reinvenção do PCI;

- Dificuldades na continuidade: A entrevistada alerta para o desinteresse das novas gerações e para a falta de apoio institucional, embora a prática continue a atrair turistas e curiosos.

A entrevista com Idalina Gameiro evidencia a força simbólica e afetiva das práticas culturais de Penha Garcia, revelando como a transmissão familiar, a participação comunitária e a abertura à inovação contribuem para a vitalidade do património imaterial local. A sua trajetória pessoal reflete os desafios e as potencialidades da salvaguarda destas tradições, num equilíbrio entre memória e reinvenção, enraizamento e projeção contemporânea.

3.6. MONFORTINHO



Figura 39 - Vista aérea de Monfortinho [Fonte: *A Terceira Dimensão*, 2015]

Monfortinho, que em 2013 foi agregada à freguesia de Salvaterra do Extremo, formando a União das Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, com sede em Monfortinho, conta com 536 habitantes (Wikipédia, 2024). Trata-se de uma localidade bastante antiga, localizando-se na Raia, estando geograficamente separada de Espanha apenas pelo Rio Erges que ali nasce (Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2025).

A história de Monfortinho remonta a períodos antigos, com vestígios arqueológicos e minas antigas que atestam a ocupação humana desde tempos remotos. A localidade foi severamente afetada durante as Guerras da Restauração, tendo sido praticamente destruída pelos espanhóis após 1640, o que resultou numa perda significativa da sua importância social e económica (Wikipédia, 2024).

O património edificado de Monfortinho inclui a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Consolação, os pelourinhos de Monfortinho e da Torre, e o Cruzeiro da Torre. Destacam-se ainda vestígios arqueológicos, como o Castro do Picoto de Monfortinho, que evidenciam a riqueza histórica da região (Wikipédia, 2024).

As Termas de Monfortinho constituem um dos principais atrativos da localidade. As águas da Fonte Santa de Monfortinho são hipomineralizadas, bicarbonatadas, sódicas, cálcicas e magnésicas, possuindo um dos maiores teores de sílica entre as águas termais portuguesas. Estas características conferem-lhes propriedades terapêuticas reconhecidas, sendo indicadas para o tratamento de diversas patologias, como doenças de pele, do sistema digestivo, hepático, respiratório, entre outras (Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, 2025).

Monfortinho é amplamente reconhecida pela organização do tradicional Bodo de Monfortinho, um festejo popular ancestral realizado como forma de agradecimento a Nossa Senhora da Consolação por ter livrado os campos e searas, em 1870, de uma devastadora praga de gafanhotos. Esta festividade, que ocorre anualmente, 10 dias após a Páscoa, durante três dias, é considerada uma das mais singulares do país, integrando o património cultural e social do concelho de Idanha-a-Nova (Idanha.pt, 2024).



Figura 40 - Procissão e confeção comunitária do tradicional Bodo de Monfortinho [Município de Idanha-a-Nova ,2025]



Figura 41 - Nossa Senhora da Consolação, Monfortinho [Fonte: Maria Helena Luzio Lourenço Pires 08-04-2025]

Em 2022, o Bodo de Monfortinho foi inscrito no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, reconhecendo a sua importância como reflexo da comunidade e dos contextos

sociais e culturais da sua produção e reprodução (Idanha.pt, 2022). A festividade envolve a participação ativa da população, que oferece alimentos e prepara almoços para cerca de mil pessoas, incluindo visitantes de localidades espanholas vizinhas, numa manifestação de abundância e reconhecimento (Beira.pt, 2022).

Maria Helena Luzio Lourenço Pires tem 58 anos, é natural e residente em Monfortinho, concluiu o 12.º ano e trabalha atualmente como encarregada de limpeza no posto da GNR¹³. A sua entrevista permite aceder a uma compreensão rica e experiencial da prática do Bodo de Monfortinho, tanto nos seus fundamentos históricos e religiosos como nas formas contemporâneas de organização, participação e transmissão.



Figura 42 - Maria Helena Luzio Lourenço Pires, participa no Bodo de Monfortinho [Fonte: Maria Helena 08-04-2025]

A entrevistada começa por situar a origem do Bodo numa narrativa de promessa e fé, ligada a uma antiga praga de gafanhotos: “Houve aqui uma praga de gafanhotos que comiam a seara, as pessoas não tinham o que comer e então agarraram-se a Nossa Senhora da Consolação que levantasse a praga dos gafanhotos e que lhe prometiam uma festa, dez dias a seguir à Páscoa, se levantasse a praga dos gafanhotos [...] A Nossa Senhora, por devoção, levantou-lhe essa praga e então [...] fazem essa festa”. A festa decorre ao longo de três dias e compreende diversos momentos de cariz religioso, gastronómico e comunitário: “Na quarta-feira é a matança do gado [...] é a chegada da banda que vai dar volta a estas três terras, de Monfortinho [...] à noite, é a prova dos rins”. Na quinta-feira, celebra-se a missa em honra de Nossa Senhora, seguida da procissão e do almoço comunitário, preparado especialmente para os visitantes e participantes externos: “Serve-se o almoço para toda a gente que vem à festa”.

¹³ Entrevista realizada a 08 de abril de 2025, por videochamada. Duração: 31 minutos. Registo em áudio.

Já na sexta-feira, também se serve almoço, mas com uma participação distinta, agora centrada na população local: “Na sexta-feira já o povo vai lá ao almoço. Porque, na quinta-feira, geralmente é só para os «forasteiros» [...] o povo fica mais requeitado em casa”. Na sexta-feira realiza-se nova missa, momento de animação pelas ruas: “Quando corremos as ruas da nossa aldeia, vamos então, aqui à porta da capela da Nossa Senhora da Consolação, cantar os cânticos dela. Nós damos as quadras a ela e damos as três voltas, que é um uso que nós usamos, dar três voltas à capela, festejar, cantar, com os adufes, com palmas, com os acordeonistas, com tudo, cantar e mostrar a nossa alegria”.

Moisés Espírito Santo (1990) analisa como, no contexto da religião popular portuguesa, certos gestos rituais adquirem função mágica e simbólica, operando uma mediação entre o sagrado e o quotidiano. A prática de dar voltas à capela — como ocorre no Bodo de Monfortinho — pode ser interpretada como um exemplo dessa performatividade devocional, em que o gesto repetido reforça o vínculo da comunidade com a divindade, corporizando a promessa e reiterando o pedido ou agradecimento. Esta prática das voltas rituais à capela ou à igreja, como ocorre em Monfortinho, encontra paralelos noutras manifestações da religiosidade popular portuguesa, revelando uma lógica simbólica partilhada em torno do número três. Em Ponte de Lima, durante a festividade da Vaca das Cordas, os participantes dão três voltas rituais à Igreja Matriz, num gesto que simboliza purificação e proteção (Município de Ponte de Lima, 2023). Já em S. João da Pedra Leital, no município de Vila Nova de Famalicão, conforme documentado por Campelo (2023), as mulheres realizam três voltas a um penedo sagrado junto à capela, expressando a força da tradição oral e do gesto como mediação com o sagrado. Estes exemplos reforçam a ideia de que o número três, associado a promessas e rituais de circunvalação, desempenha um papel estruturante em práticas populares de religiosidade, onde a repetição simbólica se torna um instrumento de proteção, consagração ou petição.

A preparação da festa é contínua ao longo do ano e baseada numa lógica de dádiva e esforço partilhado: “Anda-se o ano inteiro a pedir e a vender [...] pessoas que semeiam na horta, coisas que oferecem aos festeiros [...] para se angariar dinheiro, não é?”.

A função dos festeiros é central na organização da festividade, sendo-lhes confiada a responsabilidade de angariar fundos, coordenar os preparativos e dinamizar a festa. Segundo a descrição da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, são anualmente designados três casais para assumir esse papel (Idanha.pt, 2022). Contudo, a entrevistada oferece uma perspetiva

atualizada e experiencial, revelando que essa nomeação formal tem dado lugar a uma lógica mais espontânea e voluntária: “Antigamente a gente, o festeiro no ano em que está, nomeava três festeiros para o ano a seguir. Infelizmente, como já há pouca gente [...] agora, a associação de festas ou os festeiros, dirão «quem quiser fazer a festa para o ano, que se chega à frente!»”.

Maria Helena participa sobretudo na dimensão religiosa, estando ligada à preparação das imagens e dos andores: “Eu tomo conta das imagens: preparar os andores [...] preparar o andor da Nossa Senhora [...] saem as imagens da capela todas”. A sua ligação atual deriva da transição das antigas mordomas para o atual Conselho Económico da Igreja: “Antigamente tinham aqui umas mordomas [...] e essas mordomas quiseram sair, e outras faleceram, e entregaram a capela à igreja, e pronto, agora o conselho económico toma conta disto”. As mordomas eram mulheres responsáveis por cuidar de cada imagem: “Cada imagem tinha uma mordoma: uma senhora que preparava, zelava por aquela imagem – tratava de roupas, de tudo”. Apesar de não ter sido mordoma, assumiu essa herança funcional e afetiva no novo modelo coletivo: “Os festeiros sozinhos não conseguem fazer a festa, sem o povo [...] eles são a cabeça e nós somos os membros para ajudar a fazer também”.

A entrevistada participa na tradição desde cerca de 2010, tendo desempenhado também o papel de forneira: “Já estive mesmo eu como forneira- a trabalhar o forno- e a deitar os bolos nas latas, a tirar e assim”.

A dimensão de género está fortemente presente nas práticas da festa, sendo as mulheres as principais responsáveis por tarefas como a confeção dos bolos, a preparação dos rins e a lavagem da louça, além, como já referido, da parte religiosa, da preparação dos andores e dos santos: “É mais feita por mulheres [...] migar as carnes [...] a preparação dos rins [...] a parte dos santos também [...] é só as mulheres”.

Transmitiu parte desses saberes à filha, que também foi festeira, mas reconhece limitações na continuidade geracional, sobretudo na vertente religiosa: “Só mais à festa. Só mais à festa. À igreja ainda não. Embora ela também ajude, também me ajuda às vezes, mas não tanto à igreja. «É muito trabalho. É muito trabalho», diz ela”. A transmissão fora do contexto familiar é ainda mais árdua: “Muito difícil, muito difícil”, reforça, admitindo que “ainda não existe” qualquer oficina ou iniciativa local de ensino ou valorização das tradições.

A entrevistada menciona a figura das antigas «forneiras» como referência feminina de saber tradicional, hoje desaparecida: “Havia duas velhotas cá, que eram as «forneiras» sempre. Entretanto, elas faleceram. Depois iam a Penha Garcia buscar as «forneiras» [...]

fomos ficando sem «forneiras» [...] temos de tentar aprender”. Maria Helena mostra-se disponível não apenas para continuar a ser forneira, mas também para ensinar: “Se me pedirem, faço [...] se me pedirem para ensinar, também”.

Sobre o impacto da festa, considera que esta contribui fortemente para a coesão social: “Acho que contribui para unir a comunidade e para não acabar esta tradição, que é nossa”. Reconhece ainda o impacto da inscrição do Bodo no Inventário Nacional do PCI, referindo que essa valorização institucional reforçou o empenho da comunidade em manter viva a tradição: “Eu acho que desde essa altura, eu acho que sim. Tentam não deixar acabar. Acho que sim”. Identifica um papel crescente do turismo e uma maior presença de visitantes: “Sempre atraiu gente [...], agora, acho que há mais”.

Relata a participação em eventos fora da aldeia, como a Feira das Sopas em Proença-a-Velha: “Levámos a sopa de grão, a sopa do Bodo [...] fomos concorrer com a sopa do Bodo”.

Quanto ao apoio institucional, afirma: “A Câmara Municipal tem agora ajudado pela parte das carnes. E a junta de freguesia também tem contribuído. Também se não for a autarquia a ajudar... com as carnes... também não se conseguia, não se conseguia. Porque as pessoas cada vez dão menos.... E o custo de vida aumentou muito nos últimos anos. Ao passo que, antigamente, a gente, mesmo nos peditórios, não é? A gente ia pedir e trazíamos muito e, agora, cada vez traz menos”.

Mesmo durante a pandemia, a comunidade encontrou formas de preservar simbolicamente a tradição: “Então, aqui à porta da igreja, um grupinho de pessoas, como nós aqui, membros das igrejas, fizemos uma sopa, pusemos à porta da capela, comprámos umas tacinhas e demos a sopinha na tacinha, uma fatia de pão, a quem viesse aqui a Monfortinho”.

A entrevista termina com uma reflexão sobre o futuro e o papel das mulheres: “A mensagem é que não deixemos acabar as tradições, porque as tradições é o que segura a terra em pé! Sem as tradições, não vamos lá. Sem tradição nós não vamos lá”.

A análise da entrevista permitiu identificar oito grandes eixos temáticos:

- Estrutura ritual da celebração: A festividade decorre ao longo de três dias, com uma sequência bem definida de atos religiosos (missas e procissão), momentos comunitários (almoços partilhados e cortejos musicais) e práticas performativas (voltas à capela, cânticos e música tradicional). Esta estrutura dá forma a uma experiência simbólica e cíclica de devoção, cuja repetição consolida a identidade ritual da comunidade;

- Resiliência comunitária em contexto de crise: Durante a pandemia, a comunidade demonstrou uma forte capacidade de adaptação simbólica, encontrando formas alternativas de assinalar a data da festa e manter vivo o seu sentido. Esta resiliência reflete a importância afetiva do Bodo enquanto marca da coesão e identidade locais;
- Dimensão coletiva e sustentação comunitária: Para além da estrutura formal da festa, destaca-se o envolvimento contínuo da população ao longo do ano, através de um sistema informal de contribuições, produção caseira e leilões de bens doados. Esta dinâmica evidencia uma economia relacional, sustentada por redes de solidariedade e reciprocidade, que reforça os laços comunitários e garante a continuidade da tradição;
- Centralidade das mulheres nas práticas invisíveis: As mulheres desempenham papéis fundamentais na organização da festa, assegurando tarefas como a confeção dos bolos, a «migação» das carnes, a preparação dos rins, a lavagem da loiça e a ornamentação dos andores. Estas funções, muitas vezes desvalorizadas, são cruciais para o sucesso da festividade, revelando um trabalho invisível, mas estruturante;
- Memória e extinção da figura das mordomas: A figura das mordomas, hoje desaparecida, é evocada como exemplo de organização feminina devocional. Cada mordoma era responsável por uma imagem sagrada, cuidando da sua roupa e apresentação. A extinção deste modelo marca uma transição nas formas de participação das mulheres na vida religiosa da aldeia, atualmente integradas no Conselho Económico da Igreja;
- Transmissão intergeracional e papel familiar: Maria Helena representa uma figura de continuidade geracional, tendo transmitido parte dos saberes à filha e participado ativamente na organização da festa. Contudo, admite que a passagem de responsabilidades religiosas encontra resistência entre os mais jovens, sendo mais fácil a adesão às tarefas festivas do que às devocionais;
- Reconhecimento institucional e salvaguarda: A inscrição do Bodo de Monfortinho no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial é percebida como uma medida positiva, que legitima e estimula a sua continuidade. A entrevistada associa esse reconhecimento a um reforço do empenho coletivo em não deixar a tradição desaparecer;

- Valorização turística e visibilidade externa: A prática é reconhecida como um elemento distintivo do território, com capacidade de atrair visitantes e promover o turismo local. A participação da comunidade em eventos fora da aldeia contribui para a divulgação da tradição e reforça o seu valor enquanto património partilhável.

A entrevista com Maria Helena Pires evidencia a centralidade afetiva, simbólica e organizativa do Bodo na vida comunitária de Monfortinho. Através do seu testemunho, tornam-se visíveis os circuitos de saberes e práticas que asseguram a continuidade desta tradição, bem como os desafios colocados pela mudança geracional e pela transformação das formas de participação. O seu papel como agente de memória, transmissão e envolvimento ativo ilustra a vitalidade do património imaterial, sustentado por dinâmicas coletivas, relações de género e um forte sentido de pertença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta investigação, foi possível recolher testemunhos significativos que evidenciam o papel ativo das mulheres nas dinâmicas culturais do concelho de Idanha-a-Nova. Em todas as entrevistas, destacou-se o envolvimento feminino direto nas atividades culturais, seja na música tradicional (como o adufe em Penha Garcia e Monsanto ou a zamburra em Zebreira), seja nas práticas artesanais (como o croché em Medelim), seja ainda em contextos religiosos e festivos (como em Idanha-a-Velha e Monfortinho). Procurando uma meta-análise do conjunto de entrevistas realizadas, destacam-se cinco aspetos centrais:

1. Participação ativa e protagonismo feminino: As entrevistadas foram, em muitos casos, não apenas participantes, mas dinamizadoras — liderando grupos, organizando celebrações e promovendo a continuidade das tradições. Este protagonismo manifesta-se de forma visível na atuação associativa, na liderança comunitária e na transmissão quotidiana de saberes;
2. Transmissão intergeracional e feminina de saberes: A transmissão oral e prática de conhecimentos revelou-se um elemento transversal às entrevistas. As participantes referiram ter aprendido com mães, avós ou vizinhas mais velhas, replicando este modelo junto das gerações mais novas, quando possível. A aprendizagem do adufe, o modo de cozer pão em forno comunitário, o entoar de cantigas ou a execução de pontos de croché são exemplos de práticas culturais que sobreviveram graças à oralidade e à convivência intergeracional feminina;
3. Diversidade e vitalidade das práticas culturais: As entrevistas evidenciam a coexistência de práticas ancestrais e de iniciativas contemporâneas de revitalização cultural. Algumas tradições, como o toque do adufe, foram adaptadas a contextos modernos (festivais, espetáculos, eventos turísticos), enquanto outras, como as celebrações religiosas ou os saberes gastronómicos, mantêm-se enraizadas nos calendários comunitários e familiares. Esta dualidade demonstra não apenas a resiliência do PCI, mas também a capacidade das mulheres em o adaptar, mediar e reinterpretar;
4. Ausência de reconhecimento institucional sistemático: Apesar do envolvimento ativo das mulheres, muitas das entrevistadas relataram uma falta de

reconhecimento institucional pelas suas contribuições. Embora haja apoio pontual por parte de juntas de freguesia ou câmaras municipais (por exemplo, através de cedência de espaços ou logística), permanece a ausência de políticas consistentes de valorização do papel feminino na cultura local. O reconhecimento simbólico ainda não corresponde, na maioria dos casos, ao impacto real da sua ação;

5. Perceções sobre identidade e continuidade: As entrevistadas demonstraram consciência do seu papel como guardiãs da identidade local, referindo frequentemente a importância de "não deixar morrer" as tradições. A ligação afetiva ao território, a responsabilidade percebida de "passar à frente" os saberes e a preocupação com o desinteresse das gerações mais jovens são tópicos recorrentes. Ainda assim, emergem sinais de resistência e inovação: várias entrevistadas mostraram-se disponíveis para adaptar formatos, acolher novos públicos e integrar as tradições em contextos atuais.

A análise efetuada permitiu alcançar, de forma significativa, os objetivos delineados no início da investigação, ainda que alguns aspetos — como o entendimento aprofundado das estratégias institucionais de salvaguarda e o grau de reconhecimento da participação feminina por parte do município — permaneçam como possibilidades a aprofundar em investigações futuras. A ausência de articulação direta com representantes institucionais limitou a triangulação dos dados recolhidos, nomeadamente no que respeita à perspetiva do poder local sobre as práticas e iniciativas de salvaguarda.

Em primeiro lugar, foi possível caracterizar a diversidade de expressões do Património Cultural Imaterial presentes nas seis aldeias do concelho de Idanha-a-Nova, abrangendo práticas religiosas, musicais, artesanais e festivas. Através da recolha de testemunhos e da observação de contextos locais, a investigação evidenciou o papel central das mulheres na preservação, dinamização e transmissão destas manifestações culturais.

As entrevistas permitiram identificar diferentes formas de participação e protagonismo feminino — desde a liderança associativa até à organização de celebrações e à prática quotidiana de saberes tradicionais —, confirmando o seu contributo como agentes de continuidade cultural. Foi também possível analisar os processos de transmissão intergeracional, destacando a relevância dos contextos familiares, das redes de vizinhança e da experiência vivida como veículos de passagem de saberes e práticas entre gerações. No

entanto, os testemunhos evidenciam que essa transmissão enfrenta atualmente desafios significativos, nomeadamente o desinteresse das gerações mais novas, a ausência de políticas de incentivo e a sobrecarga que recai sobre as mulheres mais velhas. Em alguns casos, como relatado em Monsanto ou Zebreira, ficou clara a percepção de que determinadas práticas podem não ter continuidade no futuro, caso não se verifiquem esforços de revitalização e valorização comunitária.

Paralelamente, a investigação procurou compreender as estratégias de salvaguarda promovidas no âmbito institucional, constatando-se que, apesar de algumas iniciativas do município, persiste uma certa invisibilidade do papel feminino no discurso patrimonial oficial. Esta constatação reforça a pertinência de uma abordagem centrada nas mulheres, que valorize as suas vozes, experiências e contributos no seio das comunidades locais.

A reflexão crítica em torno da relação entre tradição e contemporaneidade revelou que muitas das práticas culturais observadas continuam a ser atualizadas e adaptadas, nomeadamente no contexto do turismo, dos festivais e das dinâmicas associativas. As mulheres demonstram uma notável capacidade de adaptação, assegurando a persistência das tradições em novos enquadramentos socioculturais.

Por fim, ao reunir testemunhos, registos e análises sistematizadas, este trabalho contribuiu para a salvaguarda do PCI do concelho de Idanha-a-Nova e para a valorização do papel das mulheres enquanto protagonistas da cultura local. A investigação deixa, assim, pistas relevantes para o desenvolvimento de futuras iniciativas académicas ou comunitárias, sublinhando a importância de uma abordagem de género na preservação do património cultural imaterial em territórios de baixa densidade populacional. Embora as metodologias qualitativas adotadas permitam um olhar aprofundado e contextualizado, reconhece-se como limitação a escala reduzida do estudo e a possível subjetividade das interpretações, inerente à natureza dos dados recolhidos.

Esta investigação abriu também caminho para novas questões que merecem ser exploradas. Em particular, destaca-se a importância de aprofundar o modo como as tradições e práticas do Património Cultural Imaterial são transmitidas às gerações mais jovens. A compreensão dos mecanismos, contextos e desafios da transmissão intergeracional — nomeadamente em ambientes escolares, familiares e associativos — poderá revelar-se fundamental para garantir a continuidade e vitalidade do PCI no futuro. Assim, propõe-se como linha de investigação futura o estudo das dinâmicas de aprendizagem e apropriação do

património por parte dos mais novos, explorando-se de que forma estas tradições são (re)significadas em contextos contemporâneos.

Neste sentido, reafirma-se que o papel das mulheres no contexto do PCI em Idanha-a-Nova é não apenas fundamental, mas estruturante. Através da sua ação quotidiana, da transmissão de saberes e da reinvenção das práticas culturais, as mulheres asseguram a continuidade e a vitalidade de um património vivo, enraizado nas comunidades locais. A sua valorização, reconhecimento e escuta são, por isso, imperativos não apenas académicos, mas também sociais e políticos. Este trabalho pretende ter contribuído para essa visibilidade, promovendo uma leitura crítica e situada do PCI enquanto expressão dinâmica de identidades, afetos e resistências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adufe. (2005). *Adufe: Agenda Cultural de Idanha-a-Nova* (n.º 5, 2.º semestre). Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- Agenda Cultural de Idanha-a-Nova. (2002). Artesanato. *Adufe*. 2(2), pp.11-12.
- Amante, M.F. (2007). *Fronteira e Identidade- Construção e Representação Identitárias na Raia Luso-Espanhola*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Barreto, M. (2008). *Cultura e Turismo. Discussões Contemporâneas*. Papirus Editora.
- Barreto, M. (2014). *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Papirus Editora.
- Berliner, D. (2014). Can anything become heritage? In M. van de Port & B. Meyer (Eds.), *Sense and Essence: Heritage and the Cultural Production of the Real*. (pp.1-7). Berghahn Books.
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos* (2.ª ed.). Porto Editora.
- Bolton, L., & Kelly, S. (2001). *Women, intangible heritage and development: A feasibility study conducted in the Pacific region*. UNESCO.
- Bortolotto, C. (2007). From Objects to Processes: UNESCO'S Intangible Cultural Heritage. *Journal of Museum Ethnography*, 19, 21-33. <https://www.jstor.org/stable/40793837>
- Bortolotto, C. (2014). La problemática del patrimonio cultural inmaterial. *Culturas. Revista de Gestión Cultural*, 1(1), 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.4995/cs.2014.3162>
- Brito, B.R. (2017, abril 17-19). O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo Alternativo e Responsável. *IV Congresso Português de sociologia*. Coimbra. <http://hdl.handle.net/10071/12642>.
- Butler, R. W. (1980). The concept of a tourist area cycle of evolution: Implications for management of resources. *Canadian Geographer* 24(1), 5-12. https://www.researchgate.net/publication/228003384_The_Concept_of_A_Tourist_Area_Cycle_of_Evolution_Implications_for_Management_of_Resources.
- Cabral, C.B. (2011), *Património cultural imaterial: Convenção da Unesco e Seus Contextos*. Edições 70. <https://readingservices.kobo.com/ReadNow/f656a8a9-6746-48a0-8d3ae98a585d16c3>.

- Campelo, Á. (2023). *Penedos na paisagem: A oralidade e a força da pedra sagrada*. In A. Vieira (Coord.), *Arqueologia e tradição oral* (pp. 95–124). CITCEM – Universidade do Porto. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/20601.pdf>.
- Carvalho, C. N. (2004). Os Testemunhos que as Rochas nos Legaram: Geodiversidade e Potencialidades do Património do Canhão Fluvial de Penha Garcia. *Geonovas* (18), 35-65.
- Catana, A.S. (2003). *Artistas da Nossa Terra*. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- Catana, A. S., & Ferreira, H. (2004). *Mistérios da Páscoa em Idanha*. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.
- Coutinho, I. M. A. (2010). *Avaliação da Capacidade de Carga Turística para o Geossítio de Penha Garcia*. [Tese de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/3065>.
- Direção Regional de Cultura do Centro. (2023). *O património cultural imaterial da Região Centro: Saber ser, saber fazer*. DRCC. <https://www.culturacentro.gov.pt/media/14710/livro-saber-ser-saber-fazer.pdf>.
- Espírito Santo, M. (1990). *Libertação pela palavra*. In *A religião popular portuguesa* (pp. 145–166). 2ª Ed. Livros Horizonte.
- Faria, M.L., Almeida, R. (2006). A problemática da “identidade” e o lugar do “património” num mundo crescentemente cosmopolita. *Comunicação & Cultura*, 1, 117-133. DOI: <http://dx.doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2006.367>.
- Félix, P. (2018). O concurso “A Aldeia Mais Portuguesa de Portugal” (1938). In S. S. Castelo-Branco, J.F. Branco (Eds). *Vozes do Povo - A folclorização em Portugal*. (pp. 207-232). Etnográfica Press.
- Filho, M. F. L., Beltrão, J.F. & Eckert, C. (2007). Quando o campo é o Património. In F. Cardozo (Ed.), *Antropologia e Património Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos* (pp. 11-18). Nova Letra Gráfica e Editora.
- Fundação Calouste Gulbenkian. (2014) *Guia de Portugal - Vol. III, Tomo II: Beira Baixa e Beira Alta*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leal, J. (2013). Agitar antes de usar: A antropologia e o Património Cultural Imaterial. *Revista Memória em Rede*, 3(9), 1-16. <https://doi.org/10.15210/rmr.v5i9.9452>.

- Lira, F.B. (2018). Autêntico para quem? A noção de autenticidade do Património Cultural na contemporaneidade. *Património e Memória*, 14(2), 272-298. <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/899/1040>.
- Manual das Bio-Regiões. (2022). *Uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios rurais*. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural.
- Marcelo, M. L. (1993). *Beira Baixa*. Editorial Presença.
- Marques, L. (2018). *Património cultural imaterial: O olhar antropológico*. Edições Afrontamento.
- Martins, G. O. (2020). *Património cultural: Realidade Viva*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Marújo, N. (2014). A cultura, o turismo e o turista: que relação? *Turydes- Revista de investigação en turismo y desarrollo local*, 7(16), 1-12. <http://hdl.handle.net/10174/12565>.
- Marújo, N. & Carvalho, P. (2010). Turismo, planeamento e desenvolvimento sustentável. *Turismo & Sociedade*. 147-160. <http://hdl.handle.net/10174/4146>.
- Movimento Democrático de Mulheres. (2016). *As vozes das mulheres no património cultural imaterial: O Cante no feminino*. Edição do Movimento Democrático de Mulheres. https://www.mdm.org.pt/wp-content/uploads/2017/10/Livro_A4-ff-Cante_no_Feminino_2016-11-11.pdf.
- Pinto, C. (2008). *Património Cultural Imaterial na Terra de Miranda: Métodos e práticas* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/>.
- Presidência da República. (1998). *Debates – Perspetivas de Desenvolvimento do Interior*. (2.ª ed.). Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (5.ª ed.). Gradiva.
- Ramos, P. (2009). *Medelim: História e Arte*. Junta de Freguesia de Medelim.
- Taylor, D. (2008). Performance e Património Cultural Intangível. *Pós*, 1(1), 91-103. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/48489>.
- Whittington, V. (2022). Gender and human rights within UNESCO's international heritage discourse: An analysis of the World Heritage and Intangible Heritage Conventions. *Heritage & Society*, 14(2-3), 242–266. <https://doi.org/10.1080/2159032X.2022.2126205>.

Zarbato, J. A. M. (2021). Patrimônio cultural e história das mulheres: reflexões e possibilidades didáticas. *Revista Diálogo Educacional*, 21(69), 696–727. <https://doi.org/10.7213/1981-416x.21.069.ds08>.

WEBGRAFIA

- ADRACES. (2024). *Homenagem a Catarina Chitas*. <https://www.adraces.pt/detalhe/510>.
- Aldeias Históricas de Portugal. (2018, dezembro 28). *José Relvas, o mais antigo construtor de adufes*. <https://www.aldeiahistoricasdeportugalblog.pt/2018/12/28/jose-relvas-o-ultimo-construtor-de-adufes/>.
- Aldeias Históricas de Portugal. (2019). *Rede de Aldeias Históricas de Portugal*. <https://www.aldeiahistoricasdeportugal.com>.
- Aldeias Históricas de Portugal. (2021, outubro 19). *Sabores e iguarias de Idanha-a-Velha inspiram um dia pleno de emoções na Aldeia Histórica*. <https://www.aldeiahistoricasdeportugalblog.pt/2021/10/19/sabores-e-iguarias-de-idanha-a-velha-inspiram-um-dia-pleno-de-emocoes-na-aldeia-historica/>
- Aldeias Históricas de Portugal. (2025, fevereiro 22). *Idanha-a-Velha*. <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/aldeia/idanha-a-velha/>.
- Aldeias Históricas de Portugal. (2025, fevereiro 22). *Monsanto*. <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/aldeia/monsanto/>.
- Aldeias Históricas de Portugal. (2025, maio 03). *Forno Comunitário*. <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/local/forno-comunitario/>.
- Aldeias Históricas de Portugal. (2025, maio 23). *Casqueiro – Festival do Pão, Bolos e Tradições*. <https://aldeiahistoricasdeportugal.com/casqueiro-festival-do-pao-bolos-e-tradicoes/>.
- Aldeias Históricas de Portugal Blog. (2019, 16 de outubro). *Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha tem o batistério mais antigo da Península Ibérica*. <https://www.aldeiahistoricasdeportugalblog.pt/2019/10/16/aldeia-historica-de-idanha-a-velha-tem-o-batisterio-mais-antigo-da-peninsula-iberica/>.
- Alvarez, L. (2023, setembro 25). *Idanha-a-Nova ganha Prémio Europeu de Produção Biológica*. <https://www.publico.pt/2023/09/25/local/noticia/idanhaanova-ganha-premio-europeu-producao-biologica-2064462>.
- Andarilho. (2021, maio 03). *Uma Maia à janela para afastar trovoadas*. <https://andarilho.pt/2021/05/03/uma-maia-a-janela-para-afastar-trovoadas/>.
- Beira.pt. (2022, fevereiro 28). *Bodo de Monfortinho é Património Cultural Imaterial*. <https://beira.pt/porta/portal/noticias/bodo-de-monfortinho-e-patrimonio-cultural-imaterial/>.

Boom Festival. (2025). *BOOM ECO PARADIGM.*

[https://www.boomfestival.org/environment/boom-eco-paradigm.](https://www.boomfestival.org/environment/boom-eco-paradigm)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2014). *Pão e tradições “brilham” no festival Casqueiro.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/divulgacao/arquivo_noticias/noticias_2014/casqueiro2014.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/divulgacao/arquivo_noticias/noticias_2014/casqueiro2014.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2016). *Idanha-a-Velha com Forno Comunitário renovado.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/divulgacao/arquivo_noticias/noticias_2016/forno_idv.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/divulgacao/arquivo_noticias/noticias_2016/forno_idv.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2025, fevereiro 23). *Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova - Eficiência Energética e Promoção de Energias Renováveis.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/areas/financiamentos/portugal2020/ee_esgin.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/areas/financiamentos/portugal2020/ee_esgin.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2025, fevereiro 09). *Localização.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/turismo/localizacao.aspx](https://www.cm-idanhanova.pt/turismo/localizacao.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2025, fevereiro 09). *Penha Garcia.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/freguesias/penha-garcia.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/freguesias/penha-garcia.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2025, maio 03). *Zebreira.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/freguesias/zebreira.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/freguesias/zebreira.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2025, maio 04). *Medelim.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/freguesias/medelim.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/freguesias/medelim.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2025, maio 04). *Monfortinho.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/freguesias/monfortinho.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/freguesias/monfortinho.aspx)

Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. (2025, maio 04). *Penha Garcia.*

<https://www.cm->

[idanhanova.pt/freguesias/penha-garcia.aspx.](https://www.cm-idanhanova.pt/freguesias/penha-garcia.aspx)

Cityofmusic.cm. (2015). *Idanha-a-Nova já é Cidade da Música da UNESCO.* Retrived from Notícias & Agenda.

[http://ityofmusic.cm-idanhanova.pt/noticias-e-agenda/idanha-a-nova-ja-e-cidade-da-musica-da-unesco.aspx.](http://ityofmusic.cm-idanhanova.pt/noticias-e-agenda/idanha-a-nova-ja-e-cidade-da-musica-da-unesco.aspx)

Cityofmusic.cm. (2025). *História.* Retrived from Idanha-a-Nova e a Música.

[http://cityofmusic.cm-idanhanova.pt/idanha-a-nova-e-a-musica/historia.aspx.](http://cityofmusic.cm-idanhanova.pt/idanha-a-nova-e-a-musica/historia.aspx)

Celestino, T. (2021, dezembro 8). *Lenda do Madeiro uma das tradições de Natal mais antigas de Portugal.*

[https://www.vip.pt/lenda-do-madeiro-uma-das-tradicoes-de-natal-mais-antigas-de-portugal.](https://www.vip.pt/lenda-do-madeiro-uma-das-tradicoes-de-natal-mais-antigas-de-portugal)

- Condesa, H. (2024, fevereiro 13). *Desenvolvimento do Interior – A Necessidade de uma Nova Abordagem*. <https://www.linkedin.com/pulse/desenvolvimento-do-interior-necessidade-de-uma-nova-hugo-condesa-llzhf/>.
- CPSS Medelim. (2024). *Centro Paroquial de Solidariedade Social de Medelim*. <https://cpssmedelim.pt>
- E-Cultura. (2015). *XIX Feira Raiana*. <https://www.e-cultura.pt/evento/629>.
- Espírito Viajante. (2021, 12 de outubro). *Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha*. <https://www.espiritoviajante.com/aldeia-historica-de-idanha-velha/>.
- EULAC Museums. (2023). *Tangible & Intangible Inventory – Adufe*. <https://eulacmuseums.net>.
- Evasões. (2020, abril 28). *A artesã que cria marafonas há 60 anos, na “aldeia mais portuguesa de Portugal”*. <https://www.evasoes.pt/o-que-fazer/a-artesa-que-cria-marafonas-ha-60-anos-na-aldeia-mais-portuguesa-de-portugal/916500/>.
- Feira Raiana. (2024). *Feira Raiana regressa com 5 palcos, mais de 25 concertos e mais de 40 chefs*. <https://feiraraiana.idanha.pt/media/noticias/feira-raiana-regressa-com-5-palcos-mais-de-25-concertos-e-mais-de-40-chefs/>.
- Festa do Adufe. (2025). *Festa do Adufe* [Website institucional]. <https://festadoadufe.com/>.
- Folclore.PT. (2019). *Zamburra, Sarronca ou Ronca | Instrumentos musicais*. <https://folclore.pt/sarronca-ronca-zamburra/>.
- Folclore.PT. (2023). *Festa das Cruzes em Monsanto – Beira Baixa*. <https://folclore.pt/festa-das-cruzes-monsanto/>.
- Folclore.PT. (2023). *Sarronca, ronca ou zamburra*. <https://folclore.pt/sarronca-ronca-zamburra/>.
- Fonseca, J.C. (2018, dezembro 24). *Miguel Torga: “Natividade”*. <https://nossaradio.blogspot.com/2018/12/miguel-torga-natividade.html>.
- Fórum Covilhã. (2023). *Festa dos Apitos celebra a tradição em Idanha-a-Nova*. <https://forumcovilha.pt>.
- Gabinete de Estratégia e Estudos. (2024). *Idanha-a-Nova: Estatísticas regionais*. https://www.gee.gov.pt/pt/component/finder/search?q=idanha+a+nova&task=search&option=com_finder&Itemid=.
- Geocakes. (2023). *Adufe: história e significado*. <https://geocakes.com>.
- Holy Week Europe. (09-03-2025). *Viajar en la red- Idanha-a-Nova*. <https://www.holyweekeurope.com/en/holyweek/idanha-a-nova/>.

ICNF. (2025, fevereiro 23). *Parque Natural do Tejo Internacional*. <https://www.icnf.pt/conservacao/rnapareasprotegidas/parquesnaturais/pntejointernational>

Idanha.pt. (2018). *Adufeiras de Monsanto atuam nos Estados Unidos*. <https://www.idanha.pt/media/noticias/2018/adufeiras-de-monsanto-atuam-nos-estados-unidos/>.

Idanha.pt. (2022, 28 de fevereiro). *Bodo de Monfortinho é Património Cultural Imaterial*. <https://www.idanha.pt/media/noticias/2022/bodo-de-monfortinho-%C3%A9-patrim%C3%B3nio-cultural-imaterial/>.

Idanha.pt. (2022). *Penha Garcia é classificada como Aldeia de Portugal*. <https://idanha.pt/media/noticias/2022/marco/penha-garcia-e-classificada-como-aldeia-de-portugal/>.

Idanha.pt. (2024). *Monfortinho*. <https://www.idanha.pt/idanhapt/o-que-fazer/monfortinho/>.

Lar de Medelim. (2025, maio 04). *História*. <https://lardemedelim.blogspot.com/p/historia.html>.

Liga dos Amigos da Freguesia de Idanha-a-Velha. (2025, maio 23). *Bem-vindo à LAFIV!*. <https://lafiv-idanha-a-velha.webnode.pt/>.

Liga dos Amigos da Freguesia de Idanha-a-Velha. (2025, maio 23). *Notícias*. <https://lafiv-idanha-a-velha.webnode.pt/noticias/>.

Memória Imaterial. (2024). *João Sousa – A vida na Zebreira*. <https://www.memoriamedia.net/index.php/joao-sousa/715-a-vida-na-zebreira>.

Município Idanha-a-Nova. (2018). *Idanha é o primeiro concelho português a aderir à Rede Internacional de Bio Regiões*. Idanha.pt. https://www.idanha.pt/media/noticias/2018/idanha-é-o-primeiro-concelho-português-a-aderir-à-rede-internacional-de-bio-regiões/?utm_source=chatgpt.com~.

Município de Idanha-a-Nova. (2024). *Tradições vivas: o adufe como património*. <https://cm-idanhanova.pt>.

Município de Idanha-a-Nova. (2025). *Medelim – O que fazer*. <https://www.idanha.pt/idanhapt/o-que-fazer/medelim/>.

Município de Idanha-a-Nova. (2025). *Monfortinho*. <https://www.idanha.pt/idanhapt/o-que-fazer/monfortinho/>.

Município de Idanha-a-Nova. (2025). *Monsanto – O que fazer*. <https://www.idanha.pt/idanhapt/o-que-fazer/m Monsanto/>.

Município de Idanha-a-Nova. (2025). *Penha Garcia*. <https://idanha.pt/idanhapt/o-que-fazer/penha-garcia/>.

Município de Ponte de Lima. (2023). *Vaca das Cordas*. Ponte de Lima Cultura. <https://pontedelimacultural.pt/evento/vaca-das-cordas/>.

Musorbis. (2025, junho 07). *Rancho Folclórico de Penha Garcia*. <https://www.musorbis.com/idanha-a-nova-e-o-seu-folclore/>.

National Geographic Portugal. (2023, outubro 09). *Achados arqueológicos num forno – Idanha-a-Velha*. https://www.nationalgeographic.pt/historia/achados-arqueologicos-num-forno-idanha-a-velha_3578.

Naturtejo GEOPARK. (2025, fevereiro 23). *GEOPARK Naturtejo em perfeita harmonia com a natureza*. <https://www.naturtejo.com/conteudo.php?id=19>.

Ordem do Templo. (2024). *Um olhar sobre Medelim*. <https://opctj.pt/um-olhar-sobre-medelim/>.

Passaporte no Bolso. (2023). *Penha Garcia: o que ver e fazer*. <https://passaportenobolso.com/penha-garcia/>.

Pinheiro, Paulo (2023, março 30). *Mistérios da Páscoa em Idanha-a-Nova*. <https://rcb-radiocovadabeira.pt/misterios-da-pascoa-em-idanha-a-nova/>.

Reconquista. (2022, 28 de fevereiro). *Distrito: Bodo de Monfortinho e bombos do Fundão são património nacional*. <https://www.reconquista.pt/articles/distrito-bodo-de-monfortinho-e-bombos-do-fundao-sao-patrimonio-nacional>.

Reconquista. (2022, 22 de março). *Idanha: Penha Garcia é “Aldeia de Portugal”*. <https://www.reconquista.pt/articles/-idanha-penha-garcia-e-aldeia-de-portugal>.

Ribeiro, S. (2019, novembro 5). *Festa do Pão em Idanha-a-Velha (2019)*. Viaje Comigo. <https://www.viajecomigo.com/2019/11/05/festa-pao-idanha-a-velha-2019/>.

RTP Arquivos. (1971, outubro 04). *Fragmentos de um inquérito musical em Penha Garcia*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/fragmentos-de-um-inquerito-musical-em-penha-garcia/>.

Saca Sons. (2025, maio 03). *Grupo Saca Sons*. <https://sacasons.blogspot.com/>.

SAPO Lifestyle. (2002, maio 05). *Festa das Cruzes, em Monsanto*. <https://lifestyle.sapo.pt/sabores/noticias-sabores/artigos/festa-das-cruzes-em-monsanto>.

SAPO Viagens. (2021, maio 03). *Penha Garcia: uma “Maia” à janela para afastar trovoadas*. <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/penha-garcia-uma-maia-a-janela-para-afastar-trovoadas>.

SAPO Viagens. (2022, dezembro 14). *A original árvore de Natal de Medelim feita em crochet*. <https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/a-original-arvore-de-natal-de-medelim-feita-em-croche>.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (1994). *Pelourinho de Aldeia Velha (IPA.00005699)*. Direção-Geral do Património Cultural. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=569.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (2005). *Forno Comunitário em Idanha-a-Velha / Forno do Povo*. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21071.

Turismo Centro de Portugal. (2025, março 08). *Centro de Artes Tradicionais de Idanha-a-Nova*. <https://turismodocentro.pt/poi/centro-de-artes-tradicionais-de-idanha-a-nova/>.

VisitPortugal. (2025, maio 04). *Monsanto*. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/monsanto-0>.

Vo, M. (2020, março 25). *The role of women in the preservation of intangible cultural heritage*. Institut du Genre en Géopolitique. <https://igg-geo.org/en/2021/03/25/the-role-of-women-in-the-preservation-of-intangible-cultural-heritage/>.

Vieira, J. (2019, 5 de novembro). *Festa do Pão, Idanha-a-Velha 2019*. Viaje Comigo. <https://www.viajecomigo.com/2019/11/05/festa-pao-idanha-a-velha-2019/>.

Wikipédia. (2014, fevereiro). *Idanha-a-Velha*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Idanha-a-Velha>.

Wikipédia. (2014, fevereiro). *Penha Garcia*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Penha_Garcia.

Wikipédia. (2014, abril). *Zebreira*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zebreira>.

Wikipédia. (2020, setembro 04). *Marafona*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marafona>.

Wikipédia. (2021, setembro). *Medelim*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Medelim>.

Wikipédia. (2022, junho). *Monsanto (Idanha-a-Nova)*. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_\(Idanha-a-Nova\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Monsanto_(Idanha-a-Nova)).

Wikipédia. (2022, novembro 10). *Canção de trabalho*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Can%C3%A7%C3%A3o_de_trabalho.

Wikipédia. (2022, novembro 29). *Adufeiras de Monsanto*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Adufeiras_de_Monsanto.

Wikipédia. (2023, março 15). *Catarina Chitas*. https://pt.wikipedia.org/wiki/Catarina_Chitas.

Wikipédia. (2024, abril). *Monfortinho*. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Monfortinho>.

1Library. (2025, junho 07). *O Rancho Folclórico de Penha Garcia*. <https://1library.org/article/o-rancho-folcl%C3%B3rico-de-penha-garcia.y808660q>.

NORMATIVOS E DOCUMENTAÇÃO LEGAL

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. (2003). Ministério dos Negócios Estrangeiros. <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>.

Decreto-Lei n.º 139/2009. (2009). Diário da República n.º 113/2009, Série I de 2009-06-15, 3647 – 3653. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/139-2009-494544>.

Lei n.º 107/2001, Lei de Bases do Património Cultural. (2011). Diário da República: I série I-A n.º 209. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>.

Portaria n.º 196/2010. (2010). Diário da República n.º 69/2010, Série I de 2010-04-09, 1163 – 1167. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/196-2010-612210>.

Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adoptada na 32.^a Sessão da Conferência Geral da Unesco, em Paris, a 17 de outubro de 2003. (2008). Diário da República n.º 60/2008, Série I de 2008-03-26, 1685 – 1704. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-assembleia-republica/12-2008-246512>.

APÊNDICE A

Guião de Entrevista

O presente estudo insere-se no âmbito do Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Este guião de entrevista tem como objetivo recolher testemunhos de mulheres de diferentes aldeias do concelho de Idanha-a-Nova, com práticas ligadas ao Património Cultural Imaterial (PCI).

A entrevista realiza-se com a participação voluntária das entrevistadas, mediante o seu consentimento informado. A qualquer momento, a entrevistada poderá interromper ou desistir da entrevista, sem que disso resulte qualquer prejuízo. Todos os dados recolhidos são confidenciais e serão utilizados exclusivamente para fins académicos no âmbito do presente estudo.

Identificação da Entrevista

Prática de Património Cultural Imaterial (PCI): _____

Entrevistada: _____

Local da entrevista: _____

Data: _____

Duração aproximada: _____

Meios de registo utilizados:

Gravação áudio Gravação vídeo Notas escritas

Outros: _____

1. Dados Biográficos

• Nome: _____

• Idade: _____

• Naturalidade: _____

- Freguesia onde reside: _____
 - Há quanto tempo reside nesta freguesia: _____
 - Habilitações literárias: _____
 - Profissão atual ou anterior: _____
 - Estado civil: _____
 - Tem filhos?
 - Sim Não
- Se sim, quantos? _____

2. Relação com o Património Cultural Imaterial (PCI)

- Pode contar como surgiu a sua ligação com esta prática/tradição?
- Esta prática faz parte da sua história familiar ou foi aprendida de outra forma?
- Em que contextos costuma participar ou ativar esta prática (festas, rituais, momentos do ano)?

3. Práticas Específicas

- Pode descrever, com o máximo de detalhe possível, a(s) prática(s) que realiza no âmbito desta tradição?
- Participa com regularidade em eventos, festas ou outras atividades ligadas a esta prática? Se sim, como escolhe os eventos em que participa?
- Ensina ou transmite esta prática a outras pessoas? A quem? Como é feita essa transmissão (em casa, na comunidade, através de oficinas ou escolas)?

4. Importância da Atividade para a Comunidade

- Qual considera ser a importância desta prática para a identidade da sua aldeia ou da região? Acha que contribui para unir a comunidade?

5. Relação com o Turismo Cultural

- Considera que esta prática atrai visitantes ou turistas à região?
- Já participou em eventos, feiras ou iniciativas turísticas relacionadas com esta prática?
- Acha importante a divulgação destas tradições para o exterior?

6. Apoio das Instituições Locais

- Tem recebido algum tipo de apoio da autarquia ou da junta de freguesia?
- Que tipo de iniciativas públicas poderiam ajudar a preservar ou valorizar esta prática?

7. Perspetivas para o Futuro

- Que esperanças tem para o futuro desta prática?
 - Acredita que as novas gerações vão dar continuidade a esta tradição?
 - Gostaria de deixar alguma mensagem ou reflexão sobre o papel das mulheres na transmissão do património cultural imaterial?
-

Observações finais

APÊNDICE B

Declaração de Consentimento Informado

Eu, _____, declaro que tomei conhecimento do estudo sobre a influência feminina no Património Cultural Imaterial do concelho de Idanha-a-Nova, no qual será incluída esta entrevista. Compreendi a explicação que me foi dada relativamente aos objetivos e procedimentos da investigação, estando ciente de que os dados recolhidos através da entrevista serão utilizados exclusivamente para fins científicos e que poderei solicitar o acesso aos resultados do estudo, sempre que assim o desejar.

Autorizo, igualmente, a publicação das informações fornecidas durante a entrevista, bem como de documentos (fotografias ou documentos escritos) que possa vir a disponibilizar, consentindo ainda que a entrevista seja gravada, de forma a permitir uma análise mais rigorosa por parte da entrevistadora.

Estou consciente de que a minha participação neste estudo não implica qualquer tipo de risco e que, em qualquer momento, poderei interromper a entrevista ou recusar responder a determinadas perguntas, sem que tal implique qualquer prejuízo para mim. Fui igualmente informado(a) de que não receberei qualquer pagamento pela minha participação nesta investigação, nem terei de suportar quaisquer despesas.

Declaro ainda que [autorizo / não autorizo] a divulgação da minha identificação no trabalho. Tendo compreendido todos os pontos acima referidos, concordo, de forma livre e esclarecida, em participar neste estudo.

(Participante)

_____, ____ de _____ de 2025

Tânia Isabel Coelho Lourenço

Contacto: 9XXXXXXXX

ESCOLA
SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
POLITÉCNICO
DO PORTO

P.PORTO

M

MESTRADO

Em Património, Artes e Turismo Cultural

O papel das mulheres na defesa, conservação e valorização do
Património Cultural Imaterial de Idanha-a-Nova
Tânia Isabel Coelho Lourenço

